

RC 2014 RELATÓRIO E CONTAS

carris 

Transportes de Lisboa

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	4
PRINCIPAIS INDICADORES	6
1. APRESENTAÇÃO.....	7
2. SERVIÇO PRESTADO.....	13
2.1. REDE.....	14
2.2. OFERTA	14
2.3. PROCURA	15
2.4. QUALIDADE DE SERVIÇO.....	16
2.5. TARIFÁRIO E MERCADO	21
2.6. COMUNICAÇÃO E IMAGEM	31
2.7. MUSEU DA CARRIS.....	36
3. RECURSOS HUMANOS.....	38
3.1. DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL.....	38
3.2. PRÁTICAS DE RECURSOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL	40
3.3. ABSENTISMO.....	43
3.4. TRABALHO SUPLEMENTAR	45
3.5. EVOLUÇÃO DO EFETIVO.....	45
3.6. ACIDENTES DE TRABALHO (AT´s).....	48
3.7. SAÚDE	49
3.8. HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO	49
3.9. PROTOCOLOS E PARCERIAS COM OUTRAS ENTIDADES	50
3.10. APOIO +	50
4. RECURSOS MATERIAIS E TECNOLOGIAS.....	51
4.1. FROTA DE SERVIÇO PÚBLICO	51
4.2. INFRAESTRUTURAS DE TRACÇÃO ELÉTRICA	53

4.3.	APROVISIONAMENTO	55
4.4.	TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO	57
5.	RECURSOS FINANCEIROS.....	62
5.1.	FLUXOS FINANCEIROS.....	62
5.2.	INVESTIMENTO REALIZADO	63
5.3.	ESTRUTURA PATRIMONIAL.....	64
5.4.	GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	67
6.	RESULTADOS ECONÓMICOS.....	70
6.1.	RESULTADOS GLOBAIS DA EMPRESA.....	70
6.2.	RESULTADOS POR EXPLORAÇÕES DE TRANSPORTE PÚBLICO	72
6.3.	RENDIMENTOS TOTAIS POR NATUREZA.....	73
6.4.	GASTOS TOTAIS POR NATUREZA	74
6.5.	PRODUTIVIDADE	77
7.	GOVERNO SOCIETÁRIO	79
8.	RELAÇÕES INTERNACIONAIS	84
9.	CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	86
10.	EVOLUÇÃO PREVISTA PARA 2015	111
11.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	113
12.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
	CONTAS DO EXERCÍCIO	115
	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	162
	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	170

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Este relatório refere a atividade da CARRIS e os resultados obtidos no exercício de 2014.

A CARRIS, no quadro de uma administração comum ao METROPOLITANO DE LISBOA, desenvolveu, em 2014, uma estratégia cujos resultados positivos têm sido reconhecidos, designadamente no tocante ao aumento dos níveis de eficiência da empresa, que a colocam num lugar destacado, em comparação com os demais operadores de transporte urbano que atuam nas várias cidades europeias.

Na generalidade, os principais objetivos definidos foram alcançados, conforme o relatório evidencia.

No exercício de 2014 foi possível continuar a integração operacional da CARRIS e do METROPOLITANO DE LISBOA, iniciada em 2012, bem como desenvolver as ações necessárias que permitam a abertura da gestão e das atuais concessões à iniciativa privada, o que levou à adoção de um conjunto diversificado de trabalhos técnicos e jurídicos, cujo resultado terá acrescida visibilidade no exercício de 2015.

Relevantes foram, também, as medidas para a integração dos grupos CARRIS e METROPOLITANO DE LISBOA, nomeadamente, ao nível da homogeneização dos procedimentos, tendo-se procurado identificar as melhores práticas de cada empresa, que, de seguida, foram transpostas para as restantes empresas de ambos os grupos.

Embora os resultados globalmente alcançados sirvam de estímulo, sabemos que ainda há muito trabalho a desenvolver no sentido da progressiva integração dos dois grupos empresariais e, atualmente, destas empresas com o novo grupo Transtejo no âmbito da nova empresa Transportes de Lisboa.

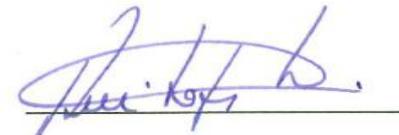
Assim, continuamos a otimizar a utilização dos recursos, quer externos, quer internos, procurando eliminar algumas ineficiências ainda existentes, bem como procurar a integração operacional plena.

Este é um processo complexo e exigente para o qual o Conselho de Administração está fortemente empenhada e motivada, apoiada neste desiderato por muitos colaboradores que sabemos disponíveis para participar nesta mudança.

O Conselho de Administração, nomeado para o triénio 2015-2017, está ciente de que todas as medidas que venham a ser adotadas visam alcançar a concretização da missão principal da CARRIS no sentido de assegurar a mobilidade dos seus clientes com sustentabilidade ambiental e económica.

As pessoas e a sua capacidade para, com ambição, trabalharem em equipa, têm sido o fator determinante para a construção de uma empresa mais sustentável. Serão estas mesmas pessoas, com as suas capacidades, que, na sua grande maioria, irão construir o futuro das empresas do novo Grupo Transportes de Lisboa.

O Presidente do Conselho de Administração



Rui Lopes Loureiro

PRINCIPAIS INDICADORES

OFERTA (milhares)	2010	2011	2012	2013	2014
Veículos-km Serviço-Público (S.P.)	41.376	38.176	34.481	32.836	31.785
Autocarros	39.378	36.296	32.677	31.100	30.086
Elétricos+Ascensores+Elevadores	1.999	1.880	1.803	1.736	1.699
Veículos-hora S.P.	2.921	2.688	2.439	2.334	2.269
Autocarros	2.688	2.472	2.229	2.128	2.068
Modo Elétrico	232	216	210	205	202
Lugares-km	3.726.362	3.431.537	3.124.753	2.967.434	2.884.645
Autocarros	3.533.571	3.251.326	2.951.127	2.800.631	2.720.019
Elétricos+Ascensores+Elevadores	192.791	180.211	173.626	166.803	164.626
PROCURA (milhares)	2010	2011	2012	2013	2014
Passageiros S.P. com Título Transporte Pago	168.979	158.718	132.650	128.501	126.382
Autocarros	155.117	145.570	121.032	116.989	114.890
Elétricos+Ascensores+Elevadores	13.861	13.147	11.618	11.512	11.492
Passageiros S.P.	184.443	183.651	155.708	149.706	144.437
Autocarros	169.611	168.808	142.833	136.993	131.889
Elétricos+Ascensores+Elevadores	14.832	14.843	12.875	12.713	12.548
Passageiros-km S.P.	613.642	614.844	510.859	467.256	448.204
Autocarros	579.176	579.813	480.675	437.655	419.272
Elétricos+Ascensores+Elevadores	34.466	35.031	30.184	29.601	28.932
QUALIDADE DO SERVIÇO	2010	2011	2012	2013	2014
Velocidade Média de Exploração (km/h)	14,36	14,39	14,35	14,30	14,24
Autocarros	14,65	14,68	14,66	14,61	14,55
Elétricos *	10,28	10,39	10,33	10,27	10,30
<i>* Não inclui ascensores e elevadores</i>					
Taxa de Ocupação (%)	16,47	17,92	16,35	15,75	15,54
Autocarros	16,39	17,83	16,29	15,63	15,41
Elétricos+Ascensores+Elevadores	17,88	19,44	17,38	17,75	17,57
FROTA	2010	2011	2012	2013	2014
Frota Total	820	772	697	694	680
Autocarros	755	707	632	632	619
Elétricos (inclui frota de reserva)	57	57	57	54	53
Ascensores+Elevadores	8	8	8	8	8
RECURSOS HUMANOS	2010	2011	2012	2013	2014
Efetivo Total em 31 de dezembro	2.771	2.634	2.396	2.255	2.141
Efetivo Tripulante em 31 de dezembro	1.836	1.738	1.560	1.491	1.412
RECEITAS (milhares de euros correntes)	2010	2011	2012	2013	2014
Receitas por Título de Transporte Pago (Valores Líquidos)	78.846	84.201	85.849	89.111	90.982
Passes (Inclui compensação 4_18 e sub-23 e social +)	52.262	55.583	56.000	56.963	56.983
Pré-Comprados	13.423	15.264	17.606	20.826	22.097
Bilhetes	13.160	13.353	12.242	11.322	11.902
RESULTADOS (milhares de euros correntes)	2010	2011	2012	2013	2014
Resultados Operacionais	-17.724	15.197	-2.554	1.034	-25.546
Indemnizações Compensatórias	50.872	53.000	19.511	18.568	4.717
EBITDA (corrigido de provisões)	2.611	34.448	14.901	26.553	5.316

NOTA: A CARRIS tomou a decisão de passar a adotar uma nova metodologia para determinação da procura, assente exclusivamente nas validações e venda de tarifa de bordo registadas no sistema de Bilhética. Esta alteração afeta todos os indicadores de procura: "Passageiros com Título de Transporte Pago", "Passageiros de Serviço Público" e "Passageiros x km", assim como a "Taxa de Ocupação". Assim, a procura de 2014 foi já determinada pela nova metodologia, sendo para efeitos de comparação corrigidos os valores dos anos 2010 a 2013.

1. APRESENTAÇÃO

As atuais projeções macroeconómicas apontam para uma gradual recuperação da economia portuguesa nos próximos anos, ligeiramente acima do crescimento esperado para a área do euro. A dinâmica da economia portuguesa deverá continuar a ser maioritariamente assegurada pelo desempenho das exportações, a par de uma recuperação da procura interna, que será compatível com a manutenção de excedentes na balança corrente e de capital. Adicionalmente, as projeções são consistentes com uma afetação de recursos crescentemente orientada para os setores transacionáveis e mais produtivos da economia. Não obstante, o potencial de crescimento previsto para a economia portuguesa no horizonte de projeção é relativamente limitado.

De facto, a desalavancagem dos setores público e privado, os desenvolvimentos demográficos, os limitados níveis de capital produtivo por trabalhador e o baixo dinamismo previsto para os principais parceiros comerciais – com destaque para o conjunto da área do euro – continuarão a condicionar o potencial de crescimento da economia portuguesa no futuro.

Nos últimos anos, a economia portuguesa prosseguiu um forte ajustamento, que permitiu alcançar progressos assinaláveis na correção dos desequilíbrios macroeconómicos. No entanto, o processo de re-equilíbrio estrutural da economia ainda está incompleto e o ajustamento macroeconómico ainda exige aprofundamento.

Simultaneamente, não se devem ignorar os riscos, de natureza interna e externa, que impendem sobre a economia portuguesa. Neste quadro, é crucial o cumprimento dos compromissos estabelecidos a nível europeu em termos do processo de consolidação orçamental, que são indispensáveis para sustentar uma trajetória descendente para o rácio da dívida pública.

Em paralelo, o processo de reformas estruturais no sentido da criação de incentivos à inovação, à mobilidade de fatores e ao investimento em capital físico e humano deve ser aprofundado.

Em 23 de agosto de 2012, o Governo nomeou uma administração conjunta para a CARRIS e para o METROPOLITANO DE LISBOA. Assim, o conselho de administração destas empresas passou a ser composto exclusivamente por quatro titulares comuns, tendo-se, desta forma, operado uma redução dos membros dos referidos Conselhos de Administração de 10 titulares (5 em cada uma das empresas) para somente 4.

Em 7 de junho de 2013, o Conselho de Administração ficou reduzido a três membros, nos termos da resolução do conselho de ministros n.º40/2013, publicada no diário da república n.º 115, de 18.06.2013.

A esta administração conjunta foi cometida, prioritariamente, a missão de concretização dos objetivos definidos no PET - Plano Estratégico de Transportes, aprovado pela resolução do conselho de ministros n.º 45/2011, de 10 de novembro, para o transporte urbano na Área Metropolitana de Lisboa, ou seja e em traços gerais, desenvolver e concretizar o processo de integração operacional da CARRIS e do METROPOLITANO DE LISBOA, bem como estudar e

preparar o modelo de abertura à exploração, por entidades privadas, dos serviços de transporte prestados por estas empresas.

Neste sentido, a administração conjunta promoveu, numa lógica de gestão integrada CARRIS/METROPOLITANO DE LISBOA, a consolidação e o desenvolvimento da qualidade do serviço de transporte público que é prestado em Lisboa, nos seus diferentes modos (elétrico, autocarro e metropolitano), de modo a reforçar a complementaridade modal e a intermodalidade, tendo em vista a obtenção de importantes ganhos de eficiência e de produtividade.

Em 29 de outubro de 2014, tendo em vista o incremento da interoperabilidade entre os diversos modos de transporte público na área metropolitana de Lisboa, aliado ao foco de racionalização de custos nas empresas do setor, foi publicado o decreto-lei n.º 161/2014, que estabelece que os Conselhos de Administração da Transtejo-Transportes do Tejo, S. A. e da Soflusa-Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., sejam integrados, em regime de acumulação, pelos mesmos membros executivos dos conselhos de administração do Metropolitano de Lisboa, E. P. E. (ML, E. P. E.) e da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S. A. (Carris, S. A.), que exercem funções em regime de acumulação, nos termos do Decreto-Lei 98/2012, de 3 de maio.

A acumulação de funções por parte dos administradores executivos permite uma otimização de soluções no âmbito operacional, conferindo-lhe, ao mesmo tempo, uma orientação centralizada e gerando os necessários consensos à boa consecução das atribuições que lhes estão legalmente cometidas no quadro de uma fusão futura.

Esta solução defende, igualmente, uma diminuição significativa do número de administradores deste universo de empresas, na medida em que de um total de 13 se reduz agora para apenas cinco, cumprindo-se também, desta forma, o desiderato da redução e racionalização de custos de funcionamento das empresas que integram o setor empresarial do Estado dos transportes e infraestruturas.

A este propósito, importa acrescentar que as leis do Orçamento do Estado para 2012, 2013 e 2014 determinaram para o Setor Empresarial do Estado várias medidas, visando a redução de custos e o aumento da respetiva eficiência económica, as quais têm vindo a ser naturalmente cumpridas, pela empresa.

Este relatório evidencia, com clareza, a evolução da CARRIS ao longo de 2014.

Em 2014, a CARRIS procedeu à racionalização da sua oferta, em articulação com o METROPOLITANO DE LISBOA, reforçando a componente de complementaridade entre as duas redes, tendo a oferta anual, medida pelo número de “veículos x km” produzidos, registado uma redução de 3,2% relativamente ao ano de 2013.

A velocidade média de exploração na rede da CARRIS manteve-se sem alterações significativas em relação ao ano anterior, tendo, em 2014, sido de 14,24 km/h, quando, em 2013, tinha sido de 14,30 km/h.

A CARRIS, conforme recomendações do Tribunal de Contas, decidiu passar a adotar uma nova metodologia para determinação da procura, assente exclusivamente nas validações e na venda

de tarifa de bordo registadas no sistema de Bilhética, conforme referido adiante neste relatório.

Na verdade, o Tribunal de Contas havia recomendado à CARRIS que procedesse à divulgação da sua procura com base nas validações registadas, informação que só em 2014 se tornou possível produzir pelas razões acima apontadas.

Por outro lado, foi divulgado pela Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa um relatório, relativo a maio de 2013, com base numa avaliação efetuada no terreno que teve como objetivo determinar para alguns operadores da AML a fraude real, permitindo, no caso da CARRIS, calcular mensalmente a fraude em função da evolução da fraude detetada pela empresa nas ações de fiscalização.

A adoção desta metodologia foi um contributo decisivo para a transparência e para a melhoria da qualidade da informação respeitante à procura da CARRIS que, até à data, era determinada por método estatístico, a partir das vendas mensais dos passes e de coeficientes de repartição das receitas determinados por inquéritos à sua utilização realizados em 1989 e em 2007.

Assim, a procura de 2014 (Passageiros com Título de Transporte Pago) foi já determinada pela nova metodologia, sendo, para efeitos de comparação, corrigidos os valores dos anos 2010 a 2013, mantendo as variações percentuais da procura determinadas pela anterior metodologia, ou seja, aos valores de procura de 2014 foram aplicadas as variações anuais da metodologia anterior.

Durante o exercício de 2014, a CARRIS e o METROPOLITANO DE LISBOA prosseguiram, também, a consolidação de um posicionamento estratégico comum, com foco na intermodalidade e complementaridade de redes e visando o aumento da procura, designadamente pela captação de novos utilizadores do transporte público.

Das diversas medidas adotadas, salienta-se o objetivo de reduzir a fraude detetada nos transportes públicos, tendo sido lançada a campanha "Abra os olhos e combata a fraude", apostando na responsabilização e na sensibilização do Cliente para esta temática, como forma de garantir a sustentabilidade do seu transporte público. Foram, ainda, desenvolvidas ações específicas de comunicação e reforço da fiscalização em zonas estratégicas da cidade com o acompanhamento da PSP.

Com vista a potenciar a consolidação e o reconhecimento da integração operacional da CARRIS e METROPOLITANO DE LISBOA foi lançada, durante a semana da mobilidade de 2014, a campanha "A CARRIS e o METRO são o coração de Lisboa", iniciativa que visou assinalar o contributo destas empresas para a mobilidade sustentável na cidade de Lisboa, tendo partido da premissa que os dois operadores eram as "artérias" que conduziam as pessoas por toda a cidade. Foi, ainda, lançada a campanha "A prevenção é a melhor proteção", juntamente com a Divisão de Segurança e Transportes Públicos da PSP (DSTP), que teve como objetivo promover a adoção de comportamentos de segurança nos transportes públicos. De forma a refletir uma imagem comum nas diversas ações institucionais da empresa, foi, também, desenvolvida uma linha de merchandising CARRIS/METRO, com uma imagem renovada, muito interligada com o posicionamento das marcas no mercado dos transportes.

A Revista Via Lx, de caráter interno e institucional e a Newsletter Via Lx, numa vertente de comunicação externa, duas ferramentas de comunicação relevantes, tiveram, em 2014, inúmeras melhorias ao nível da forma, do processo e do conteúdo, contribuindo, assim, para uma comunicação que se pretende cada vez mais eficaz.

No âmbito do relacionamento e fidelização de clientes, foi criado um micro site que permite uma gestão mais eficaz dos passatempos CARRIS/METRO, valorizando e promovendo as parcerias existentes com entidades externas e que permitem gerar ofertas de bilhetes para concertos e outros espetáculos na área da cultura e do lazer.

O estabelecimento de relações de proximidade com os seus clientes foi, também, reforçado com a implementação da ação “Efemérides/Dias temáticos” onde, a CARRIS e o METROPOLITANO DE LISBOA criaram e lançaram imagens comemorativas nas redes sociais, com o objetivo de partilhar algumas datas importantes e comemorativas da cidade e dos Lisboa. De referir, ainda, a este propósito, a Maratona Fotográfica CARRIS/METRO, a segunda edição de uma iniciativa que visou fomentar o gosto e interesse pela fotografia, através da captação de imagens num espaço tão particular como o da CARRIS e do METROPOLITANO DE LISBOA, uma oportunidade em que os amantes da fotografia descobriram os transportes públicos de um ângulo diferente.

Em 2014, a CARRIS, em articulação com o METROPOLITANO DE LISBOA, consolidaram o programa que tem como objetivo a partilha de meios humanos e materiais existentes nas áreas centrais das duas empresas, nomeadamente no marketing e na logística, prevendo o mesmo, ainda, a contratação partilhada do fornecimento de bens e serviços, maximizando o efeito de escala, por recurso à figura de agregação de entidades adjudicantes, com ganhos muito significativos para ambas as empresas.

Ainda no âmbito da redução de custos, cumpre destacar o significativo redimensionamento do quadro de pessoal ocorrido em 2014. Com efeito, verificou-se uma redução global de 115 colaboradores de diferentes níveis funcionais e hierárquicos da empresa. Desta forma, a empresa, no decurso do mês de fevereiro de 2014, atingiu a meta de redução fixada na LOE, o que se julga ser um caso singular no setor dos transportes.

Espera-se, ainda que o próprio processo de integração operacional que prosseguirá e se consolidará, em 2015, no âmbito do grupo Transportes de Lisboa, venha a incrementar a redução do efetivo, em especial nas áreas corporativas das empresas, de onde resultará um acréscimo da eficiência e da produtividade com impactos positivos na diminuição dos custos operacionais e na melhoria do desempenho, de que o principal beneficiário final será, sempre, o cliente do transporte público.

A CARRIS refletiu, de forma positiva, nos seus resultados, como era previsível, o efeito conjugado das várias medidas implementadas, quer as resultantes das políticas públicas adotadas, designadamente as decorrentes da Lei do Orçamento de 2012, 2013 e 2014, quer as que foram implementadas no âmbito da gestão, tendo-se verificado, globalmente, uma redução significativa dos gastos operacionais e um aumento dos proveitos, que permitiram, uma vez mais, que o exercício se tenha concluído com um EBITDA positivo de cerca de 5,3 milhões de euros.

Neste domínio particular, é de referir que este resultado foi alcançado num quadro em que a Indemnização Compensatória, atribuída pelo Estado, foi reduzida em cerca de 75%, tendo passado de 19,5 milhões de Euros, em 2012, para 18,5 milhões, em 2013 e para 4,7 milhões em 2014.

A evolução dos principais indicadores evidencia, com clareza, que as melhorias verificadas nos últimos anos, refletidas em níveis de EBITDA positivos, vai prosseguir, dando sinais claros de consolidação do processo de reestruturação que a CARRIS tem vindo a desenvolver, ao longo dos vários anos.

A CARRIS desenvolveu, ainda, em 2014 uma campanha no domínio da "Atitude Comercial", com o objetivo de lutar contra a indiferença em relação à fraude, tendo a estrutura da CARRIS sido envolvida neste esforço.

Para que estes objetivos fossem dados a conhecer aos colaboradores, foi efetuado o desdobramento desta campanha através da realização de uma formação específica e em atividades internas periódicas.

A formação foi direcionada a tripulantes, agentes da fiscalização comercial, controladores de tráfego e área de enquadramento de tráfego em geral, para, assim, garantir a mudança de comportamentos conforme desejado.

Sendo a fraude nos transportes públicos um fenómeno transversal, que abrange todas as idades, géneros e meios sociais, sendo particularmente complexo em sistemas abertos, como o que é operado pela CARRIS, a recuperação de receitas, por contenção e posterior redução deste fenómeno, assumiu, em 2014, uma importância fundamental.

Neste contexto, em 2014 foram adotadas e consolidadas um conjunto de medidas e de ações preventivas, que permitiram um maior controlo e eficácia, designadamente pela intensificação e diversificação da tipologia das ações de fiscalização.

Em 2014, foi completado um processo de reforço do efetivo da fiscalização, recorrendo-se ao recrutamento em áreas não operacionais, de colaboradores reunindo as características necessárias para o desempenho da função.

Ao longo de 2014 verificou-se, também, um importante envolvimento e um apoio muito eficaz da PSP no acompanhamento de várias ações de fiscalização, nomeadamente em áreas e períodos mais críticos, com reflexos positivos na contenção da fraude, conforme adiante se descreverá.

Cumpre, ainda, sublinhar que a CARRIS tem prosseguido, de forma consistente, a sua responsabilidade enquanto agente económico e social que atua no domínio da mobilidade urbana, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento e para a sustentabilidade da cidade de Lisboa e da sua área metropolitana, o que tem sido prosseguido, num contexto de ajustamento integrado da sua atividade às necessidades do mercado, sempre norteado pela otimização da utilização dos recursos, com vista ao aumento da eficiência empresarial e da permanente melhoria da qualidade do serviço prestado.

Em conclusão, pode afirmar-se que o exercício de 2014 permitiu a prossecução das medidas tendentes à consolidação da melhoria operacional que a CARRIS tem vindo a evidenciar, de forma clara e consistente, em diversos domínios, nos últimos anos, o que, uma vez mais, foi reconhecido e valorizado pelos vários “stakeholders” da empresa, designadamente pelos seus clientes, tendo por base uma sondagem presencial, realizada entre 24 de novembro e 9 de dezembro de 2014, na qual se concluiu que 87% dos inquiridos revelaram estar bastante satisfeitos com o serviço prestado pela CARRIS.

A consulta, realizada a clientes frequentes da CARRIS, com mais de 14 anos e que utilizam autocarros ou elétricos mais do que uma vez por semana para se deslocarem no interior da cidade de Lisboa, demonstrou um nível médio de satisfação de 66.3 pontos (numa escala de 0 a 100), o qual é semelhante aos níveis atingidos em anos anteriores.

A Qualidade do serviço da CARRIS evidenciou uma avaliação positiva em todos os critérios que integram esta variável, situação que se mantém desde 2007.

2. SERVIÇO PRESTADO

A CARRIS, durante o ano de 2014, prosseguiu a concretização da sua estratégia de melhoria da qualidade do serviço prestado e de aumento da eficiência dos recursos utilizados, contribuindo positivamente para a sociedade e para o meio onde se insere.

A CARRIS continuou empenhada na consolidação e na modernização da empresa, bem como no reforço do seu papel como agente ativo para a mobilidade sustentável na Área Metropolitana de Lisboa.

Ao longo do ano de 2014, mantiveram-se os objetivos de melhoria da rendibilidade e redução dos custos dos serviços oferecidos.

Apesar de se ter atenuado a tendência mais retrativa da oferta registada a partir de 2011, em 2104, adotaram-se, ainda, algumas medidas de ajustamento dos períodos de funcionamento e frequências de carreiras, que se traduziram numa moderada redução da oferta.

Ainda em 2014, a CARRIS continuou empenhada em reforçar os contatos com as entidades competentes, designadamente com a Câmara Municipal de Lisboa, tendo em vista a implementação de medidas eficazes de proteção e de apoio à operação dos transportes públicos, mesmo que pontuais, de forma a contribuir para a melhoria efetiva da velocidade de exploração e da regularidade do serviço oferecido.

Ainda assim não foi possível evitar o agravamento das condições de operação no eixo Santa Apolónia – Praça do Comércio – Cais Sodré, decorrente do encerramento, em alguns períodos, ao tráfego automóvel, da Av. Ribeira das Naus, concentrando todo o tráfego no eixo interior Rua do Arsenal – Praça do Comércio – Rua da Alfândega, o que implicou a revisão dos horários das carreiras que circulam naquele eixo, processo ainda não concluído.

A qualidade do serviço oferecido foi, ainda, afetado pela necessidade da introdução de frequentes alterações de trajetos das carreiras devido à ocupação da rede viária por eventos de variada índole, dimensão e importância, sejam sociais, desportivos ou culturais, sendo, no entanto, de salientar a ativa disponibilidade das entidades policiais para minimizar, dentro do possível, os efeitos destes eventos sobre o transporte público.

O número de interrupções de circulação devido a veículos mal estacionados não sofreu alterações significativas relativamente a 2013, tendo-se, durante o ano de 2014, registado cerca de 1.200 situações com a duração média de 1 hora, afetando maioritariamente a circulação do modo elétrico, menos flexível por razões da infraestrutura, em termos de alternativas de trajeto e reposição da normalidade do serviço.

A irregularidade do serviço continuou, em 2014, a ser um fator que influenciou a qualidade do serviço prestado, para o que muito contribuíram as situações apontadas.

Através de uma gestão eficiente dos recursos, nomeadamente pela disponibilização diária dos meios necessários, foi, assim, possível cumprir em elevado grau o serviço programado.

No âmbito do Sistema de Gestão Integrado, bem como da Certificação de várias linhas/carreira, a CARRIS, à semelhança de anos anteriores, realizou o Inquérito de Satisfação dos Clientes (ISC), que mede e avalia o grau de satisfação dos seus Clientes e a evolução da opinião destes face a anos anteriores.

Tendo por base uma sondagem presencial, realizada entre 24 de novembro e 9 de dezembro de 2014, concluiu-se que 87% dos inquiridos revelaram estar bastante satisfeitos com o serviço prestado pela CARRIS.

A consulta, realizada a clientes frequentes da CARRIS, com mais de 14 anos e que utilizam autocarros ou elétricos mais do que uma vez por semana para se deslocarem no interior da cidade de Lisboa, demonstrou um nível médio de satisfação de 66.3 pontos (numa escala de 0 a 100), o qual é semelhante aos níveis atingidos em anos anteriores.

A Qualidade do serviço da CARRIS evidenciou uma avaliação positiva em todos os critérios que integram esta variável, situação que se mantém desde 2007.

2.1. REDE

Durante o ano de 2014, a CARRIS manteve inalterada a estrutura da sua rede a que correspondem 72 carreiras de autocarros e 5 de elétricos, sem alteração da sua extensão total.

A rede da CARRIS sofreu apenas pequenos ajustamentos dos quais se destaca a alteração de percurso da carreira 709, com destino a Campo de Ourique, para se obviarem as sistemáticas dificuldades de circulação via R. Rodrigues Sampaio.

REDE DE SERVIÇO PÚBLICO | em 31/12/2014

	Autocarros	Elétricos	TOTAL
Nº de Carreiras	72	5	77
Extensão da Rede (via simples - km)	669	48	676
Comprimento Total das Carreiras (ida e volta - km)	1.521	58	1.579
Comprimento Médio por Carreira (ida e volta - km)	21,1	11,6	20,5

2.2. OFERTA

A oferta anual, medida pelo número de “veículos x km” produzidos, registou uma redução de 3,2% relativamente ao ano de 2013.

Esta redução de oferta é consequência das várias medidas de ajustamento da oferta anteriormente referidas.

	VEÍCULOS * km (10 ³)			LUGARES * km (10 ⁶)		
	2013	2014	Var%	2013	2014	Var%
Autocarros	31.100	30.086	-3,3	2.801	2.720	-2,9
Elétricos+Ascensores+Elevadores	1.736	1.699	-2,1	167	165	-1,2
TOTAL	32.836	31.785	-3,2	2.967	2.885	-2,8

2.3. PROCURA

A CARRIS, conforme recomendações do Tribunal de Contas, decidiu passar a adotar uma nova metodologia para determinação da procura, assente exclusivamente nas validações e na venda de tarifa de bordo registadas no sistema de Bihética.

De facto, a completa desmaterialização dos títulos de transporte dos operadores da região de Lisboa, concluída em 2014, determinou que as validações nos sistemas dos diversos operadores passassem a traduzir os passageiros transportados de forma mais consentânea com a realidade.

Esta alteração afetou os indicadores de procura “Passageiros com Título de Transporte Pago”, “Passageiros de Serviço Público” e “Passageiros x km” e a “Taxa de Ocupação”.

Em 2014 os “Passageiros com Título de Transporte Pago” registaram uma ligeira redução, de cerca de 1,6%, relativamente a 2013, sendo essa redução maior, cerca de 3,5%, quanto aos “Passageiros de Serviço Público” devido à diminuição dos Passageiros Gratuitos e em Fraude.

	PASSAGEIROS TTP (10 ³)			PASSAGEIROS SP (10 ³)			Passageiro x km (10 ⁶)		
	2013	2014	Var%	2013	2014	Var%	2013	2014	Var%
Autocarros	116.989	114.890	-1,8	136.993	131.889	-3,7	438	419	-4,3
Elét.+Asc.+Elev.	11.512	11.492	-0,2	12.713	12.548	-1,3	29	29	0,0
TOTAL	128.501	126.382	-1,6	149.706	144.437	-3,5	467	448	-4,1

Apesar de, ainda, não ter sido possível encontrar em 2014 uma inversão da tendência retrativa da procura, a quebra percentual já foi inferior à redução da oferta, o que evidencia uma tendência favorável à consolidação para 2015 desta desejável inversão.

A maior redução dos “Passageiros x km”, comparativamente com os Passageiros, está relacionada com a progressiva diminuição do “Percurso Médio por Passageiro”.

2.4. QUALIDADE DE SERVIÇO

2.4.1. Velocidade Média de Exploração (km/h)

A velocidade média de exploração na rede da CARRIS manteve-se sem alterações significativas em relação ao ano anterior, tendo, em 2014, sido de 14,24 km/h, quando, em 2013, tinha sido de 14,30 km/h.

VELOCIDADE MÉDIA DE EXPLORAÇÃO (km/h)

	2013	2014	Var (%)
Autocarros	14,61	14,55	-0,41
Elétricos	10,27	10,30	0,30
TOTAL	14,30	14,24	-0,42

A manutenção do funcionamento, em parceria com a Polícia Municipal, da equipa de “Vigilantes” para fiscalização de corredores BUS e do estacionamento irregular em paragens ou em locais em que dificulta a circulação do transporte público, que, ao longo do ano, efetuou 4.200 autuações e promoveu a remoção por reboque de 172 viaturas irregularmente estacionadas, não se revelou, ainda assim, suficiente para a melhoria global da circulação do transporte público, a qual será absolutamente necessário promover, através de uma maior articulação entre as diferentes entidades intervenientes, sejam gestoras ou fiscalizadoras da utilização da via pública.

Em consequência, continuaram a verificar-se frequentes interrupções de circulação devido a situações de veículos mal estacionados. Em 2014, verificaram-se 1.199 interrupções, menos 3% do que no ano anterior, correspondendo à imobilização “forçada” de autocarros e elétricos, na via pública, num total de 788 horas. Por razões compreensíveis, o mais afetado por este fator perturbador da regularidade do serviço é o modo elétrico com maior destaque para a carreira 28E, que registou um agravamento de 58% no que se refere ao número de veículos imobilizados e de 47% no que se refere às horas de imobilização.

2.4.2. Taxa de Ocupação

O indicador Taxa de Ocupação relaciona a Procura, medida em “Passageiros x km”, com a Oferta, medida em “Lugares x km”.

Em 2014, reflexo dos decréscimos conjugados da Oferta e da Procura, a Taxa de Ocupação evidencia um decréscimo de cerca de 1,3% relativamente ao ano anterior.

TAXA DE OCUPAÇÃO

	2013	2014	Var (%)
Autocarros	15,63	15,41	-1,36
Eléct + Asc + Elev	17,75	17,57	-0,97
TOTAL	15,75	15,54	-1,32

2.4.3 - Taxa de Acidentes

Durante o ano de 2014, ocorreram menos vinte e nove Acidentes de Exploração do que em 2013, redução que se fez sentir especialmente no Modo Elétrico, onde se verificou uma quebra de cerca de 18% face ao número de acidentes ocorridos no ano anterior, o que se repercutiu favoravelmente na respetiva taxa de acidentes.

No total e no modo autocarro, os decréscimos não se repercutiram nas respetivas taxas de acidentes, face à redução também verificada no total de veículos x km do serviço realizado pela CARRIS. Assim, em 2014, face ao ano anterior, quer a taxa de acidentes global, quer a do Modo Autocarro apresentaram valores ligeiramente superiores, conforme se pode observar no quadro apresentado.

	Número de Acidentes de Exploração		Taxa de Acidentes de Exploração (Ac. por milhão de Veíc. km ST)	
	2013	2014	2013	2014
Modo Autocarro	1.066	1.061	34,02	35,10
Modo Elétrico	135	111	72,63	60,22
TOTAL	1.201	1.172	36,20	36,56

É importante sublinhar que a CARRIS continua a apresentar uma das mais baixas taxas de sinistralidade em comparação com as empresas congéneres europeias.

Para efeitos de manutenção de baixos níveis de acidentalidade, a CARRIS tem investido na formação e na sensibilização dos seus tripulantes para a necessidade de estes efetuarem uma condução económica e segura. Para tal, tem sido fundamental o cumprimento dos Planos Anuais de Formação, bem como a concretização de ações de formação e sensibilização realizadas nas próprias estações e ministradas por pessoal de enquadramento (Inspetores), com o objetivo de diminuir a acidentalidade.

Assim, com este objetivo, continuaram a ser concretizadas, em 2014, ações de formação contínua de tripulantes, no âmbito do CAM - certificado de aptidão para motorista, bem como ações de reciclagem em “Técnicas de Condução e Prevenção de Acidentes”, que abrangeram

tripulantes com maior número de acidentes, em situação de baixa há mais de seis meses ou que tenham de conduzir outras marcas ou novos veículos, nomeadamente, em caso de mudança de estação.

De referir, ainda, que o bom desempenho dos colaboradores, especialmente dos tripulantes (motoristas e guarda-freios), continua a ser valorizado com a atribuição de distinções de carácter não pecuniário, designadamente no âmbito da Boa Condução, da Antiguidade, do “Desempenho +” e da “Inovação CARRIS”.

2.4.4. Regularidade

A Regularidade é medida pelo indicador indireto “número de km perdidos por congestionamentos e outros problemas de trânsito por 10³ km percorridos”. O ano 2014 evidenciou, no tocante a este indicador, uma degradação global, relativamente a 2013, mais significativa nas carreiras de elétricos, conforme já foi referido.

Este agravamento está associado a diferentes fatores, com grande impacto ao nível do transporte público coletivo de superfície, dos quais, para além das condições de circulação, há que considerar um grande acréscimo de manifestações de índole diversa, sejam político/sindical, desportiva e outras.

VK PERDIDOS POR MILHAR DE VK PERCORRIDOS

	2013	2014	Var (%)
Autocarros	3,1	5,6	80,6
Elétricos	6,9	14,7	113,09
TOTAL	3,3	6,1	84,8

2.4.5. Atitude comercial

A CARRIS desenvolveu em 2014 uma campanha no domínio da "Atitude Comercial", com o objetivo de lutar contra a indiferença em relação à fraude. Toda a estrutura da CARRIS foi envolvida neste esforço, de grande importância para a sua sustentabilidade, como afirmava o *slogan* do projeto: Atitude Comercial é uma responsabilidade de todos!

Para atingir este objetivo, as três principais linhas desta ação foram as seguintes:

- Uniformização de um procedimento padrão para os Tripulantes junto dos clientes;
- Desenvolvimento da técnica de abordagem ao cliente;
- O reconhecimento da importância da proatividade e comprometimento de todos os colaboradores da empresa no sentido de aumento de receita e controlo de vendas (bilhetes).

Para que estes objetivos fossem dados a conhecer aos colaboradores, foi efetuado o desdobramento desta campanha na área da realização de uma formação específica e em atividades internas periódicas.

A formação foi direcionada a tripulantes, agentes da fiscalização comercial, controladores de tráfego e área de enquadramento de tráfego em geral, para, assim, garantir a mudança de comportamentos conforme desejado.

As atividades internas foram integradas num plano de comunicação interna, de forma a transmitir dados e mensagens relevantes, com o intuito de cativar e motivar os tripulantes e envolvendo todos os outros colaboradores da CARRIS.

Ainda neste âmbito e em paralelo com as ações internas, a CARRIS desenvolveu uma campanha externa destinada aos seus clientes, sensibilizando-os para os objetivos e os fundamentos desta campanha, debruçando-se, ainda, sobre a importância da validação como meio para melhorar a qualidade de serviço, fomentando, simultaneamente, a consciência para a necessidade da correta validação do título de transporte.

2.4.6. Fraude / Fiscalização Comercial

A fraude nos transportes públicos é um fenómeno transversal, que abrange todas as idades, géneros e meios sociais, sendo particularmente complexo em sistemas abertos, como o que é operado pela CARRIS.

Assim, a recuperação de receitas, por contenção e posterior redução da fraude, assumiu, em 2014, uma importância fundamental.

Neste contexto, em 2014 foram adotadas e consolidadas um conjunto de medidas e de ações preventivas, que permitiram um maior controlo e eficácia, designadamente pela intensificação e diversificação da tipologia das ações de fiscalização.

Em 2014, foi completado um processo de reforço do efetivo da fiscalização, recorrendo-se ao recrutamento em áreas não operacionais, de colaboradores reunindo as características mínimas para o desempenho da função.

Ao longo de 2014 verificou-se, também, um importante envolvimento e um apoio muito eficaz da PSP no acompanhamento de várias ações de fiscalização, nomeadamente em áreas e períodos mais críticos, com reflexos positivos na contenção da fraude.

Neste contexto prosseguiu, com carácter regular, a realização de ações de fiscalização “estacionada” em determinadas paragens e horários, o que, para além da sua eficácia, permitiu uma reforçada visibilidade da fiscalização, com os consequentes efeitos dissuasores. Manteve-se, também, o apoio às equipas de fiscalização por parte de agentes policiais descaracterizados.

Foram realizadas várias ações de fiscalização em coordenação com o METROPOLITANO DE LISBOA também para maior visibilidade da fiscalização.

Durante o ano de 2014 foram fiscalizados cerca de um milhão cento e quarenta mil passageiros, tendo sido detetados cerca de 48.000 infratores, dos quais mais de 18.200 foram objeto de autuação.

A “Taxa de Fraude Detetada” pelos agentes de fiscalização, representando a percentagem de passageiros em fraude em relação aos passageiros fiscalizados, cifrou-se em 4,44%, o que corresponde a uma redução de cerca de 0,7 pontos percentuais relativamente a 2013.

Nos termos estabelecidos na Lei nº 83-C/2013, que entrou em vigor a 1 de janeiro, a Autoridade Tributária e Aduaneira passou a ter competência para a instauração/instrução dos processos de contraordenação e aplicação das respetivas coimas, o que, ainda, não se verificou.

A CARRIS, durante o ano de 2014, prestou o apoio à Autoridade Tributária e Aduaneira, aceitando o pagamento de coimas que, voluntariamente, alguns passageiros infratores pretenderam efetuar. Os valores recolhidos não foram contabilizados nas receitas da empresa e encontram-se reservados para entrega ao Estado, havendo um registo auto a auto de todo o valor recolhido.

2.5. TARIFÁRIO E MERCADO

2.5.1 Aumento Tarifário

O Despacho Normativo do Ministério das Finanças e da Economia fixou em 1,0% a percentagem máxima de aumento médio de preços a vigorar desde 1 de janeiro de 2014.

A CARRIS decidiu manter os preços dos seus bilhetes próprios (Tarifas de Bordo da rede) e, por decisão acordada com o METRO, foram igualmente mantidos os preços dos títulos ocasionais pré-comprados combinados (Bilhete Viagem CA/ML, Bilhete 24 h CA/ML e Zapping).

	Aumento Janeiro de 2014
Passes	1,10 %
Pré-Comprados	0,00 %
Bilhetes	0,00 %
Atualização Média ponderada	0,92 %

2.5.2. Alterações tarifárias de 2014

O referido Despacho introduziu algumas alterações no sistema tarifário da Região de Lisboa que passamos a descrever:

Alargamento do serviço CP nos Passes Navegante Rede

O serviço CP no passe Navegante Rede foi alargado passando a abranger as deslocações ferroviárias entre as estações da cidade de Lisboa e as estações de Algés (Linha de Cascais), Amadora (Linha de Sintra) e Bobadela (Linha da Azambuja).

No passe Intermodal Navegante Urbano e nos passes combinados Navegante/SL/TCB 30 dias, Navegante/SL Br 30 dias, Navegante/TT Ca-Tr 30 dias e Navegante/TT Sx-Mt 30 dias, manteve-se a validade anterior no que respeita ao serviço CP, ou seja, na área urbana de Lisboa.

Extinção de Passes Combinados Carris/CP e Metro/CP

Devido ao alargamento do serviço CP no Passe Navegante Rede, foram extintos os seguintes passes combinados (em todas as suas modalidades):

- Carris/CP Amadora 30 dias
- Metro/CP Amadora 30 dias
- Carris/CP Bobadela 30 dias
- Metro/CP Algés 30 dias

Desmaterialização de Passes

Com a desmaterialização dos Passes L/Isidoro Duarte e L/Barraqueiro, bem como os passes LX-Rodoviária do Tejo, em todas as suas modalidades em Julho de 2014, todos os títulos válidos na região de Lisboa passaram a ser exclusivamente eletrónicos.

Receitas dos Intermodais segundo resultados do Inquérito 2007

Conforme o estabelecido na Portaria 241-A/2013 de 31 de Julho e Despacho nº 10076 – C/2013 da mesma data, a repartição de receitas dos passes intermodais passou a ser efetuada de acordo com os resultados do Inquérito à utilização dos Passes Intermodais realizado em 2007.

2.5.3. Subsídios atribuídos à CARRIS devido à prática das modalidades bonificadas nos Passes Sociais

a) Modalidade de Estudante

O artigo 6º das Portarias 982-A/2009 e 982-B/2009, de 2 de setembro, determinou o direito de as empresas de transportes serem compensadas financeiramente pela venda das modalidades de estudante em função dos descontos concedidos, tendo em conta o preço pago pelo cliente e o que seria pago pelo passe correspondente de tarifa inteira ou de criança, consoante o título de transporte. Neste contexto, a CARRIS recebeu, pela prática das modalidades de estudante, em 2014, o valor de 1.149.801 euros (valores líquidos), o que representou um acréscimo de 6,8% em relação ao montante recebido no ano anterior.

SUBSÍDIOS IMTT | RECEITA LÍQUIDA (10³ €)

Receita Líquida (10 ³ €)			
Subsídios IMTT 2014/2013	2013	2014	Var (%)
Modalidade 4_18	531	641	20,7
Modalidade Sub23	546	509	-6,8
Total	1.077	1.150	6,8

b) Modalidade Social +

A Portaria 272/2011, de 23 de setembro, posteriormente alterada pela Portaria 36/2012, de 8 de fevereiro, preconizou a atribuição às empresas de compensações pela prática das modalidades Social+ dos passes.

O valor da compensação devida à CARRIS pela prática do Social+ no ano de 2014 atingiu o montante de 1.195.321 euros, (valores líquidos), correspondendo a um acréscimo de 8,3% em relação ao montante recebido em 2013.

SUBSÍDIOS SOCIAL + | RECEITA LÍQUIDA (10³ €)

	2013	2014	Var (%)
Subsídios Social +	1.104	1.195	8,3

2.5.4. Análise da Procura e Receita por Título de Transporte Pago
a) Receitas líquidas

A receita líquida (sem a inclusão de subsídios de compensação) apresentou, em 2014, um acréscimo de 2,0%, em relação ao ano anterior, tendo sido de cerca de 88,6 M€.

RECEITA LÍQUIDA POR TÍTULO DE TRANSPORTE (10³ €)
 sem compensações Estudante e Social +

Ano	2013	2014	VAR (%)
Passes	54.777	54.638	-0,3
Pré-Comprados	20.826	22.097	6,1
Tarifa de Bordo	11.322	11.902	5,1
TOTAL	86.924	88.637	2,0

A variação positiva das receitas decorre do acréscimo de vendas de títulos registado em 2014. De fato, em 2014 a variação das vendas dos títulos foi a seguinte, por segmento:

- +0,3% em passes sociais;
- +1,2% em pré-comprados e
- +5,1% em tarifa de bordo.

Não foi considerado neste quadro a verba dos subsídios relativos à prática das modalidades de estudante (4_18 e Sub 23) e social + dos diferentes passes sociais multimodais.

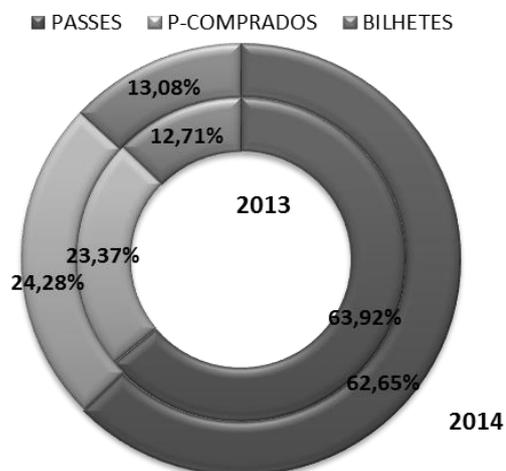
Considerando os valores dos subsídios recebidos pelos referidos passes, os montantes anuais de receita líquida foram os seguintes:

RECEITA LÍQUIDA POR TÍTULO DE TRANSPORTE (10³ €)
 com compensações Estudante e Social +

Ano	2013	2014	VAR (%)
Passes	54.777	54.638	-0,3
Compensação Estudante	1.077	1.150	6,7
Compensação Social+	1.109	1.195	7,8
Total Passes c/ Subsídios	56.963	56.983	0,0
Pré-Comprados	20.826	22.097	6,1
Tarifa de Bordo	11.322	11.902	5,1
TOTAL	89.111	90.982	2,1

Distribuição percentual das receitas

Em 2014 verificou-se um aumento percentual das receitas de Pré-Comprados e Tarifa de bordo em detrimento da receita de passes sociais.

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS RECEITAS
Estrutura de receitas


b) Procura (método antigo)
PROCURA COM TÍTULO DE TRANSPORTE PAGO (10³)
Método antigo

Ano	2013	2014	VAR (%)
Passes	136.895	133.871	-2,2
Pré-Comprados	19.815	20.281	2,4
Bilhetes	5.656	5.901	4,3
TOTAL	162.366	160.053	-1,4

Muito embora o ano de 2013 tenha apresentado mais um dia útil que 2014, para o decréscimo da procura contribuiu igualmente o decréscimo de -1,6% de validações com título de transporte pago.

c) Modelo futuro de procura e repartição e receitas /Aplicação da Portaria 241-A/2013 de 31 de julho

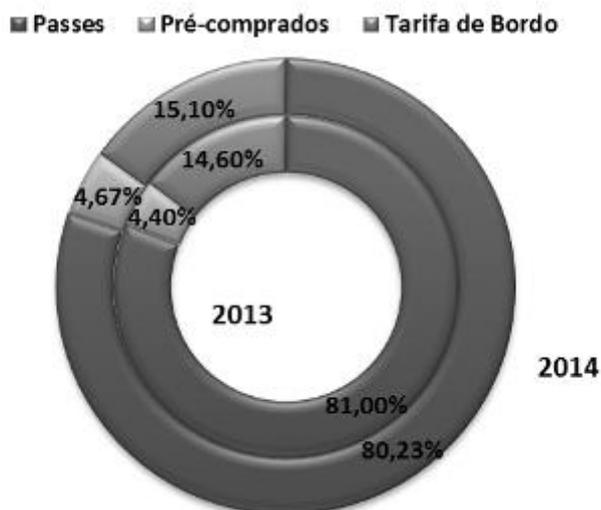
A Portaria 241-A/2013 de 31 de julho decretou a efetivação da repartição de receitas dos passes intermodais de acordo com os resultados do Inquérito à Utilização dos Passes intermodais de 2007, o que a CARRIS passou a fazer desde janeiro de 2013 e determinou que no futuro as repartições de receitas dos operadores de transportes da região de Lisboa sejam efetuadas através dos dados de validações (procura efetiva) dos respetivos sistemas de bilhética sem contato.

Por decisão da AMTL, este processo teve início em Janeiro de 2015, sendo assim as receitas resultado da procura real de cada operador, expressas nas respetivas validações dos sistemas de bilhética sem contato. A OTLIS procederá ao processo de repartição de receitas de passes sob supervisão da AMTL. A partir da mesma data, a CARRIS deixou de receber indemnizações compensatórias do Estado.

PROCURA COM TÍTULO DE TRANSPORTE PAGO (10³)
Validações

Validações com TTP (10 ³)	2013	2014	Var (%)
Passes	104.086	101.401	-2,6
Pré-comprados	18.759	19.080	1,7
Tarifa de Bordo	5.656	5.901	4,3
Total	128.501	126.382	-1,6

Em 2014, verificou-se uma quebra na procura com passes sociais, tendo aumentado a procura no segmento de títulos ocasionais, pré-comprados e adquiridos a bordo.

ESTRUTURA DA PROCURA (validações)


Em termos de distribuição da procura por rede, em 2014, verificou-se que o segmento de Passes tem maior expressão na rede de Autocarros e Elétricos, ao passo que a Tarifa de Bordo é o título com maior peso nos Ascensores e Elevador.

ESTRUTURA DA PROCURA/REDE


2.5.5. Passes

A venda de passes registou em 2014 um acréscimo de 0,3% relativamente ao ano anterior.

VENDAS DE PASSES (Unidades)

Vendas Passes Sociais (unidades)	2013	2014	ABS	%
Passes Próprios	3.960	0	-3.960	-100,0
Navegante Urbano	1.653.893	1.653.320	-573	0,0
Navegante Rede	215.788	268.939	53.151	24,6
Intermodais	949.267	920.208	-29.059	-3,1
L/Operadores e outros	198.646	196.837	-1.809	-0,9
Total Passes Intermodais	3.017.594	3.039.304	21.710	0,7
Combinados (inclui combinados Navegantes)	553.981	546.256	-7.725	-1,4
Total vendas Passes	3.575.535	3.585.560	10.025	0,3

Nota: Nota: Intermodais - L1, L12,L123,12,123,L123MA;L123SX; L/Operadores – L/CP, LX, L/Privados

A extinção dos passes próprios da CARRIS e do METRO foi uma decisão governamental com efeitos desde janeiro de 2013, provocando a transferência dos clientes exclusivos dos dois Operadores para os Intermodais Navegante Urbano e Rede a partir dessa altura. Em 2014 o passe Navegante Urbano praticamente manteve o seu nível de vendas do ano anterior.

O alargamento do serviço CP no passe Navegante Rede em janeiro de 2014, passando a abranger as deslocações ferroviárias entre as estações da cidade de Lisboa e as estações de Algés (Linha de Cascais), Amadora (Linha de Sintra) e Bobadela (Linha da Azambuja), fez aumentar em 24,6% as vendas deste título.

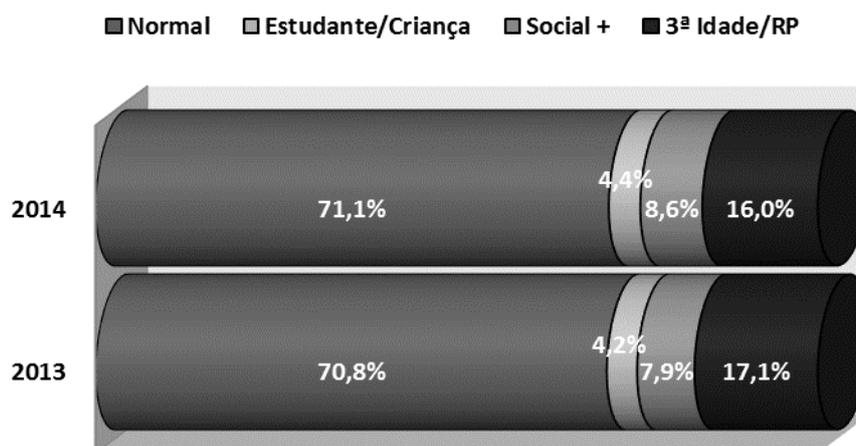
O segmento de Passes Combinados registou um decréscimo de 1,4%, contudo os combinados Navegante com a Transtejo e a Soflusa apresentam um crescimento de 8,6% relativamente a 2013, justificado pela boa aceitação pelo mercado destes combinados.

As modalidades de Estudante B, Criança e de 3ª Idade/Reformado Pensionista continuaram o seu decréscimo em 2014, a que continuou a não ser alheia a alteração dos critérios de atribuição das bonificações, verificada em 2012 (decrécimo de vendas de -16,5%, -1,7% e -6,1% respetivamente).

O decréscimo de venda da modalidade de Estudante B permitiu um acréscimo nas vendas da modalidade Social+ (+8,5%) para onde alguns clientes fizeram a sua transferência.

O peso dos clientes bonificados (Estudante, Criança, Social + e 3ª Idade/Reformado Pensionista), que, em 2013, foi 29,2%, passou, em 2014, para 28,9% devido ao menor peso dos passes de 3ª Idade e Reformado Pensionista.

ESTRUTURA DE VENDAS DE PASSES/MODALIDADES



2.5.6. Pré-comprados e Tarifa de Bordo

A procura de pré-comprados (Validações) registou, em 2014, um acréscimo de 1,7% relativamente ao ano anterior.

A eliminação do Bilhete Único CARRIS ocorreu em 2013 e conduziu a uma migração destes clientes para o Zapping, tendo, contudo, durante 2014, ainda, aparecido clientes com aquele título.

Em fevereiro de 2014 começou a ser utilizado nos transportes de Lisboa (CARRIS, METRO E TRANSTEJO) o Cartão Bancário/Caixa Viva. O Caixa Viva é um cartão de pagamento automático internacional da rede Maestro, emitido pela CGD, que permite ao seu titular o acesso e movimentação da conta à ordem associada, efetuar pagamentos em estabelecimentos comerciais e transportes aderentes.

Este projeto foi criado através de uma parceria da OTLIS, da Caixa Geral de Depósitos e dos Operadores de Transportes e criou um cartão híbrido com duas aplicações eletrónicas, uma aplicação bancária e uma aplicação de transportes, não existindo ligação física nem integração entre as duas aplicações.

PRÉ COMPRADOS | PASSAGEIROS C/TTP (Validações)

Procura (Validações)	2013	2014	Var. (%)
Bilhete Único	450.034	45.127	-90,0
Bilhete Viagem CA/ML	2.190.992	2.181.585	-0,4
Zapping	12.136.467	12.337.806	1,7
Bilhete CA/ML 24 h	3.478.547	3.852.223	10,7
Lx Card	502.961	641.276	27,5
Cartão Bancário		21.872	
TOTAL PRÉ-COMPRADOS	18.759.001	19.079.889	1,7

A receita líquida de pré-comprados registou um acréscimo de 6,1%, refletindo o aumento de procura de títulos ocasionais pré-comprados.

PRÉ COMPRADOS / RECEITAS LÍQUIDAS (€)

Receita líquida €	2013	2014	Var. (%)
Bilhete Único	93.082	20	-100,0
Bilhete Viagem CA/ML	4.379.160	4.519.173	3,2
Zapping	11.442.292	11.663.473	1,9
Bilhete CA/ML 24 h	4.349.263	5.132.336	18,0
Lx Card	562.291	759.800	35,1
Cartão Bancário	0	21.815	
TOTAL PRÉ-COMPRADOS	20.826.089	22.096.616	6,1

Por seu lado, a procura de Tarifa de Bordo registou, em 2014, um acréscimo de 4,3% relativamente ao ano anterior.

TARIFA DE BORDO | PASSAGEIROS C/TTP

Procura	2013	2014	Var. (%)
Tarifa de bordo	5.656.069	5.901.440	4,3

A receita líquida de tarifa de bordo registou um acréscimo de 5,1%, como reflexo do aumento da procura.

TARIFA DE BORDO / RECEITA LÍQUIDA (€)

Receita líquida (€)	2013	2014	Var. (%)
Tarifa de bordo	12.000.864	12.616.457	5,1

2.5.7. ÁREA DE VENDAS

Em 31 de dezembro de 2014, a constituição da rede de vendas da CARRIS era a seguinte:

Rede de Vendas	2013	2014
Espaços Cliente Carris/Metro	2	2
Quiosques mob Carris	4	4
Pontos mob Carris	99	95
Agentes Payshop	222	218
Estações CTT	55	47
Total	382	366

Relativamente à rede de vendas gerida diretamente pela CARRIS, há a registar uma redução na quantidade de Pontos mob Carris, resultante de três rescisões de contrato por iniciativa da CARRIS e uma por decisão do concessionário, devido ao encerramento definitivo do estabelecimento.

Por motivos vários, não foram assinados contratos com outros estabelecimentos. No entanto, para todos estes locais existem pontos de venda alternativos, sobretudo Agentes Payshop, para a aquisição de títulos de transporte, tendo continuado a registar-se um forte decréscimo do número de estações dos CTT, exclusivamente fruto das decisões de gestão dessa empresa.

Não obstante o decréscimo do total de pontos de venda da responsabilidade da CARRIS, a empresa continuou a oferecer aos seus clientes uma vasta rede de vendas, dispersa por toda a área geográfica abrangida pela sua rede de serviço público de transporte, complementada ainda com a rede de vendas do Metro, ATM's, Portal Viva, cartão Caixa Viva, proporcionando a CARRIS aos clientes, uma boa acessibilidade à aquisição dos títulos de transporte, facilitando, deste modo, o uso os transportes públicos.

Relativamente ao total das vendas efetuadas pela CARRIS, a posição relativa de cada canal é a seguinte:

- Espaços Cliente (vendas) – 5,0%
- Quiosques mob Carris – 6,3%
- Pontos mob Carris – 62,1%
- Payshop – 25,5%
- CTT – 1,2%

Numa breve análise deste indicador e atendendo ao número de estabelecimentos envolvidos, constata-se que o cliente CARRIS continuou a preferir os locais de venda diretamente ligados a esta empresa (Espaços Cliente, Quiosques e Pontos mob), muito provavelmente porque nestes locais existe um atendimento personalizado muito próximo da gestão de vendas da CARRIS.

Como forma de incentivo à angariação e manutenção de novos clientes, continuou a dar-se, em 2014, continuidade ao concurso “Ponto mob+”, que gerou bons resultados, sobretudo no Atendimento ao Cliente, conforme o demonstra o Relatório de Satisfação do Cliente.

No âmbito do processo de integração operacional da CARRIS e do METRO, tal como previsto, o acolhimento indiferenciado de clientes provenientes destas duas empresas foi bem recebido, já que se incrementou o número de locais de atendimento, dentro da cidade de Lisboa, facilitando o acesso à resolução de questões relativas ao pós-venda e à obtenção de informações várias.

2.6. COMUNICAÇÃO E IMAGEM

2.6.1. Introdução/Enquadramento

O ano de 2014 foi marcado pela consolidação e pelo reconhecimento, por parte dos clientes, da estratégica de comunicação da integração operacional da CARRIS e do METROPOLITANO DE LISBOA, promovendo uma maior perceção dos serviços prestados pelas duas empresas aos seus clientes, reforçando a respetiva complementaridade, apresentando-se, deste modo, estas empresas mais preparadas para enfrentar os desafios futuros e as necessidades atuais e futuras da mobilidade urbana.

Neste contexto, a estratégia de comunicação e de marketing, seguida pela CARRIS, durante o ano de 2014, visou reforçar a integração de processos e de metodologias na área da comunicação e da informação do serviço prestado ao cliente, permitindo, assim, promover, de forma mais eficaz, as necessidades atuais de mobilidade dos clientes.

A preocupação do combate à fraude nos transportes públicos urbanos de passageiros assumiu, também, grande relevância no plano de atuação estratégica da CARRIS, quer pela sua relevância ao nível do reforço das receitas, com especial vulnerabilidade na empresa, dado tratar-se de um sistema aberto (com livre acesso dos passageiros), mas, também, pelos efeitos que este fenómeno tem a nível social, dada a sua associação frequente a outros fenómenos, designadamente à insegurança e ao vandalismo nos transportes.

2.6.2. Abordagem Estratégica/Objetivos

Mantendo-se o contexto global de constrangimentos financeiros, a CARRIS surge, em 2014, no mercado da mobilidade como facilitador das necessidades diárias de mobilidade na cidade, tendo sido este o posicionamento que a empresa prosseguiu no mercado durante o ano transato.

Conforme atrás referido, o esforço de consolidação da intermodalidade e da complementaridade com o METROPOLITANO DE LISBOA, assumindo uma linha de comunicação comum, permitiu reforçar posicionamento estratégico atrás referido.

Contribuindo para a mobilidade diária da cidade de Lisboa, a CARRIS em colaboração com o METROPOLITANO DE LISBOA reforçou, durante o ano de 2014, junto dos seus clientes, uma imagem associada a critérios de sustentabilidade, quer pela forma empenhada, moderna e responsável como procurou promover a utilização do transporte público, quer, também, pela transparência na comunicação do modelo de gestão adotado, procurando maximizar a eficiência e reduzir perdas de receita, como é o caso das campanhas lançadas durante o ano transato, tendo em vista o combate à fraude no transporte público, designadamente decorrente do não pagamento do respetivo título tarifário.

A aposta na tecnologia permaneceu um dos vetores de atividade, dado ser um elemento facilitador, abrangente e eficaz, que permitiu ultrapassar algumas barreiras e preconceitos dos utilizadores do transporte individual em detrimento ao uso do transporte público. O apoio e a presença da CARRIS permanente em projetos lançados pela OTLIS, no Portal VIVA foram exemplo do atrás referido.

A melhoria contínua da informação e dos pontos de contacto com o cliente, permitindo, de forma cada vez mais eficaz, a análise e a seleção das soluções de mobilidade que melhor possam servir as diferentes procuras, continuou, também, a ser uma aposta primordial para o sucesso da CARRIS.

Reforçar a captação de receitas complementares foi, também, um objetivo central no ano de 2014, designadamente através do fomento de uma maior utilização dos serviços de transporte da CARRIS, bem como através da concretização de vendas específicas aquando da realização, em Lisboa, de eventos culturais e desportivos. A aposta na venda de títulos de transporte no mercado turístico foi, também, alvo de um elevado crescimento pela recetividade que este segmento de mercado tem evidenciado.

2.6.3. Ações realizadas durante o ano de 2014

Com o objetivo de reduzir a fraude detetada nos transportes públicos, eixo fundamental da estratégia de comunicação em 2014, foi lançada a campanha "Abra os olhos e combata a fraude", apostando na responsabilização e na sensibilização do cliente para esta temática, alertando para a necessidade dos utilizadores do transporte público serem detentores de um título de transporte válido, bem como para a utilização correta do sistema de bilhética, como forma de garantir a sustentabilidade do seu transporte público.

Foram, ainda, desenvolvidas ações de comunicação informativas acompanhando três ações de reforço da fiscalização, estacionadas em zonas estratégicas da cidade, respetivamente, em julho, em outubro e em dezembro do ano transato. Estas iniciativas, que contaram com o acompanhamento da PSP, visaram reforçar o trabalho desenvolvido diariamente pela CARRIS e pelo METROPOLITANO DE LISBOA, com o objetivo de combater a fraude nos transportes públicos.

Com vista a potenciar a consolidação e o reconhecimento da integração operacional da CARRIS e METROPOLITANO DE LISBOA foi lançada, também, durante a semana da mobilidade em setembro de 2014, a campanha "A CARRIS e o METRO são o coração de Lisboa", iniciativa que visou assinalar o contributo destas empresas para a mobilidade sustentável na cidade de Lisboa, tendo partido da premissa que os dois operadores são as "artérias" que conduzem as pessoas por toda a cidade.

A CARRIS, no âmbito da integração operacional com o METROPOLITANO DE LISBOA lançou, ainda, juntamente com a Divisão de Segurança e Transportes Públicos da PSP (DSTP), a campanha de segurança "A prevenção é a melhor proteção", que teve como objetivo promover a adoção de comportamentos de segurança nos transportes públicos.

Ainda com vista a unificar sinergias no que diz respeito à criação de ofertas e mais-valias aos seus clientes, foi criado, em novembro 2014, o micro-site para passatempos promovidos pela CARRIS e pelo METRO, que permite uma gestão mais eficaz das ofertas de bilhetes de concertos e outros espetáculos aos clientes na área da cultura e do lazer, no âmbito das parcerias estabelecidas.

Destaca-se, ainda, a parceria concretizada com a EGEAC, através do desenvolvimento do projeto Andar em Festa 2014, que apostou na associação da criação artística com o espaço público e os transportes coletivos de Lisboa, através da promoção de concertos de fado nos elétricos, da decoração dos ascensores e da concretização de alguns concertos em autocarros da empresa.

Durante o ano de 2014, foi, também, desenvolvida uma linha de *merchandising* CARRIS, em colaboração com o METROPOLITANO DE LISBOA, com uma imagem e linhas elegantes, muito interligada com o posicionamento das marcas no mercado dos transportes.

Também a Revista Via Lx, publicação de caráter interno e institucional e a Newsletter externa Via Lx, distribuída em formato físico e online, através da mailing list de subscritores dos sites CARRIS e METROPOLITANO DE LISBOA, são dois meios de comunicação, que, durante o ano de 2014, sofreram significativas melhorias ao nível da forma e do conteúdo.

Sendo o estabelecimento de relações de proximidade entre a CARRIS e os seus clientes uma das prioridades da Empresa, foi lançada com o METROPOLITANO DE LISBOA, no ano transato, a ação "Efemérides/Dias temáticos", que se traduz na criação e no lançamento de imagens comemorativas nas redes sociais com o objetivo de as empresas assinalarem algumas datas importantes e comemorativas da cidade e dos Lisboetas.

Com vista ao aumento da captação de receitas complementares, a CARRIS e o METROPOLITANO DE LISBOA marcaram presença em inúmeros eventos realizados em Lisboa, tendo criado, designadamente, a campanha Rock in Rio | Eu vou no METRO e volto na CARRIS, realizada em parceria com o Rock in Rio, com uma campanha específica virada para a promoção do uso do transporte público nos acessos ao festival.

Ainda no âmbito do acompanhamento de grandes eventos, a UEFA, em colaboração com a CARRIS e o METROPOLITANO DE LISBOA, transportou os Troféus das Finais da Liga dos Campeões Masculina e Feminina. A viagem foi realizada em elétrico e no ascensor da Glória da CARRIS e na linha verde do METRO, no dia 17 de abril e contou a participação de milhares de fãs.

Ainda em 2014, a CARRIS promoveu com o METROPOLITANO DE LISBOA, a segunda edição da Maratona Fotográfica CARRIS METRO, iniciativa que visou fomentar o gosto e o interesse pela fotografia, através da captação de imagens em espaços da CARRIS e do METROPOLITANO DE LISBOA, permitindo aos amantes da fotografia descobriram e divulgarem os transportes públicos.

A CARRIS decidiu, ainda, apoiar o concurso de Fotografia "Transportes e Logística em Portugal", promovido pela Fernave, através da cedência de prémios aos vencedores do tema "Transporte Rodoviário" do concurso, bem como através de divulgação da iniciativa nos meios online da empresa e da cedência de espaço para a exposição dos trabalhos vencedores no Museu da CARRIS, a concretizar em 2015.

Aproveitando o aumento generalizado das visitas de turistas à cidade de Lisboa em 2014, a CARRIS desenvolveu uma ação de promoção da rede de ascensores de Lisboa, respetivamente, em abril e em outubro.

Com o intuito de aproveitar o enorme acréscimo de visitantes à cidade de Lisboa, foi, ainda, lançada uma campanha de divulgação do Museu da CARRIS.

Em 2014, a CARRIS continuou a apostar em várias ações visando o reforço do seu contributo para a responsabilidade social.

Neste contexto, a CARRIS, no passado mês de dezembro, realizou, pelo trigésimo quarto ano consecutivo, a campanha "elétrico de natal", que percorreu a zona ribeirinha de Lisboa e que contou com a participação de cerca de 50 escolas, tendo transportado cerca de 2.400 crianças.

Consolidando a vertente solidária desta campanha, o Elétrico de Natal, em 2014, integrou, pela primeira vez, um pedido de donativo a cada escola por cada criança que participou na iniciativa, tendo-se conseguido angariar um montante de cerca de 1.000 euros, contributo que foi entregue à instituição Ajuda de Berço.

Aos fins-de-semana a campanha previu, pela primeira vez, também, um conjunto de viagens abertas ao público, num modelo de exploração conjunta com a CARRISTUR, que obteve uma receita de cerca de 4.100 euros, tornando a exploração desta campanha mais rentável.

Ainda no âmbito da responsabilidade social, a CARRIS e o METROPOLITANO DE LISBOA continuaram a apostar, em 2014, na campanha de angariação de fundos para a entidade Entrajuda, no âmbito da ação conjunta "Presente Consigo", tendo ambas as empresas, convidado os seus clientes e colaboradores a doarem alguns artigos de maior necessidade, podendo fazê-lo nos espaços cliente das empresas, tendo sido obtido cerca de 235 quilos de material angariado que foi distribuído por várias instituições de solidariedade.

A CARRIS e o METROPOLITANO DE LISBOA juntaram-se, ainda, ao Movimento Vencer e Viver da Liga Portuguesa Contra o Cancro, para assinalar o Dia Nacional de Prevenção do Cancro da Mama, com um conjunto de atividades apoiando, desta forma, a luta contra esta doença que mata quatro mulheres portuguesas por dia.

Reconhecendo o impacto que este tipo de iniciativas conferem na comunidade e apostando na melhoria do bem-estar da sociedade, no apoio a causas sociais e no desenvolvimento social das comunidades envolventes, bem como no impacto motivacional em que as mesmas se traduzem junto dos seus colaboradores, a CARRIS e METROPOLITANO DE LISBOA decidiram apoiar esta causa através de campanha informativa no interior dos veículos e os seus colaboradores, voluntariamente, vestiram a t-shirt da causa nesse dia.

Ainda no âmbito da promoção de ações internas, a CARRIS lançou a campanha "Redução de consumos de energia e água" que visou sensibilizar os colaboradores para a necessidade da adoção de comportamentos responsáveis, com vista a promover uma utilização mais económica dos recursos, designadamente água, energia e gás comprimido. Esta ação teve diversas fases de implementação e envolveu vários meios de comunicação.

ABORDAGEM COMERCIAL

A abordagem Corporate junto dos principais agentes de turismo em Lisboa alcançou, no passado ano de 2014, resultados muito positivos, tendo-se verificado um crescimento muito significativo da rede de abordagem (hotéis e agências de viagens), que se refletiu também, no crescimento do volume de vendas dos produtos "Living Lisbon", tendo sido obtida uma receita total de 195.562,60 euros, representando um aumento de 318% em relação às vendas realizadas no ano anterior (2013).

No ano de 2014 foram comercializados três produtos "Living Lisbon", no âmbito dos clientes empresariais, o Living Lisbon 2 viagens CARRIS/METRO, o Living Lisbon 24 horas CARRIS/METRO e o Living Lisbon 72 horas CARRIS/METRO.

Foi um ano de crescimento, de consolidação e de alargamento da rede de vendas dos produtos "Living Lisbon", quer na rede hoteleira, quer nas agências de viagens, tendo-se prosseguido o esforço no sentido da contínua adaptação e melhoria do produto, adequando casuisticamente às variações e às necessidades do mercado.

2.7. MUSEU DA CARRIS

Aberto desde 12 de Janeiro de 1999, o Museu da CARRIS é um testemunho do contributo que a empresa tem dado à cidade de Lisboa, sendo, igualmente, um marco cultural na história e na vida da cidade e de todos os que a visita, tendo vindo a consolidar-se como um museu de referência em Lisboa.

O ano de 2014 foi um ano de consolidação de resultados no Museu da CARRIS, após um ano de alterações de organização e funcionamento efetuadas em 2013.

A realidade museológica tem evoluído na última década, tendo conquistado um espaço primordial na dinâmica cultural e na aproximação dos diversos públicos.

O Museu CARRIS quis continuar a acompanhar esta tendência e chegar, cada vez mais, próximo dos seus visitantes, proporcionando-lhes momentos de cultura, descontração e lazer.

2014 foi, também, o ano de consolidação do Serviço Educativo do Museu, com uma ação educativa, vocacionada e adaptada a crianças, jovens, escolas, famílias e públicos com necessidades específicas, tendo esta vertente do museu crescido 135% em relação ao ano anterior, fruto das alterações de funcionamento e de conteúdos introduzidas.

Resultado da dinâmica implementada em 2013 e consolidada em 2014, o Museu da CARRIS registou um aumento do número de visitantes de 40%, tendo-se também, aumentado a receita de bilheteira que teve, pela primeira vez, uma faturação superior a 30.000 euros, correspondendo a um crescimento de 187% em relação a igual período do ano anterior.

Das atividades desenvolvidas pelo Museu da CARRIS em 2014, destacam-se:

- Consolidação da parceria com a “Lisboa Quem És Tu”, espetáculo multimédia conta a história da Cidade de Lisboa através dos monumentos, dos locais emblemáticos, dos factos e das personagens marcantes;
- Reforço da parceria com o Village Underground, plataforma internacional para a cultura e para a criatividade instalada em Santo Amaro e que integra o percurso do Museu da CARRIS;
- Desenvolvimento de um conjunto de exposições no espaço da Galeria do Museu e na Antiga Carpintaria Mecânica.

No que toca ao espaço Galeria e Antiga Carpintaria, em 2014, o Museu da CARRIS recebeu as seguintes exposições:

• EXPOSIÇÃO LABORATÓRIOS ARTÍSTICOS | UMA PRODUÇÃO TEMPOS DE VISTA

Este projeto, iniciado em 2012, teve continuidade no ano de 2014, com a realização de três residências artísticas e respetivas exposições, na Antiga Carpintaria do Museu da CARRIS, da autoria de Maria Sasseti e de Inês Moura, tendo decorrido entre o dia 02 e 31 de janeiro.

A segunda exposição contou com a participação de Joana Gomes e Sérgio Fernandes e decorreu entre o dia 01 e 28 de fevereiro, tendo a última exposição contado com a participação de Inês Teles e Min Kim, entre os dias 01 e 31 de março.

- **EXPOSIÇÃO O EFÊMERO EM PASSAGEM**

Esta exposição, da autoria de João Abreu, Nuno Lacerda e Frederico Albuquerque Mendes, decorreu na Galeria do Museu da CARRIS, entre o dia 29 de maio e dia 30 de junho, tendo integrado diversas peças e movimentos artísticos contemplando fotografia, pintura, som e vídeo.

- **EXPOSIÇÃO SOBRE CARRIS | 18 DE SETEMBRO A 19 DE DEZEMBRO**

Esta exposição decorreu na Antiga Carpintaria do Museu da CARRIS, em parceria com o Museu Nacional Ferroviário, tendo sido inaugurada por ocasião do aniversário da CARRIS, a 18 de setembro de 2014.

Esta exposição contou a história do que une o museu da CARRIS e o Museu Nacional Ferroviário, que preservam veículos que circulam sobre carris e que transportam séculos de estórias, tendo convidado os visitantes para a realização de uma viagem no tempo.

- **EXPOSIÇÃO SEM FORMATO | PROVA I E PROVA II**

Esta exposição decorreu na Galeria do Museu da CARRIS, no período de 02 de outubro a 14 de dezembro, tendo integrado duas evoluções distintas, a prova I e a prova II, duas exposições fotográficas que estiveram a cargo dos artistas José Luís Neto, Mariana Marote e Rodrigo Bettencourt.

3. RECURSOS HUMANOS

A gestão da proximidade foi um fator determinante, em 2014, no desempenho dos colaboradores, designadamente pelo fortalecimento das relações interpessoais, pela criação de uma rede alargada de contatos e pelo aumento da produtividade das equipas.

Nesse sentido, a CARRIS tem trabalhado e desenvolvido ações que pretendem consolidar a proximidade entre as diversas áreas corporativas da Transportes de Lisboa - CARRIS e do METROPOLITANO DE LISBOA, dando especial relevo às suas estruturas, responsabilidades e modos de funcionamento, permitindo ainda, um conhecimento mútuo e recíproco dos colaboradores e fomentando um espírito de equipa entre ambas as empresas.

As ações desenvolvidas no domínio dos recursos humanos têm fomentado, promovido e dinamizado diversas iniciativas assentes em boas-práticas e em procedimentos de qualidade na relação de serviço.

3.1. DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Desde 2010, com a criação do Gabinete de Desenvolvimento Organizacional, que esta área tem tido um manifesto crescimento na gestão de processos, criação de ferramentas e uniformização da comunicação interna. Em articulação com a Direção de Gestão de Pessoas e Capital Humano tem tido, igualmente, um papel preponderante na gestão da mudança e da proximidade, junto dos colaboradores da empresa, promovendo o desenvolvimento e a valorização pessoal e profissional dos mesmos. A área de Desenvolvimento Organizacional tem, ainda, acompanhado e monitorizado a aplicação de estudos do Clima Organizacional, gerindo a implementação de melhorias internas que beneficiem os trabalhadores da CARRIS, considerando as suas sugestões. Com as recentes decisões de integração operacional e funcional das empresas de transportes da área metropolitana de Lisboa, a área de desenvolvimento organizacional tem promovido diversas iniciativas conjuntas que contribuem para uma melhor adaptação de processos, procedimentos e pessoas.

3.1.1. Comunicação interna

Uma das vertentes estratégicas do desenvolvimento de qualquer organização é a comunicação interna, aspeto em que a CARRIS muito tem apostado, desde 2010, considerando e reconhecendo que esta vertente funciona como um veículo facilitador na transmissão de mensagens objetivas e transparentes sobre o negócio, políticas e estratégia da gestão de topo, permitindo a todos os colaboradores terem uma visão mais global sobre a evolução da empresa e, assim, poderem participar, de forma mais ativa, utilizando os múltiplos canais de comunicação existentes, podendo expor as suas opiniões, sugestões ou mesmo apresentar reclamações ou denúncias, nomeadamente através do portal interno “myCARRIS”.

Os outros suportes de comunicação existentes continuaram a ser objeto de melhoria contínua, designadamente:

- Correio eletrónico
- Newsletter Interna

- Especial CARRIS
- myCARRIS
- MOBTv

3.1.2. Estudo do Clima CARRIS/METROPOLITANO DE LISBOA

Em 2013, de modo a melhor avaliar o impacto do processo de integração operacional da CARRIS e do METROPOLITANO DE LISBOA, realizou-se o primeiro diagnóstico interno conjunto, aferindo opiniões, perceções e recolhendo sugestões sobre as práticas de ambas as empresas, bem como o clima organizacional, considerando uma dimensão que permitiu à gestão de topo identificar de que forma os colaboradores de cada uma das empresas percecionam a outra empresa congénere.

Os resultados apurados no relatório final da CARRIS destacaram que o nível geral de satisfação é positivo na maioria dos indicadores, registando-se alguma insatisfação relativamente a alguns aspetos respeitantes às recompensas, benefícios e incentivos. Este relatório concluiu, ainda, que os colaboradores da CARRIS estão satisfeitos com o clima de funcionamento interno, salientando-se, particularmente, a implementação do correio eletrónico para todos. Os colaboradores da CARRIS mantêm um nível elevado de identificação com a empresa, apreciando a modernização operada na empresa, bem como a qualidade do serviço ao cliente. Os resultados relativos ao grau de satisfação sugerem que é conveniente investir nas práticas de Gestão de Recursos Humanos, bem como melhorar a produtividade e a eficiência interna, nomeadamente no que diz respeito às práticas de liderança e de participação dos colaboradores ao nível decisório da estratégia da empresa.

Na sequência da aplicação do questionário, e no decorrer do ano 2014, foram formadas equipas de trabalho mistas CARRIS/METROPOLITANO DE LISBOA e multidisciplinares, com o objetivo de serem analisados todos os aspetos passíveis de otimização e sugestões submetidas pelos colaboradores que responderam ao inquérito. Foram elencados todos os pontos que poderiam ser convertidos em ações de melhoria exequíveis, com posterior reencaminhamento para as áreas competentes pela respetiva implementação, encontrando-se, ainda, este trabalho em fase de execução.

3.1.3. Meritocracia

A CARRIS, no ano de 2014, deu continuidade ao desenvolvimento e à aplicação da meritocracia relativamente ao desempenho dos seus colaboradores. No âmbito dessa distinção, o Desempenho + continuou a ser a principal referência.

Sendo os destinatários dessa distinção os tripulantes que desempenham as suas funções, de forma excecional e meritória, continuaram a ser realizadas sessões quadrimestrais, nas quais foram distinguidos 148 colaboradores. De forma a reforçar o reconhecimento da CARRIS foram criados momentos de convívio e de partilha, entre pares e com as respetivas hierarquias, fortalecidos por ações de TeamBuilding.

3.2. PRÁTICAS DE RECURSOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

No ano de 2014, a CARRIS dinamizou o desenvolvimento dos seus colaboradores, através da aposta em diversos vetores:

- Consolidação do Modelo de Gestão de Desempenho por competências e objetivos, abrangendo todas as áreas da empresa;
- Formação focalizada no desenvolvimento sustentável de competências, alinhada com a estratégia organizacional;
- Envolvimento e comunicação com os colaboradores.

Como exemplo prático da postura assumida, destaca-se o Modelo de Gestão por Competências e Objetivos.

3.2.1. Modelo Integrado De Gestão De Capital Humano – Gestão Por Competências e Objetivos

Em 2014 foram revistas e atualizadas as avaliações de todos os colaboradores, com o fim de otimizar o processo de gestão contínua do desempenho e, conseqüentemente, os resultados da organização.

Através da análise estatística das competências nas diversas funções, como exemplificado na imagem abaixo, o processo de gestão de desempenho tem vindo a tornar-se cada vez mais eficaz, transversal e transparente, sendo um forte suporte nos processos de gestão da formação e potencial na Empresa.

3.2.2. Programas Estratégicos de Desenvolvimento Pessoal

Com base na estratégia organizacional e no Modelo de Gestão de Desempenho por Competências e Objetivos, no ano 2014, foram desenvolvidos em continuidade diversos programas estratégicos de desenvolvimento pessoal.

Programa DRIVE (DESENVOLVER + RECONHECER + INFLUENCIAR + VALORIZAR + ENERGIZAR)

Este programa tem como principal objetivo apoiar e promover o desenvolvimento dos Gestores de Desempenho, com o desígnio de otimizar desempenhos e reforçar as competências dos líderes da Empresa e dos restantes colaboradores, através dos vetores estratégicos Apoio à Gestão de Desempenho, Programa CHANGE, Formação focalizada e Ferramentas de Proximidade.

Programa ACADEMIA

Em 2014, foi desenvolvida uma segunda edição conjunta do programa Academia, numa lógica integradora CARRIS/METROPOLITANO DE LISBOA. Esta 2ª edição conjunta (3ª edição para o universo CARRIS) contou com a participação de 15 quadros técnicos da CARRIS e 10 do METROPOLITANO DE LISBOA, promovendo-se a troca de conhecimentos e de boas práticas, pensando-se em soluções e formas de superar desafios na CARRIS e nas empresas do setor. Foram, igualmente, envolvidos 15 quadros diretivos da CARRIS e 10 do METROPOLITANO DE LISBOA que constituíram a lista de mentores, transmitindo a sua experiência e conhecimento aos respetivos mentorees através de um programa de Mentoring que lançou diversos desafios aos binómios, sobretudo na perspetiva da autorreflexão e da auto análise.

A 2ª Edição do programa Academia foi composta por quatro vertentes:

1. *Benchmarking Empresarial*, onde foram constituídos grupos de trabalho, proporcionados fóruns de debate sobre temáticas específicas do negócio e da atualidade da realidade da Transportes de Lisboa;
2. *Inspire Sessions*, nas quais, através de *workshops* e outras ações interativas, se pretendeu dinamizar, energizar e inspirar os colaboradores através de temáticas como a liderança/coaching e Criatividade & Inovação;
3. *Formação Específica*, dividida em sessões de Inglês e formação em sala orientada para o desenvolvimento pessoal e profissional nas áreas comportamentais e de gestão;
4. *Programa de Mentoring* que visou reforçar a relação e a passagem de *know-how* entre os quadros da Empresa – intra e interempresas.

Formação

A CARRIS continuou a apostar fortemente no desenvolvimento dos seus colaboradores, tornando a formação um processo contínuo e dinâmico, que visa valorizar os seus ativos, a sua função e a própria empresa, potenciando o desenvolvimento das pessoas, sob o ponto de vista profissional e pessoal.

Em termos estratégicos, as competências *target* desenvolvidas no ano 2014 traduziram-se nas seguintes:

- Técnicas de condução e conhecimento de autocarros e veículos elétricos;
- Qualidade na relação com o cliente, em termos relacionais e comerciais;
- Sustentabilidade empresarial, no que respeita ao conhecimento e aplicação dos princípios do Sistema de Gestão Integrado em Segurança e Saúde no Trabalho.

É de realçar o projeto formativo “ Campanha de Atitude Comercial” transversal a todos os colaboradores das áreas operacionais e comerciais. Este projeto teve como objetivo principal, aumentar as validações através de consciencialização da importância da medida na sustentabilidade da Empresa.

Foi concluída a primeira fase do *Programa CAM (Certificado de Aptidão para Motoristas)*, abrangendo 100% dos motoristas da empresa, bem como parte do pessoal de enquadramento e guarda-freios. É, também, de destacar o programa integrado de desenvolvimento da equipa de Fiscalização Comercial, realizado em 2014, que visou reforçar as competências comportamentais e técnicas desta equipa, de forma a prepará-la para os desafios diários., conforme já referido no ponto 2.4.6 do presente relatório.

Nas áreas corporativas, foram proporcionadas formações de âmbito técnico, agregadas às várias funcionalidades dentro da organização, nomeadamente em tecnologias de informação, formação de formadores (CCP), formações específicas em gestão do ambiente e energia, formações técnicas de manutenção e conservação de património, e também formação na vertente comportamental.

Programa de Inglês

A CARRIS continuou a valorizar e a apostar fortemente no programa de Inglês que tem vindo a abranger cada vez mais colaboradores da empresa e do METROPOLITANO DE LISBOA.

Esta formação abarca várias vertentes, nomeadamente:

- Programa de inglês individual a quadros da CARRIS e do METROPOLITANO DE LISBOA;
- Programa especialmente dirigido às chefias intermédias da operação, de forma a elevar o seu nível de conhecimento e otimizar a relação com o cliente;
- Formação dirigida a temáticas específicas da Empresa, no âmbito do Programa ACADEMIA;
- Iniciação ao inglês a tripulantes, em módulo próprio integrado na formação CAM.

Em 2014, foram ministradas 23.882 horas de formação para 1.635 colaboradores, o que representa uma taxa de formação de 6,49‰, representando um aumento de **7,1%** em comparação com o ano de 2013.

Comparando com o ano 2013, verificou-se um aumento de **34%** no investimento em formação e um aumento de **84%** relativamente às participações dos colaboradores.

FORMAÇÃO

	2012	2013	2014
HORAS	33.710	23.627	23.882
PARTICIPANTES	1.146	1.221	2.241
CUSTO [m€]	288,4	142,6	191,4
TAXA DE FORMAÇÃO [%]	8,25	6,06	6,49

3.3. ABSENTISMO

No ano de 2014, foram diversos os fatores que ditaram a manutenção da Taxa de Absentismo Global em valores muito idênticos aos do ano anterior.

Verificou-se uma redução considerável dos dias de trabalho perdido por Acidente de Trabalho (AT), obtendo valores abaixo dos últimos dois anos, sendo, no que respeita às baixas por doença, o resultado marcado por um acréscimo que mereceu uma análise interna.

Ainda assim, é importante referir que, a maior redução verificou-se no indicador que respeita ao absentismo por motivo de greve. Mesmo com as restrições mantidas no ano de 2014, os valores aproximam-se de zero.

Para que melhor se entenda a forma como foram analisadas as variáveis, o quadro que se segue, apresenta o detalhe deste indicador:

ABSENTISMO DETALHADO

	2012	2013	2014
Doença	2,08%	3,56%	4,28%
Acidentes de Trabalho	0,62%	0,78%	0,55%
Faltas Injustificadas	0,23%	0,23%	0,25%
Greves	0,72%	0,66%	0,07%
Faltas Justificadas	2,21%	2,31%	2,37%
AE - Cláusula 33º a) (Alínea "M")	0,38%	0,41%	0,41%
TAXA DE ABSENTISMO GLOBAL	6,24%	7,94%	7,93%

Embora tenha sofrido um aumento de 2,6%, a variável onde estão equacionadas as faltas justificadas, estas devem ser analisadas de forma mais minuciosa, sendo que, as faltas mais significativas são as que são justificadas com atividades que se prendem com as representações sindicais, tendo um peso de 47% no total do “grupo” em análise.

Verificou-se uma redução significativa dos dias de trabalho perdidos no que respeita a Acidentes de Trabalho (-30%) e greves (-89%) e um aumento de cerca de 20% no absentismo provocado por motivos de doença.

Em 2014, a CARRIS reduziu o absentismo global, o que deve ser realçado como um aspeto positivo tendo em conta o atual contexto socioeconómico.

ABSENTISMO

	2012	2013	2014
HORAS	255.092	309.842	292.023
TAXA DE ABSENTISMO GLOBAL	6,24%	7,94%	7,93%

3.4. TRABALHO SUPLEMENTAR

Face ao que foi referido no ponto anterior, verificou-se, em 2014, o aumento do trabalho suplementar, conforme o quadro a seguir evidência:

TRABALHO SUPLEMENTAR			
	2012	2013	2014
HORAS [milhares]	66,2	96,6	136,7
CUSTO [m€]	427,1	609,1	820,4
TAXA DE TRABALHO SUPLEMENTAR	1,83%	2,62%	3,88%

Os principais motivos que contribuíram significativamente para o aumento do trabalho suplementar foram:

- Absentismo provocado por motivo de doença (4,28%) e faltas justificadas (2,37%);
- Saída de tripulantes essencialmente por pedidos de demissão.

O aumento considerável de trabalho suplementar, em 2014, deveu-se ao referido anteriormente e à necessidade de continuar a satisfazer e a dar resposta à prestação de serviço de acordo com os padrões de qualidade.

3.5. EVOLUÇÃO DO EFETIVO

A evolução do efetivo da CARRIS tem acompanhado dinâmicas próprias e bem definidas, tendo ocorrido, no ano de 2014, a saída de 115 colaboradores.

EFETIVO CARRIS

	2012	2013	2014
EFETIVO AO SERVIÇO	2.175	2.063	2.009
OUTRAS SITUAÇÕES	221	192	132
Pré-Reformados	65	58	2
Requisitados à empresa	7	6	5
Regime de Cedências pela empresa	149	128	125
EFETIVO GLOBAL	2.396	2.255	2.141

O quadro seguinte apresenta de forma detalhada a evolução do efetivo da CARRIS, nos últimos três anos.

SAÍDAS

	2012	2013	2014
Reforma Invalidez	8	2	3
Reforma Limite Idade	3	3	3
Reforma Antecipada	9	0	0
Falecimento	5	3	0
Pedido Demissão	28	33	33
Demitidos	8	6	17
Revogação Mútuo Acordo	178	94	59
Cessação Contrato Termo	0	0	0
TOTAL DE SAÍDAS	239	141	115

À semelhança dos anos anteriores, no ano de 2014 destaca-se o elevado número de rescisões por mútuo acordo.

Contudo, não se pode deixar de destacar o facto de que, em 2014, se registou mais do dobro do número de despedimentos face ao ano anterior, tendo-se mantido o número de pedidos de demissão que tiveram impacto essencialmente na área da operação.

No que respeita ao número de admissões efetuadas pela CARRIS e dando cumprimento ao definido na Lei do Orçamento do Estado, apenas foi registada, em 2014, uma readmissão fruto de imposição do Tribunal de Trabalho.

Relativamente à distribuição funcional do efetivo da CARRIS, destaca-se uma ligeira diminuição em todos os sectores da empresa, com exceção feitas nas áreas da fiscalização comercial e apoio administrativo.

Na fiscalização, conforme referido no ponto 2.4.6 deste relatório, foram afetos colaboradores que permitiram dar uma resposta mais eficaz às atuais necessidades que esta área vem enfrentando, designadamente, no tocante ao combate à fraude e ao aumento das validações. No apoio administrativo o aumento verificou-se devido ao facto de alguns colaboradores, por questões de saúde, serem deslocados do tráfego temporariamente, sendo colocados no centro de mobilidade.

DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DO EFETIVO

	2012	2013	2014
Dirigentes + Resp. Área	36	33	31
Quadros Técnicos	85	78	84
Apoio Administrativo	247	236	249
Apoio Operacional	65	58	56
Pessoal Tripulante	1.560	1.491	1.412
Motoristas	1.416	1.353	1.285
Guarda-Freios	144	138	127
Controlo de Tráfego	58	57	55
Fiscalização	33	33	40
Manutenção	91	80	82
Outros*	221	189	132
EFETIVO GLOBAL	2.396	2.255	2.141

(*) Inclui pessoal em regime de cedência pela empresa, requisitados e pré-reformados.

Importa referir que o aumento verificado na variável “quadros Técnicos”, está diretamente relacionada com a retoma de funções, por parte dos colaboradores, que se encontravam em situação de pré-reforma. Ou seja, atualmente encontram-se nessa situação apenas dois colaboradores, menos 56 do que no ano de 2013.

3.6. ACIDENTES DE TRABALHO (AT's)

Em 2014 verificou-se uma significativa diminuição dos dias de trabalho perdidos, apesar do aumento no número total de acidentes de trabalho participados.

Este é o indicador com maior importância, por se refletir diretamente no absentismo, nos custos com trabalho suplementar e no índice de gravidade, indicador que reflete a qualidade das condições de trabalho.

ACIDENTES DE TRABALHO			
	2012	2013	2014
N.º ACIDENTES DE TRABALHO	58	67	92
ÍNDICE DE FREQUÊNCIA	14,8	16,5	25,2
ÍNDICE DE GRAVIDADE	1,1	1,4	0,9
DIAS PERDIDOS (ITA)	4.379	5.266	3.511
PESO RELATIVO DOS ACIDENTES DE TRABALHO NO ABSENTISMO GLOBAL	0,62%	0,78%	0,55%

Este número, de 3.511 dias perdidos, é significativamente mais baixo do que em anos anteriores. Em relação a 2013 (5.266 dias perdidos) houve um decréscimo de 33,3%.

Em 2014, não foi possível atingir uma redução no número total de sinistros, face ao ano anterior, tendo-se verificado um aumento de 37% no número total de AT's participados.

As agressões, apesar de serem a segunda tipologia mais frequente, continuam a ser o principal foco de interesse relativamente à problemática dos AT's. Se é bem verdade que, ao longo

destes últimos anos, a CARRIS tem facultado formação para a prevenção de riscos nessa área e tomado diversas medidas que visam prevenir esta tipologia de acidente, a realidade demonstra que as mesmas não surtiram o efeito desejado, de onde se destaca como principais afetadas por esta tendência as áreas operacionais da UCT e da UCOP, ou seja, Motoristas de Serviço Público (MSP), Guarda-freios (GF) e Agentes da Fiscalização Comercial (AFC).

3.7. SAÚDE

Mantendo a filosofia de uma melhor otimização dos meios técnicos e humanos existentes na Posto Médico, no ano 2014, manteve-se o mesmo horário alargado, permitindo aos colaboradores o acesso às diversas valências de atendimento.

A Área da Saúde acompanha as visitas técnica de SST, sejam de avaliação das condições de trabalho ou nas ações de sensibilização de SST (CARRIS e Carrisbus).

Em 2014, estabeleceram-se, ainda, dois Protocolos com as empresas participadas CARRISTUR - Exames Médicos de Admissão - e CARRISBUS - Serviços de Medicina no Trabalho e Enfermagem Curativa, englobando as campanhas de saúde realizadas anualmente na CARRIS.

3.8. HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

Os serviços de Higiene e Segurança no Trabalho estão abrangidos pela certificação do Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho, assentando no conhecimento do *core business* dos técnicos internos, na atividade de identificação, avaliação e controlo de riscos profissionais e das necessidades de informação e formação associadas, no sentido da melhoria contínua das condições de trabalho.

AÇÕES DESENVOLVIDAS – 2014	
Intervenções de HST – Avaliação e Controlo de Riscos (27 das quais com acompanhamento de terreno de técnicos da Saúde)	168
Planeamento da Prevenção	3
Formação, Informação e Consulta aos Trabalhadores	10
Outras Atividades - auditorias, pareceres técnicos, estudos ergonómicos de postos de trabalho, etc.	8
TOTAL	189

3.9. PROTOCOLOS E PARCERIAS COM OUTRAS ENTIDADES

A CARRIS continuou, em 2014, a apostar nas Parcerias/Protocolos de cooperação, no âmbito das práticas de Responsabilidade Social interna, com empresas, instituições, organismos e entidades, procurando incrementar e implementar parcerias inovadoras e geradoras de condições exclusivas, com o objetivo de promover o máximo de benefícios aos seus colaboradores e ao seu agregado familiar.

Presentemente, a CARRIS tem um total de **74 parcerias**, divididas por diversas categorias, nomeadamente, Educação, Saúde e Bem-Estar, Veículos, Telecomunicações, Viagens e Lazer, Animais de Companhia, entre outras.

Neste âmbito, CARRIS tem vindo a promover ações presenciais com o objetivo de divulgar e dar a conhecer as vantagens das respetivas parcerias e/ou de novos benefícios para os colaboradores.

Importa referir, que, durante o ano 2014, foram realizadas 11 ações presenciais.

3.10. APOIO +

Em 2014, prosseguiram as ações da equipa de apoio psicossocial “**Apoio+**”, na intervenção precoce e mitigação de problemáticas que afetam diretamente o desempenho da atividade profissional dos Colaboradores.

AÇÕES DESENVOLVIDAS - 2014	
Intervenções	
Intervenções em Incidentes Críticos – <i>in loco</i> , tempo real 24h (CCT)	3
Intervenções (“em gabinete”) a pedido dos próprios ou assinalados pela Chefia	22
TOTAL	25

4. RECURSOS MATERIAIS E TECNOLOGIAS

4.1. FROTA DE SERVIÇO PÚBLICO

4.1.1. Situação Geral

Em 2014, a CARRIS não adquiriu novos autocarros, tendo abatido 12 Standard e 1 Mini. Os constrangimentos impostos no contexto económico-financeiro do país obrigaram a empresa, não só a manter a contenção dos investimentos, como, igualmente, a reformular o plano operacional da oferta. Outra consequência foi o aumento da idade média da frota de autocarros, subindo de 8,6 anos, no final de 2013, para 9,5 anos, no final, de 2014.

FROTA DE SERVIÇO PÚBLICO

Tipo	31.12.2013	31.12.2014
Autocarros	632	619
Miraflores	179	178
Standard	103	102
Minis	16	16
Articulados	60	60
Musgueira	242	242
Standard	212	212
Articulados	30	30
Pontinha	211	199
Standard	173	162
Médios	20	20
Minis	18	17
Elétricos	49	48
Remodelados	39	38
Articulados	10	10
Ascensores + Elevador	8	8
Total	689	675

4.1.2. Taxa de Imobilização

A taxa de imobilização de autocarros foi de 9,6%, representando um acréscimo face ao valor verificado em 2013 (8,6%). No entanto, a taxa registada situa-se dentro dos valores adequados ao cumprimento dos objetivos do serviço público.

A taxa de imobilização de elétricos manteve-se estabilizada, relativamente ao ano anterior, com o valor de 19,8%.

4.1.3. Manutenção da Frota de Autocarros

Foram concluídas 3 Reparações Intercalares a autocarros Volvo B 10M (articulado), Volvo B 10L (Standard) e MB 616 Sprinter (mini), tendo sido revisto o plano plurianual de grandes reparações de autocarros, com reflexo nos próximos anos.

A suspensão da renovação da frota, com o conseqüente envelhecimento da mesma, obrigou a um maior esforço na manutenção dos veículos existentes, acabando por se refletir nos custos de manutenção.

	2013	2014	Δ(%)
Custo de manutenção do Modo Autocarro	8.125.422	8.330.697	2,5

4.1.4. Monitorização dos dados de condução

O ano de 2014, no que respeita ao sistema XTraN Drive, ficou marcado por uma reanálise do sistema, incluindo vários desenvolvimentos no sistema de BackOffice. O objetivo foi o de construir algo que fosse ao encontro das reais necessidades da empresa, no contexto da condução económico-defensiva.

No final do ano de 2014 foi aprovada a implementação do sistema XTraN Drive em 15 novos autocarros. A frota indicada para receber este equipamento, faz parte da Estação da Musgueira, tendo sido realizada a sua distribuição da seguinte forma: 6 autocarros articulados (Mercedes-Benz O530G Citaro), 5 autocarros a Gás (Man 18.310 Holcl NL CNG) e 4 autocarros Standard (Volvo B7R LE MK3).

4.1.5. Alteração Orgânica da UCT

Consolidaram-se, em 2014, diversas alterações na estrutura orgânica da Unidade de Coordenação de Transportes, visando a racionalização de meios e de procedimentos, de modo a flexibilizar a organização e o seu funcionamento, mantendo a gestão de proximidade implementada e que tem constituído uma característica fundamental no enquadramento dos tripulantes.

Os ajustamentos introduzidos contemplaram as áreas:

- De manutenção, com a extinção da UCT/GM e a migração de atividades para a Direção de Logística e de Tecnologias de Informação e a CARRISBUS. Foram, também, transferidas algumas funções asseguradas pelas áreas de manutenção das Estações, para a CARRISBUS.
- Administrativas, com a racionalização de procedimentos e a centralização na Unidade de Controlo Operacional e Planeamento de Rede (UCOP) e na Direção de Gestão de Pessoas e Capital Humano (DPC) de algumas das atividades asseguradas pelas secretarias das Estações.
- De enquadramento, através da ponderação do número de tripulantes por Inspetor, o que permitiu a movimentação de chefias qualificadas para a área de fiscalização comercial.

4.1.6. Frota de Carros Elétricos

A CARRIS prosseguiu, em 2014, o Plano de Reparações Comerciais dos carros elétricos remodelados, tendo sido reparados dois veículos.

Prosseguiu, também, o Plano de Reparação Intercalar dos carros articulados, pelo facto de estes já terem atingido metade da sua vida útil, tendo sido reparados três veículos e iniciada a reparação de um outro. Foi, ainda, efetuada a reparação intermédia do ascensor do Lavra.

A taxa de imobilização da frota de elétricos manteve-se praticamente constante, em relação a 2013, tendo sido de 19,8%.

4.2. INFRAESTRUTURAS DE TRAÇÃO ELÉTRICA

4.2.1. Colaboração com Entidades Externas

Em 2014, prosseguiu a colaboração com a CENTRAL no projeto de Reestruturação do Sistema de Bondes de Santa Teresa, Rio de Janeiro, no âmbito do protocolo estabelecido entre as partes.

Na sequência dos contactos desenvolvidos em anos anteriores, foi dado apoio à Câmara Municipal de Lisboa (CML) na realização das obras de repavimentação da via pública, ou de requalificação viária, com vista à melhoria das condições de circulação, de que destacamos as Ruas do Arsenal e dos Anjos.

No âmbito do projeto de requalificação que a CML se propõe levar a cabo para o eixo Cais do Sodré/Corpo Santo foram desenvolvidos os projetos de via-férrea, rede aérea, cabos subterrâneos e comando automatizado de agulhas de via.

Prosseguiu, igualmente, ainda que com um ritmo inferior por abrandamento no fornecimento de materiais por parte da CML, o processo de colaboração entre a CARRIS e esta entidade para melhoria das condições de circulação de autocarros e elétricos, através da pintura de

corredores BUS e de sinalização horizontal, assim como na colocação de pilaretes para dissuasão do estacionamento desordenado.

4.2.2. Energia e Rede aérea

Durante o ano de 2014 foram substituídos 535 m de fio de contacto, no âmbito da renovação deste tipo de infraestrutura.

Com o objetivo de melhorar a alimentação elétrica na zona da Estrela, aumentando a fiabilidade e reduzindo perdas, foram instalados 530 m de condutor auxiliar (“feeder”) entre a Rua de S. Domingos à Lapa e Santos-o-Velho.

Mantiveram-se os padrões de qualidade do serviço, traduzidos pelo indicador “Taxa de Disponibilidade da Rede – Energia”, cujo valor atingiu 99,96 %.

4.2.3. Via-férrea

No ano de 2014 foram efetuadas substituições de carril em 8 locais da Rede, totalizando uma extensão de 171 metros. Pela sua importância, destacam-se os troços da R. Damião de Góis, Largos das Portas do Sol e de Santa Luzia, Rua de S. Tomé e Travessa de S. Tomé.

No que se refere à conservação da via-férrea e seus aparelhos, foram efetuadas as seguintes intervenções, entre outras:

- Reperfilagem de carril, com soldadura – 261 m
- Reparação de juntas de carril com soldadura – 359 un.
- Reparação de juntas de carril com limagem – 504 un.
- Correção de desgaste ondulatorio do carril – 2.666 km
- Lubrificação de agulhas – 11.638 un.
- Limpeza de agulhas – 5.104 un.
- Afinação e reparação de agulhas – 891 un.
- Limpeza de canal do carril – 427 km
- Limpeza de sumidouros e caixas de visita – 639 un.

Estas ações contribuíram para a manutenção das condições de operacionalidade e de segurança e para o prolongamento da vida útil dos equipamentos desta infraestrutura.

Mantiveram-se os padrões de qualidade do serviço, traduzidos pelo indicador “Taxa de Disponibilidade da Rede – Linha Férrea”, cujo valor atingiu 100 %.

4.3. APROVISIONAMENTO

4.3.1. Existências em 31 de dezembro

O montante imobilizado em existências, no final do ano de 2014, teve um acréscimo de 8,8% relativamente aos níveis registados em 2013, que decorreu da aquisição de carril para a Via Férrea, no montante de 289.991 euros.

RUBRICAS	EXISTÊNCIAS EM 31 DE DEZEMBRO (Em Euros a Preços Correntes)		
	2013	2014	VAR. (%)
Peças e Acessórios para Veículos de Serviço Público	506.344	389.178	-23,1
OUTRO MATERIAL (sem Bilhetes e Senhas)	493.889	779.064	+57,7
SUB-TOTAL	1.000.233	1.168.242	+16,8
GASÓLEO, GÁS NATURAL e OUTROS COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	383.099	337.894	-11,8
TOTAL	1.383.331	1.506.136	+8,8

Rubricas consideradas em Outro Material: Economato, Fardamentos, Rede Aérea, Via, Outro Material, Museu e Sucatas

4.3.2. Stock Médio

O stock médio total registou um valor a rondar os 1.326 milhares de euros (sem Bilhetes e Senhas), montante que traduz uma diminuição de 1,56% a que correspondeu menos 21.010 euros imobilizados em existências ao longo do ano de 2014 comparativamente com o ano anterior, continuando a verificar-se a tendência de descida do stock médio ativo, não obstante a aquisição de carril.

RUBRICAS	STOCK MÉDIO ATIVO (Em Euros a Preços Correntes)		
	2013	2014	VAR. (%)
Peças e Acessórios para Veículos de Serviço Público	511.689	447.580	-12,5
OUTRO MATERIAL (sem Bilhetes e Senhas)	510.075	559.747	+9,7
SUB-TOTAL	1.021.764	1.007.327	-1,4
GASÓLEO, GÁS NATURAL e OUTROS COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	325.383	319.220	-1,8
TOTAL	1.347.558	1.326.547	-1,56

Rubricas consideradas em Outro Material: Economato, Fardamentos, Rede Aérea, Via, Outro Material, Museu e Sucatas

4.3.3. Índice de Rotação

Este indicador manteve a tendência de descida, 5,4%, devido em grande medida à diminuição dos custos suportados com as rubricas Outro Material e Gasóleo, Gás Natural e Outros Combustíveis e Lubrificantes.

RUBRICAS	STOCK MÉDIO (Em Euros a Preços Correntes)			CUSTOS TOTAIS (Em Euros a Preços Correntes)			INDICE DE ROTAÇÃO		
	2013	2014	VAR. (%)	2013	2014	VAR. (%)	2013	2014	VAR. (%)
Peças e Acessórios para Veículos de Serviço Público	511.689	447.580	-12,5	107.121	300.932	+180,9	0,21	0,67	220
OUTRO MATERIAL (sem Bilhetes e Senhas)	510.075	559.747	+9,7	762.712	396.453	-48,0	1,50	0,71	-52,8
SUB-TOTAL	1.021.764	1.007.327	-1,4	869.834	697.385	-19,8	0,85	0,69	-18,6
GASÓLEO, GÁS NATURAL e OUTROS COMBUSTÍVEIS e LUBRIFICANTES	325.383	319.220	-1,8	18.072.206	16.944.876	-6,23	55,54	53,08	-4,4
TOTAL	1.347.147	1.326.547	-1,56	18.942.040	17.642.261	-6,86	13,30	14,06	-5,4

Rubricas consideradas em Outro Material: Economato, Fardamentos, Rede Aérea, Via, Outro Material, Museu e Sucatas

4.4. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

Neste capítulo, descrevem-se sucintamente as atividades e as áreas de intervenção em que a equipa da Área das Tecnologias de Informação da Direção de Logística e de Tecnologias de Informação interveio, durante o ano de 2014, enquanto prestador de serviços de Tecnologias de Informação e Comunicação à CARRIS, CARRISTUR e CARRISBUS.

Para além dos projetos novos, salientam-se atividades de carácter permanente, cruciais para a atividade das 3 empresas (CARRIS, CARRISTUR e CARRISBUS) como por exemplo o Desenvolvimento e Manutenção de Aplicações, o Alojamento e Administração de Sistemas, o Help Desk e Suporte técnico, a Segurança Informática e as Telecomunicações .

4.4.1 Desenvolvimento e Manutenção de Software

Incluem-se neste capítulo atividades relacionadas com os desenvolvimentos de aplicações quer para a CARRIS quer para as participadas que, no caso da CarrisTur respeitam a Gestão de Pessoal, Gestão de Fardamentos e Gestão de Vouchers e, no caso da CarrisBus têm a ver com Manutenção do portal e aplicações associadas e o registo e integração no SAP dos vários tipos de “notas”.

No caso da CARRIS, a atividade centrou-se nomeadamente na Gestão de Fardamentos, na introdução de novas opções e funcionalidades no Espaço Inovação, Projecto myINFO, Consulta e Exportação de Ocorrências, aplicações para Área de Apoio Geral, atualização de conteúdos dos portais INTRANET e myCARRIS, Gestão de Contratos Clientes e Fornecedores, Gestão de Protocolos, Relatório de Dados de Ocorrências, Migração das Bases de Dados ACCESS para SQL (fim do projeto) e ainda a Manutenção de Aplicações WEB, SGO – Sistema de Gestão de Ocorrências, do BSC – Balanced Scorecard e, naturalmente, do ERP SAP R/3.

4.4.2 Alojamento e Administração de Sistemas

Neste domínio as tarefas relacionam-se com a análise do comportamento da rede, dos sistemas operativos de rede, dos sistemas de base de dados, hardware de servidores, sistema de correio, atualizações de software.

Há ainda a realçar, pela importância, relativamente ao e-BC (e-Billing Connector) a Integração de um fornecedor para possibilitar a receção de Faturas eletrónicas no nosso sistema de faturação eletrónica (e-BC) e a Gestão de incidentes no Sistema de faturas eletrónicas (e-BC)

Durante 2014 ocorreu um importante Projeto de Renovação de Infraestrutura Tecnológica da Carris, que envolveu:

- Plataforma de Virtualização de Servidores
- Plataforma de Gestão de Backups e Recovery
- Sistema de Armazenamento (SAN)
- Migração de servidores físicos para Virtuais

Já relativamente à Carristur, registou-se a atualização da arquitetura do sistema de gestão dos processos contabilísticos da CARRISTUR (Artsoft).

Relativamente aos sistemas críticos, em 2014 foram registadas:

- Virtualização de servidores SAEIP
- Projeto de Migração do Cluster do Sistema de Bilhética
- Projeto de Migração do GIST – Escalamento 3
- Projeto de Virtualização de 3 dos 5 Servidores SAP
- Virtualização de outros Servidores

4.4.3 Suporte Técnico

Em 2014 prosseguiu a Gestão do Parque Informático CARRIS, a manutenção de Equipamentos e Apoio aos Utilizadores com a continuação das atividades correntes de gestão e manutenção do sistema (Service Desk) que contém as características técnicas do equipamento informático e respetivo software existente na Carris, Carristur e Carrisbus.

Durante o ano de 2014 procedeu-se à aquisição de 60 computadores desktop e de 15 computadores portáteis, de forma a possibilitar a política de renovação sustentável do parque informático.

Durante o ano de 2014, foram solicitados 1.814 pedidos de suporte técnico.

4.4.4 Telecomunicações

Prestadores de Serviços de Telecomunicações

- **Rede Fixa** : Gestão operacional dos circuitos de voz e dados contratados à COLT e PT.

Renovação do contrato com a COLT e upgrade dos circuitos de dados de interligação das estações Pontinha e Musgueira ao nó de Miraflores.

Gestão Operacional do sistema de FAX WEB (Fax2Mail).

- **Redes Móveis**

Gestão dos contratos: Serviço de voz e dados para suporte dos sistemas de comunicação em tempo real nos autocarros, elétricos e painéis de informação aos passageiros; Serviços de telecomunicações móveis (voz e dados); Serviço de Banda Larga (3G).

Coordenação conjunta com o ML dos incidentes relativos ao sistema de Interligação Fixo/ Móvel e Móvel/Móvel entre a CARRIS e o METROPOLITANO DE LISBOA.

Instalação de pontos WI-FI de acesso à Internet em todas as estações (salas dos motoristas) e lojas MOB.

- **Gestão de Equipamentos Telemáticos**

SAEIP

Em 2014, verificou-se um acréscimo do número de anomalias, relativamente a 2012, resultante do número de anos dos equipamentos ao serviço.

Foi feito o acompanhamento do processo de assistência técnica evolutiva do Sistema de Ajuda à Exploração e Informação aos Passageiros que contempla a atualização dos equipamentos embarcados em parceria com a empresa TECMIC.

- **Vídeo vigilância**

Gestão do contrato de prestação de serviços de manutenção de equipamentos embarcados.

Lançamento de concurso para prestação de serviços de manutenção aos sistemas e equipamentos embarcados de VV.

- **Bilhética**

Gestão de incidentes relacionados com circuitos ADSL para interligação dos postos de venda ao sistema central de Bilhética

Gestão de equipamentos telemáticos: Bilhética e Venda a Bordo.

Verificou-se, em 2014, relativamente a 2013 um aparente decréscimo do número de anomalias motivado pela alteração do modo como são reportadas as anomalias. A utilização da aplicação CAT da NOVABASE alterou procedimentos de comunicação de avarias para algumas das situações.

- **MTIM** – acompanhamento do projeto de renovação dos equipamentos de venda de títulos de transporte a bordo dos elétricos articulados

- **Alarmes e sistemas anti-intrusão, deteção e extinção de incêndios**

Lançamento de concurso para prestação de serviços de manutenção aos sistemas SADI, SADEI e SADIR e posterior adjudicação à empresa Securitas.

- **Projeto PDA**

Acompanhamento técnico e gestão da manutenção, nomeadamente, atualizações de firmware, correções de anomalias funcionais.

4.4.5 Segurança das TIC

McAfee: Renovação do contrato, com reajustes técnicos da solução. Gestão e atualização da plataforma de software, presente em todos os computadores da CARRIS, CARRISTUR e CARRISBUS, incluindo os Módulos de anti-malware e Host Intrusion Prevention System (HIPS).

Monitorização diária da plataforma, obrigatória para a otimização de processos e ações preventivas e correções com vista à defesa dos utilizadores finais.

Firewalls: Projeto de instalação e colocação em serviço de um par de equipamentos em “configuração de alta disponibilidade”.

Manutenção, monitorização e ajustamento das plataformas de defesa de perímetro (firewall), de modo a assegurar o nível de proteção adequada ao funcionamento de todos os sistemas com ligações ao exterior.

Gestão e manutenção do acesso ao portal **myCARRIS** de modo a reduzir tempos de indisponibilidade.

VPN: Projeto de migração de todas as ligações remotas (acesso seguro VPN) da rede de vendas associada ao sistema de Bilhética (finalizado em Dez 2014).

Gestão das VPN's associadas à Bilhética e respetivos postos de venda (rede superior a 100 POS) e à manutenção remota dos equipamentos de controlo e gestão da rede de distribuição de energia de tração aos elétricos.

Monitorização WEB: Projeto de instalação e configuração de um novo equipamento de gestão e controlo de acessos à internet (BlueCoat).

Projeto piloto e prova de conceito de um novo sistema de controlo e filtragem de correio não solicitado (SPAM) (solução ANUBIS).

Monitorização dos acessos externos e gestão dinâmica dos recursos, que utilizam a Internet, com vista a garantir os níveis de serviço adequado, em conformidade com as licenças disponíveis e com a atualização das regras e políticas de segurança em vigor.

5. RECURSOS FINANCEIROS

5.1. FLUXOS FINANCEIROS

Em termos económicos, o ano de 2014 caracterizou-se pelo reforço da sustentabilidade operacional da CARRIS, colocando o seu desempenho no patamar previsto. Os meios gerados pela atividade permitiram não só cumprir as obrigações resultantes da operação, como ainda gerar os fluxos suficientes para fazer face a um investimento criteriosamente selecionado.

No que respeita aos fluxos das atividades de financiamento podemos destacar dois momentos distintos no modo como foi assegurado o acesso às fontes de financiamento:

- Ao longo do 1º trimestre, a CARRIS assegurou as suas necessidades de financiamento, essencialmente, através de crédito de curto prazo da banca comercial em substituição dos financiamentos de M/L prazo que foram sendo reembolsados acrescidos dos correspondentes encargos financeiros.

Esses empréstimos, de curta maturidade (inferior a 90 dias) e com taxas de juro muito elevadas, eram insustentáveis uma vez que se tratava de troca de dívida de M/L Prazo com um custo efetivo médio de 1,59% por empréstimos de CP com um custo efetivo de 6,04%¹, com consequente impacto no agravamento dos juros e encargos e na estabilidade da tesouraria.

- O preço e a dificuldade de acesso ao financiamento na banca comercial, levou a que o Estado Português (DGTF), a partir de Abril de 2014, tenha vindo a apoiar a CARRIS, através de adiantamentos/empréstimos a taxas mais favoráveis, embora, ainda, de curto prazo. Este facto permitiu a descompressão financeira e um acréscimo mais lento dos encargos financeiros pagos.

Em Novembro verificou-se o início do processo de consolidação do passivo com a transformação do financiamento concedido por adiantamentos de curto prazo, num empréstimo do Estado de médio prazo. O capital mutuado no montante de 458,1 milhões de euros foi disponibilizado em cinco tranches com taxas variáveis, sendo a parcela de maior expressão (437M€) disponibilizada à taxa de 1,86%.

Contratualmente este financiamento será reembolsado em doze prestações iguais, de pagamento semestral, com início em 31 de maio de 2016 e termo em 30 de novembro de 2021.

¹ Período de referência março de 2014.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(milhares de euros)	2013	2014
Fluxos das Atividades Operacionais	5.264,8	6.738,1
Fluxos das Atividades de Investimento	-3.330,2	-3.365,9
Fluxos das Atividades de Financiamento	-727,1	-31,8
Destacando-se os seguintes movimentos (*):		
• Utilizações de fin. não correntes	-	458.100,0
• Utilizações de fin. correntes	1.121.575,8	1.592.405,8
• Reembolsos de fin. não correntes	-79.400,0	-79.400,0
• Reembolsos de fin. correntes	-994.853,6	-1.929.218,3
Variação de Caixa e seus Equivalentes	1.207,5	3.340,4

(*) Não corresponde à globalidade dos movimentos

O elevado valor apresentado pelas rubricas “Utilizações de fin. correntes” e “Reembolsos de fin. correntes” é bem elucidativo da já referida pressão, em termos de gestão de tesouraria, sentida pela Empresa ao longo do ano mas muito especialmente no seu início, com o financiamento da sua atividade a ser assegurado por empréstimos de curto prazo com maturidades entre 30 e 90 dias, os quais eram amortizados aquando da sua maturidade assim como os correspondentes encargos através da celebração de novos contratos de financiamento, igualmente com maturidades entre 30 e 90 dias e, por fim, até ao final do ano quando começou a ser o Estado a financiar.

5.2. INVESTIMENTO REALIZADO

A realização do plano de investimentos para 2014 continuou condicionada por restrições financeiras comuns nos últimos anos. Contudo, após uma fase de contração quase total, houve que iniciar a alocação de recursos ao financiamento de investimentos considerados inadiáveis.

A quase totalidade dos 3,5 milhões de euros de investimento realizado em 2014, diz respeito a (grandes) reparações nos veículos da frota de serviço público e nas infraestruturas de elétricos (cerca de 81%), cujo plano vinha sendo adiado por escassez de recursos.

Com o aumento das taxas de imobilização, sobretudo na frota de elétricos, para níveis que impediam a realização do serviço programado e ao qual estamos obrigados pela prestação de serviço público, houve que alterar a política de investimento e está em execução um plano de beneficiações da frota que se prolongará ao longo do quinquénio 2015-2019.

INVESTIMENTOS

(milhares de euros)	2013	2014
FROTA DE AUTOCARROS	1.630	1.832
Grandes Reparações	1.600	1.762
Outros	30	70
FROTA DE ELÉTRICOS	498	783
Grandes Reparações	426	552
Outros	72	231
INFRAESTRUTURAS	168	174
Grandes Reparações de Linha e Rede Aérea	165	174
Outros	3	0
EDIFÍCIOS	88	255
BILHÉTICA E SISTEMA DE AJUDA À EXPLORAÇÃO	83	117
OUTROS INVEST. CORPÓREOS	103	292
TOTAL INVEST. NÃO FINANCEIROS	2.570	3.453
INVESTIMENTOS FINANCEIROS	-	-
TOTAL	2.570	3.453

5.3. ESTRUTURA PATRIMONIAL

Como o valor do investimento realizado foi inferior às amortizações praticadas no exercício, verificou-se uma redução significativa do Ativo Fixo Líquido (-8,5 milhões de euros) superior à redução da globalidade do Ativo que não ultrapassou os 5,9 milhões de euros face a 2013.

Os Capitais Próprios apresentam uma variação de -54 milhões de euros, resultante do efeito conjugado da incorporação de -59,2 milhões de euros do resultado líquido do exercício e de 5,3 milhões de excedentes de revalorização.

VARIAÇÃO DO PATRIMÓNIO

Rubrica do Balanço	2013	2014	Variação	
			Em valor	Em %
ATIVO				
Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis	87.675	79.206	-8.469	-9,7
Participações e Outros Ativos Financeiros	6.596	7.461	865	13,1
Ativo Corrente - Inventários	2.291	2.188	-103	-4,5
Ativo Corrente – Outros e Disponibilidades	20.561	22.389	1.828	8,9
TOTAL	117.123	111.244	-5.879	-5,0
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital Próprio	-870.527	-924.281	-53.754	6,2
Provisões	8.920	23.291	14.371	161,1
Passivo não Corrente	457.444	824.255	366.811	80,2
Passivo Corrente	521.286	187.979	-333.307	-63,9
TOTAL	117.123	111.244	-5.879	-5,0

No exercício de 2014 o Passivo registou um acréscimo global de 49,1 milhões de euros, resultante de:

- Acréscimo de 36,3 milhões de euros no valor do Passivo Remunerado, dada a necessidade de endividamento adicional para fazer face aos custos com o serviço da dívida;
- Acréscimo da rubrica “Provisões” em 14,3 milhões de euros, essencialmente em virtude do reforço em 15 milhões de euros da provisão criada em 2013 para fazer face a encargos com dois swaps, cujo pagamento continua suspenso por indicação da Tutela Financeira e que se mantêm em processo litigioso aguardando decisão;
- Acréscimo de 1,5 milhões de euros nas responsabilidades com pensões de reforma, resultante do impacto da atualização da taxa de desconto utilizada no cálculo atuarial para apuramento das responsabilidades futuras. Nos pressupostos do estudo foi mantido o critério de suspensão do pagamento de complementos a reformados cujo cúmulo de pensão e complemento ultrapasse os 600 euros, dando cumprimento ao Orçamento de Estado para este mesmo ano.

Uma vez que, em 2014, a Empresa teve uma exploração equilibrada mas não gerou os fundos necessários para fazer face ao serviço da dívida, os 36,4 milhões de euros suportados como encargos de financiamento tiveram que ser cobertos por nova dívida que, só por si, significou 4,7% do acréscimo do passivo remunerado.

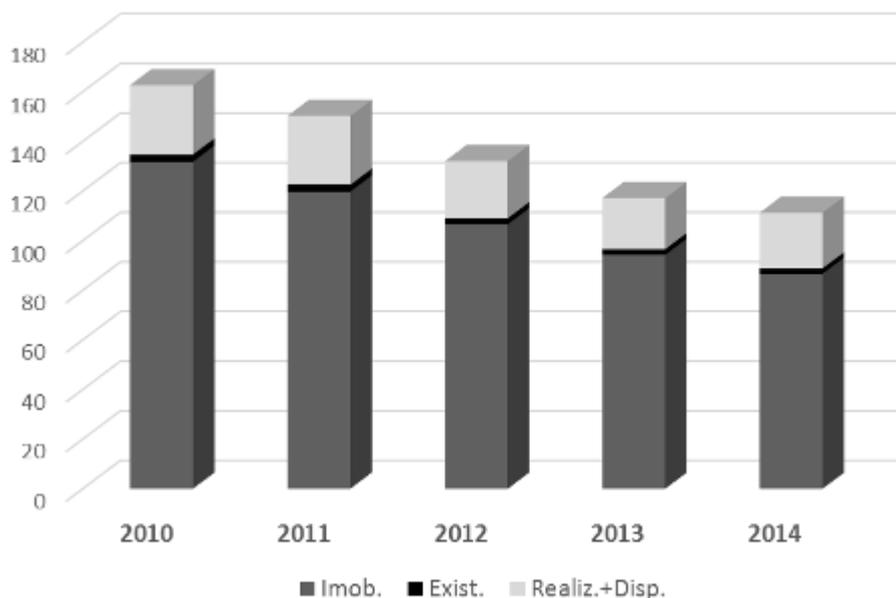
Assim, apesar da contenção nos investimentos, não foi possível cumprir a meta de 4,0% fixada pela Tutela, pois a dívida subiu dos 776,9 milhões de euros em 2013 para 813,2 milhões de euros em 2014 (+4,7%).

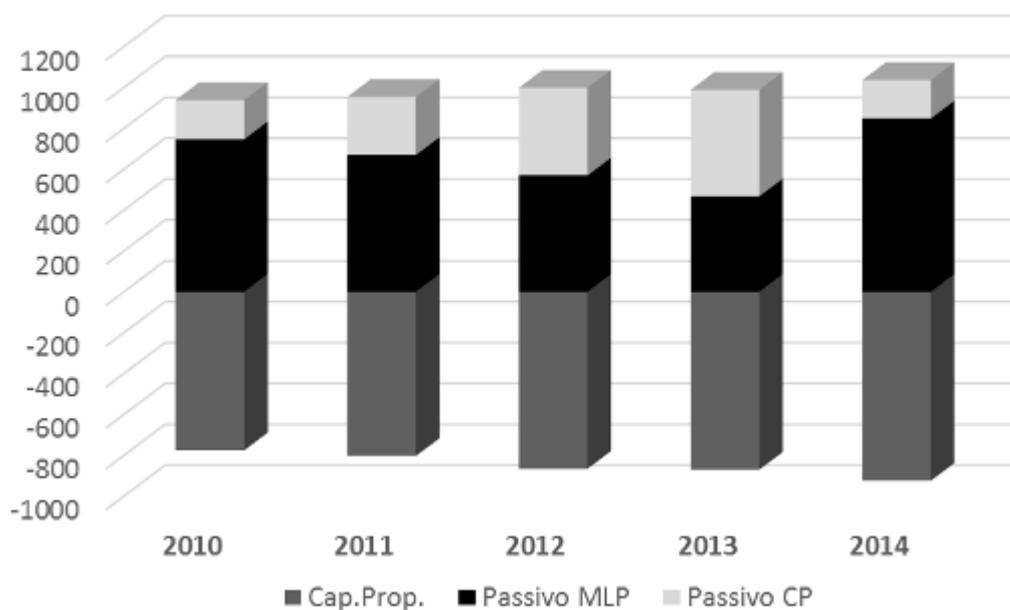
Importa ainda salientar que, com o apoio do Estado na concessão do financiamento de M/L Prazo para reestruturação da dívida, o Passivo não Corrente passou de 457,4 milhões de euros em 2013 para 824,3 milhões de euros no final de 2014, ou seja de 47% para 82% relativamente ao Passivo Total, reduzindo significativamente a pressão sobre a tesouraria.

Este facto, aliado à decisão que já nos foi comunicada pelo acionista de, em 2015, conceder à Empresa uma dotação de capital de 109,2 milhões de euros para a satisfação parcial do serviço da dívida, permitem aspirar a que, com o apoio do acionista, possa estar encontrada uma solução para a resolução do problema dos capitais próprios negativos, que atingiram em 2014 os 924,3 milhões de euros.

De igual modo, a redução da taxa de juro do novo financiamento face à do crédito bancário de Curto Prazo que se vinha obtendo, traduzir-se-á num decréscimo substancial dos gastos financeiros e permitirá aspirar a que, com o apoio do acionista, se possa encontrar uma solução para a resolução do problema dos capitais próprios negativos.

ATIVO (milhões de euros)



CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO
(milhões de euros)**5.4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO**

A CARRIS apresenta uma estrutura financeira muito desequilibrada com capitais próprios significativamente negativos e insuficiência de meios libertos pela exploração para fazer face aos reembolsos e juros da dívida histórica, a atividade está muito dependente do recurso a crédito.

Para obviar a estas dificuldades e ao conseqüente agravamento da situação financeira, o acionista concedeu um empréstimo de M/L Prazo no montante, já referido, de 458,1 milhões de euros para reestruturação da dívida e reforço dos capitais permanentes cujo contrato foi assinado em novembro de 2014.

Não obstante, a CARRIS mantém a necessidade do apoio do acionista, com vista à concretização de um plano de recapitalização que, em 2015, se traduzirá numa dotação de capital no valor de 109,2 milhões de euros, já mencionada anteriormente.

No período de 2010 a 2014, a evolução dos gastos efetivos suportados pela empresa com os seus financiamentos evidencia a complexidade da sua situação financeira.

EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA

	2010	2011	2012	2013	2014
Taxa de juro efetiva (%)	2,56	2,76	3,12	3,37	3,04
Juros suportados (M€)	26,0	32,3	40,2	42,6	36,4

A flutuação das taxas de juro constitui, a maior fonte de risco financeiro para a Empresa. Contudo, não foi realizada, em 2014, qualquer operação de utilização de instrumentos financeiros para cobertura do risco à variação da taxa de juro.

Entre 2005 e 2007, face à subida das taxas de juro, a empresa contratou quatro swaps para cobertura do risco (detalhados na Nota 15 do Anexo às demonstrações financeiras).

No quadro seguinte apresentam-se as ações e procedimentos adotados na gestão do risco financeiro.

Gestão de Risco Financeiro – Despacho n.º 101/09 – SETF, de 30-01	Cumprido			Descrição
	S	N	N.A.	
Procedimento adotados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respetiva				
• Diversificação de instrumentos de financiamento	X			Empréstimo bancários e <i>leasing</i>
• Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis	X			Euribor e Eonia
• Diversificação de entidades credoras	X			A Empresa trabalha com todos os bancos
• Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado			X	Em 2014 não foi contratado qualquer instrumento de cobertura
Adoção de política ativa de reforço de capitais permanentes				
• Consolidação do passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis	X			Em 2014 foi obtido um empréstimo de longo prazo junto do Estado Português no montante de 458,1 milhões de euros.
• Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação	X			Sim, dentro das condições oferecidas
• Minimização da prestação de garantias reais			X	Não foram prestadas garantias reais
• Minimização de cláusulas restritivas (covenants)	X			Sim, dentro das condições de mercado
Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da empresa				
• Adoção de política que minimize afetação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos	X			A Empresa beneficiou de 383,6 milhares de euros do PIDDAC
• Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP	X			Só houve investimentos em grandes reparações inadiáveis
• Utilização de auto financiamento e de receita de desinvestimento	X			O desinvestimento foi residual
Inclusão nos R&C				
• Descrição da evolução da taxa média anual de financiamento nos últimos 5 anos	X			Consta neste capítulo
• Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos	X			Consta neste capítulo
• Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro	X			Em termos descritivos
Reflexão nas DF, desde 2009, do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira	X			Foi cumprido o Despacho n.º 101/09-SETF (ver nota 15 do Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados)

Legenda: FC - Fundos comunitários | CP - Capital próprio | S – Sim | N – Não | N.A.- Não Aplicável

6. RESULTADOS ECONÓMICOS

6.1. RESULTADOS GLOBAIS DA EMPRESA

6.1.1. No Exercício de 2014

Num contexto em que parece haver alguma recuperação dos níveis de confiança e indícios de um ligeiro crescimento económico, para a CARRIS o ano de 2014 caracterizou-se ainda pela manutenção da tendência de perda de passageiros (-5 milhões).

Do ajustamento entre a procura e a oferta, resultou uma ligeira redução desta com um decréscimo do número de VxKm oferecidos e o correspondente impacto na redução dos custos variáveis de exploração.

De referir ainda, que o período em análise continua condicionado por fortes limitações orçamentais, pela continuação de uma política de redução do quadro de efetivo e por cortes salariais determinadas por diplomas legais que influenciam positivamente a redução verificada nos Gastos de Exploração.

Contudo, esta contenção, não impediu que a CARRIS oferecesse um serviço adequado às necessidades dos seus clientes.

RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS

(milhares de euros)	2013	2014	VAR (%)
Rendimentos de Exploração Serviço Público ⁽¹⁾	107.916	95.699	-11,3
Gastos de Exploração Serviço Público ⁽²⁾	98.251	90.970	-7,4
Resultado de Exploração Serviço Público	9.665	4.729	-51,1
Resultado das Explorações Acessórias	592	406	-31,5
Gastos Gerais	13.634	33.871	148,4
Outros Gastos e Rendimentos ⁽³⁾	4.411	3.190	-27,7
Resultado Operacional	1.034	-25.546	-
Resultado Financeiro	-8.629	-34.462	299,4
Resultado Antes de Impostos	-7.595	-60.009	-

Legenda:

(1) – Inclui a Indemnização Compensatória (de 4,7M€ em 2014 e 18,6M€ em 2013) e a compensação pelos subsídios 4_18, sub23 e Social+ (2,4M€ em 2014 e 2013).

(2) – Corresponde a Gastos de Produção e Comerciais.

(3) – Inclui Subsídios Programa de Apoio Integrado ao Idoso (PAII) e para Formação Profissional.

A CARRIS apresentou, em 2014, um EBITDA positivo de 5.316 milhares de euros (corrigido, como habitualmente, da variação de provisões) e um Resultado Líquido antes de impostos de -60.009 milhares de euros contra os -7.595 milhares de euros, verificados no ano de 2013. Esta evolução ficou a dever-se ao acerto do valor de instrumentos financeiros e responsabilidades da empresa para o seu justo valor, à data de 31.12.2014, e não ao comportamento de variáveis ligadas à real eficiência da exploração.

Com a análise da evolução dos rendimentos e gastos operacionais far-se-á uma síntese destes efeitos na conta de exploração.

Na vertente operacional o ano de 2014 é um ano de continuidade na prossecução das diretrizes fixadas pelo acionista, com vista a assegurar a sustentabilidade da Empresa sem o apoio do Estado.

Nesse sentido, prosseguiu-se a política já iniciada de operar com o METROPOLITANO DE LISBOA em regime de complementaridade, não só no que se refere à prestação do serviço público, mas também no que se refere à otimização das sinergias geradas pela contratação conjunta de bens e serviços.

Sintetizando os pontos que caracterizaram o ano em apreço, há que salientar:

- Da quebra verificada na procura não resultou um decréscimo de receitas de serviço público, em parte como resultado da alteração na tipologia de título de transporte usado pelos passageiros;
- A Indemnização Compensatória atribuída sofreu uma redução de 17,6 milhões de euros, correspondente a 74,6% face ao valor recebido em 2013;
- Registou-se uma redução de 0,7 milhões de euros nos gastos com consumos;
- Os Gastos com Pessoal, líquidos do efeito causado pelas variações das responsabilidades com pensões em 2013 e 2014, verificaram uma redução de 17,8 milhões de euros devido a:
 - ▶ Redução de efetivo – o efetivo que em 31 de dezembro de 2013 era de 2.255 colaboradores passou a 2.141 no período homólogo de 2014. A redução de 114 colaboradores corresponde a uma poupança anual de aproximadamente 2 milhões de euros de remuneração base com encargos;
 - ▶ Aplicação das medidas de cortes progressivos a salários superiores a 1.500 euros e suspensão de algumas outras componentes remuneratórias;
 - ▶ Suspensão do pagamento de complementos de reforma aos beneficiários cujo complemento cumulativamente com a pensão

estatutária fosse superior a 600€ (Aplicação da Lei 83-C/2013), o que representou uma redução de 7,8 milhões de euros, face a 2013;

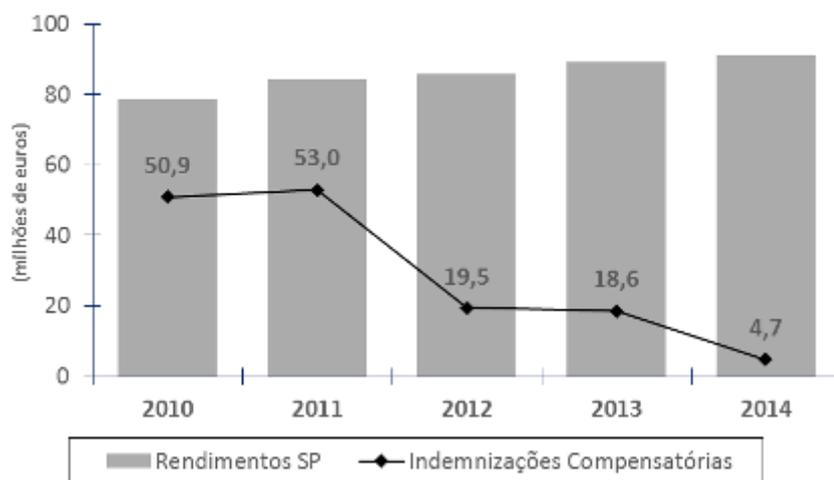
- Registo de 15,1 milhões de euros em provisões para cobertura de custos relativos a *swaps* de cobertura de risco taxa de juro, que se encontram em contencioso. Estas responsabilidades contingentes, de natureza financeira estão, no entanto, a afetar negativamente os resultados operacionais.

6.1.2. Evolução de Rendimentos e Gastos de Exploração

Se analisarmos a evolução do esforço financeiro do Estado no último quinquénio, verifica-se que este se tem vindo a reduzir de forma contínua a partir de 2011. Em 2014, a Indemnização Compensatória apresenta um peso marginal no total dos rendimentos.

Na Lei n.º82-B/2014 de 31 de dezembro, só estão inscritas verbas a transferir, do Orçamento de Estado 2015 para a Empresa, a título de compensação por passes 4_18, sub23 e social +, e subsídios ao investimento.

EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS E IC



O gráfico acima ilustra o crescimento dos rendimentos de serviço público (mais 12 milhões de euros que em 2010) fruto dos acréscimos acumulados de tarifário.

6.2. RESULTADOS POR EXPLORAÇÕES DE TRANSPORTE PÚBLICO

Analisando o quadro abaixo, verifica-se que o grau de cobertura dos gastos operacionais pelos rendimentos de serviço público, aumentou em ambos os modos.

RESULTADOS POR EXPLORAÇÃO ANTES DE SUBSÍDIOS

(milhares de euros)	Modo Autocarro			Modo Elétrico		
	2013	2014	VAR (%)	2013	2014	VAR (%)
Rendimentos Serviço Público ⁽¹⁾	74.574	75.314	1,0	12.350	13.323	7,9
Gastos Operacionais ⁽²⁾	87.654	80.681	-8,0	10.597	10.290	-2,9
Resultado de Exploração Serviço Público	-13.079	-5.366	-59,0	1.753	3.033	73,0
Grau de Cobertura (%) ^{(1)/(2)}	85,1	93,3	9,7	116,5	129,5	11,1

Os rendimentos do modo elétrico, pelo facto de terem um maior peso da componente pré-comprados na sua estrutura de receitas e por terem registado uma perda de passageiros muito menos significativa que o modo autocarro (-1,2% vs -3,0%), mostram um acréscimo de 7,9% face ao período homólogo.

Já no que se refere aos gastos operacionais, foi no modo autocarro que se registou o maior decréscimo (-8,0%). As restrições financeiras levaram a que as grandes reparações nos elétricos tenham vindo, em anos anteriores, a ser sucessivamente proteladas, tendo sido retomadas em 2014.

No tocante ao modo autocarro, a expressiva redução dos gastos operacionais ficou a dever-se à redução das suas principais naturezas de gastos, nomeadamente, combustíveis (-1M€), pessoal tripulante (-3M€), outros custos de tráfego (-1,2M€) e depreciações de veículos e órgãos (-3,5 M€).

6.3. RENDIMENTOS TOTAIS POR NATUREZA

Apesar do acréscimo que se verificou nos rendimentos de serviço público, os rendimentos totais decresceram 33,4% relativamente ao período homólogo.

RENDIMENTOS TOTAIS POR NATUREZA

(milhares de euros)	2013	2014	VAR (%)
Passes ⁽¹⁾	57.200	56.983	-0,4
Pré-comprados	20.826	22.097	6,1
Tarifas de Bordo	11.322	11.902	5,1
Rendimentos Serviço Público	89.348	90.982	1,8
Indemnização Compensatória	18.568	4.717	-74,6
Trabalhos p/ Própria Empresa	167	179	6,8
Outros Rendimentos	6.972	5.147	-26,2
Juros e Rendimentos Similares	36.945	141	-99,6
Rendimentos Totais	152.000	101.166	-33,4

(1) Inclui a compensação pelos subsídios 4_18, sub23 e Social+ (2,4M€ em 2014 e 2013).

A perda de passageiros de Serviço Público que ainda se verificou no conjunto do ano de 2014, não se refletiu no comportamento das correspondentes receitas.

Os 40 milhões de euros de redução dos Rendimentos Totais são explicados pela variação de duas componentes:

- Redução de 13,9 milhões de euros no valor da indemnização compensatória, líquida de IVA, atribuída pelo Estado;
- Variação do justo valor (MtM) dos swaps a 31 de dezembro de 2014, que registaram em 2013 um ganho de 36,9 milhões de euros, contra os 0,1 milhões de euros registados em rendimentos financeiros no exercício em curso (compensados por gastos de valor similar).

6.4. GASTOS TOTAIS POR NATUREZA

A evolução dos gastos totais por natureza em que a empresa incorreu nos anos de 2013 e 2014 estão detalhados no quadro seguinte:

GASTOS TOTAIS POR NATUREZA

(milhares de euros)	2013	2014	VAR (%)
Gastos de Funcionamento	87.755	95.328	8,6
Gastos com Pessoal	47.727	56.480	18,3
Consumos	19.124	17.869	-6,6
Fornecimentos e Serviços Externos	19.871	20.408	2,7
Gastos Diversos	1.033	571	-44,7
Depreciações, Imparidades e Provisões	26.266	31.138	18,5
Juros e Gastos Similares	45.574	34.603	-24,1
TOTAL	159.595	161.069	0,9

Os gastos de funcionamento em 2014 registaram um acréscimo de 8,6% face a 2013, facto que ficou a dever-se ao registo da variação das responsabilidades com pensões em Gastos com Pessoal, conforme referido no ponto 6.1. Este aumento de 18,3% não se traduziu em fluxo financeiro.

O quadro abaixo, analisa esta rubrica expurgando das contas de gastos com pessoal o efeito do registo da variação das responsabilidades com pensões.

GASTOS COM PESSOAL

(milhares de euros)	2013	2014	VAR (%)
Gastos com Pessoal (DRN)	47.727	56.480	18,3
Efeito das responsabilidades com pensões de reforma	+25.067	-1.503	-
Gastos com Pessoal sem o efeito das responsabilidades com pensões de reforma (*)	72.795	54.978	-24,5

(*) Os valores integram gastos com rescisões/indemnizações no montante de 2,372M€ em 2014 e, em 2013, 4,351M€ de rescisões/indemnizações e 0,7M€ de remissões.

As responsabilidades com complementos de pensões de reforma são avaliadas anualmente através de um estudo atuarial que apura o valor das responsabilidades futuras com reformados e ativos de acordo com pressupostos atualizados anualmente.

Dos pressupostos consta:

- Efeito da política de rescisão de ativos;
- Efeito da política de remissões dos já beneficiários;
- A aplicação das Leis do Orçamento de Estado para 2014 e 2015 que suspenderam o pagamento de complementos de reforma, de acordo com critério já atrás mencionado;
- Taxa de atualização utilizada no estudo (2% em 2014 e 3,5% em 2013).

Da conjugação desses pressupostos resultam aumentos ou reduções das responsabilidades (e dos gastos) registados na conta da natureza respetiva (Gastos com Benefícios pós-Emprego).

No ano de 2013, as responsabilidades com complementos de pensão de reforma registaram uma diminuição de 25 milhões de euros face ao valor contabilizado, enquanto em 2014 do estudo resulta um acréscimo de 1,5 milhões de euros, essencialmente devido à variação da taxa de atualização.

Expurgando este efeito em ambos os anos, verifica-se que a CARRIS tem vindo a diminuir gradualmente os gastos com o seu efetivo.

Os 24,5% de decréscimo de 2013 para 2014 justificam-se com:

- Efeito, em 2014, das saídas de efetivo ocorridas em 2013, bem como da redução de 114 colaboradores no próprio ano e conseqüente repercussão nos encargos sociais;
- Aplicação das reduções remuneratórias constantes da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de Dezembro – cortes progressivos entre os 3,5% e 12% para rendimentos superiores a €675 e que foram suspensos a partir do 2º semestre, conforme disposto no Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 574/2014;
- Suspensão do pagamento de complementos de reforma, por aplicação da Lei do OE para 2014, a valores cumulativos de pensão e complemento superiores a 600€;

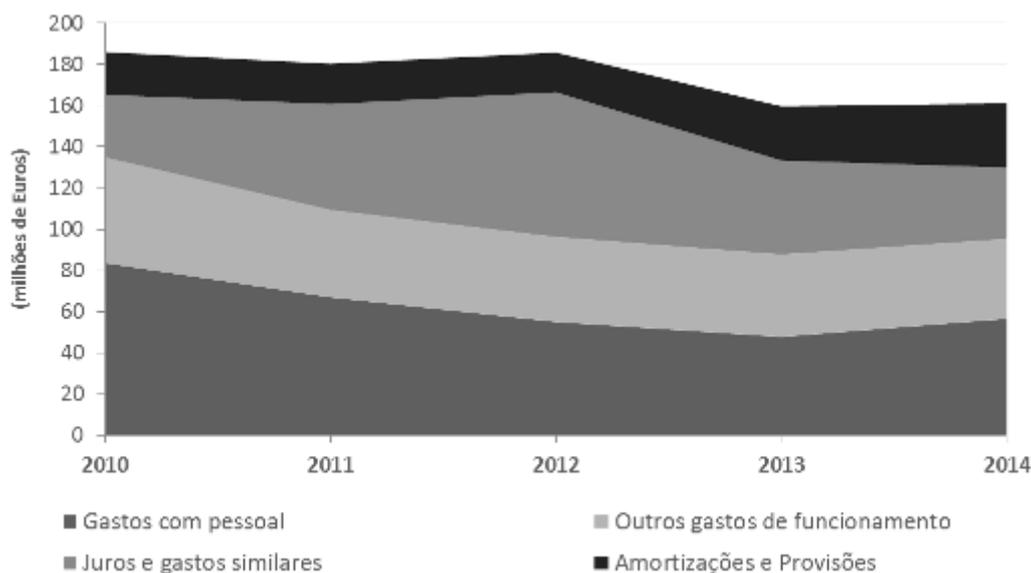
Apesar da diminuição da generalidade dos gastos com pessoal, salienta-se o acréscimo de 35% dos gastos com trabalho suplementar de pessoal tripulante a que foi necessário recorrer para cumprimento do serviço e que representa um aumento de mais de 40 mil horas de trabalho extraordinário face a 2013.

No que respeita aos gastos com consumos e fornecimentos, o acréscimo que se verificou nos FSE, é consequência de um ligeiro aumento dos gastos de manutenção de autocarros, motivado pelo envelhecimento da frota, o qual foi parcialmente absorvido pela redução dos gastos com combustíveis.

Nos gastos, há ainda a assinalar o registo em provisões 15 milhões de euros para fazer face ao eventual pagamento de encargos com contratos *swap* que se encontram suspensos até decisão do tribunal.

O gráfico seguinte mostra a evolução registada pelas grandes rubricas de gastos no período 2010 a 2014.

EVOLUÇÃO DOS GASTOS TOTAIS



O exposto permite, também, evidenciar que a CARRIS não se limitou a cumprir, mas superou o objetivo de redução de 15% dos gastos operacionais estabelecido para o período 2014/2010, pelo Ofício nº 7038 de 21 de novembro de 2013 da DGTF, atingindo a redução global de 31%.

PLANO DE REDUÇÃO DOS GASTOS

(milhares de euros)	2010	2014	VAR (%)
Consumos	21.034	17.869	-15,0
Fornecimentos e Serviços Externos	29.406	20.408	-30,6
Gastos com Pessoal	83.509	54.108	-35,2
TOTAL	133.949	92.385	-31,0

6.5. PRODUTIVIDADE

O programa de redução de efetivos manteve-se no ano de 2014 com a saída de 115 colaboradores.

Apesar da redução do serviço oferecido, a diminuição de efetivo resultou numa evolução positiva dos indicadores de produtividade analisados.

INDICADORES DE PRODUTIVIDADE

	2013	2014	VAR (%)
Lugares-km 10 ³ / Efetivo Médio	1.268	1.315	3,7
Veículos-hora / Efetivo Médio	997	1.034	3,8
Veículos-km / Efetivo Médio	14.026	14.487	3,3

7. GOVERNO SOCIETÁRIO

De acordo com a aplicação dos princípios de bom governo e no âmbito da aplicação do decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, em vigor desde dezembro de 2013, as empresas públicas estão obrigadas a apresentar, anualmente, um relatório autónomo de boas práticas de governo societário, do qual consta informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas pelo Capítulo II do referido Decreto-Lei, sob epígrafe “Princípios de Governo Societário”.

Neste contexto, a CARRIS, em cumprimento do disposto no artigo 54º. do referido diploma, elabora um relatório autónomo de Governo Societário referente ao ano de 2014.

Para além da informação sobre o governo da sociedade, que consta do documento acima mencionado, a CARRIS disponibiliza, ainda, esta informação no sítio eletrónico da empresa e na intranet, bem como no sítio eletrónico do setor empresarial do estado- www.dgtf.pt -, mantendo-a, periodicamente, atualizada.

Grelha referente às Práticas de Boa Governação Societária adotadas pela empresa em 2014 e descritas no Relatório de Boas Práticas de Governo Societário

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	Não	SIM	NÃO		
I	Missão, Objetivos e Políticas						
1.	Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa.	X		X		5-7	
2.	Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida.	X		X		7-8	
3.	Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa.	X		X		11-14	
4.	Cumprimento das orientações definidas pelos ministérios setoriais	X		X		14	
II	Estrutura de Capital						
1.	Estrutura de capital	X		X		15	
2.	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.						Não aplicável
3.	Acordos parassociais.						Não aplicável
III	Participações Sociais e Obrigações detidas						
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com	X		X		15/73	

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	Não	SIM	NÃO		
	indicação detalhada da percentagem de capital e de votos.						
2.	A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional.	X		X		15/76	
3.	Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.	X		X			Não aplicável
4.	Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade.	X		X			Não aplicável
IV	Órgãos Sociais e Comissões						
A.	Mesa da Assembleia Geral						
1.	Composição da mesa AG, mandato e remuneração.	X		X		16	
2.	Identificação das deliberações acionistas.						Não aplicável
B.	Administração e Supervisão						
1.	Modelo de governo adotado.	X		X		16	
2.	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros.	X		X		16	
3.	Composição, duração do mandato, número de membros efetivos.	X		X		16	
4.	Identificação dos membros executivos e não executivos do CA e identificação dos membros independentes do CGS.						Não aplicável
5.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	X		X		18-20	
6.	Participações patrimoniais que os membros do órgão de administração detenham na empresa, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócios, suscetíveis de gerar conflitos de interesse						Não aplicável
7.	Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.						Não aplicável
8.	Organogramas relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais.	X		X		21	
9.	Funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.	X		X		23-25	
10.	Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão.						Não aplicável
C.	Fiscalização						
1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração do mandato, número de membros efetivos e suplentes.	X		X		26	

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	Não	SIM	NÃO		
2.	Identificação dos membros da Fiscalização.	X		X		26	
3.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	X		X		27-29	
4.	Funcionamento da fiscalização.	X		X		29	
D.	Revisor Oficial de Contas						
1.	Identificação do ROC, SROC.	X		X		29-30	
2.	Indicação das limitações, legais.						Não aplicável
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo.	X		X		30	
4.	Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à sociedade.						Não aplicável
E.	Auditor Externo						
1.	Identificação.	X		X		31	
2.	Política e periodicidade da rotação.						Não aplicável
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados.	X		X		31	
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga.	X		X		31	
V.	Organização Interna						
A.	Estatutos e Comunicações						
1.	Alteração dos estatutos da sociedade - Regras aplicáveis.	X		X		31	
2.	Comunicação de irregularidades.						Não aplicável
3.	Indicação das políticas antifraude.	X		X		32	
B.	Controlo interno e gestão de riscos						
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI).	X		X		32	
2.	Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou SCI.	X		X		32-33	
3.	Principais medidas adotadas na política de risco.	X		X		33-35	
4.	Relações de dependência hierárquica e/ou funcional.	X		X		35	
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.	X		X		35-36	
6.	Identificação principais tipos de riscos.	X		X		36	
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.	X		X		36	
8.	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade.	X		X		36	

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	Não	SIM	NÃO		
C.	Regulamentos e Códigos						
1.	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos.	X		X		36-37	
2.	Códigos de conduta e de Código de Ética.	X		X		38	
3.	Planos de ação para prevenir fraudes internas e externas	X		X		38	
D.	Deveres especiais de informação						
1.	Identificação das plataformas utilizadas para cumprimento dos deveres de informação	X		X		38-39	
2.	Identificação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência	X		X		38-39	
E.	Sítio de Internet						
	Indicação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada.	X		X		39	
F	Prestação de Serviço Público ou de interesse geral						
1.	Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à empresa a prestação de um serviço público ou de interesse geral, respeitante à remuneração dessa atividade						Não aplicável
2.	Exposição das propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista e ao membro do governo responsável pelo respetivo setor de atividade						Não aplicável
VI	Remunerações						
A.	Competência para a Determinação						
	Indicação do órgão competente para fixar remuneração.	X		X		40	
	Declarações de independência dos membros do órgão de administração	X		X		40	
B.	Comissão de Fixação de Remunerações						
	Composição.						Não aplicável
C.	Estrutura das Remunerações						
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.	X		X		40-43	
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada.	X		X		40-43	
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição.						Não aplicável
4.	Diferimento do pagamento da componente variável.						Não aplicável
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio.						Não aplicável

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	Não	SIM	NÃO		
6.	Regimes complementares de pensões.						Não aplicável
D.	Divulgação das Remunerações						
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida.	X		X		43	
2.	Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.						Não aplicável
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios.						Não aplicável
4.	Indemnizações pagas a ex-administradores executivos.						Não aplicável
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da sociedade.	X		X		43-44	
6.	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral.	X		X		44	
VII.	Transações com partes Relacionadas e Outras						
1.	Mecanismos implementados para controlo de transações com partes relacionadas.	X		X		44	
2.	Informação sobre outras transações.	X		X		44-46	
VIII	Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental						
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.	X		X		47-56	
2.	Políticas prosseguidas.	X		X		47-56	
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial.	X		X		48-56	
IX	Avaliação do Governo Societário						
1.	Cumprimento das Recomendações	X				56-57	
2.	Outras informações	X				61-72	

8. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A CARRIS manteve, em 2014, a sua participação, de forma ativa, em grupos de trabalho e fóruns internacionais, promovendo a partilha de práticas essenciais para o incremento do seu negócio, bem como a importação de medidas e práticas que potenciam a sua responsabilidade empresarial, interna e externa, nomeadamente, através da representatividade nas seguintes organizações:

- **CEEP** - “**European Centre of Employers and Enterprises providing Public Services**”, intervenção prioritariamente focada no Comité “**Local Enterprises**”;
- **UITP** - “**Union Internationale du Transport Public**”. A CARRIS integra e participa em diversas Comissões, no âmbito desta entidade, destacando-se:
 - Bus Commission;
 - EBSF (European Bus System of the Future);
 - Commission on Business & Human Resources Management
 - Information, Technology & Innovation Commission;
 - Light Rail Commission;
 - Marketing and Product Development Commission;
 - Transport Economics Commission;
 - Seamless Mobility Platform - Car Sharing” – representada pela CARRISTUR, empresa participada da CARRIS;
 - Security Commission;
 - Sustainable Development Commission
- **IBBG** – “**International Bus Benchmarking Group**”. A participação da CARRIS em Comissões e Grupos de Trabalho de Organizações Internacionais tem sido promovida, nos últimos anos, consolidando as relações interoperadores de Transporte, designadamente no plano internacional.

O “**International Bus Benchmarking Group**” foi criado em 2004, tendo a CARRIS aderido em 13 de Novembro de 2006 .

Este Grupo tem o apoio na promoção e coordenação de uma equipa especializada do RTSC – Centro de Investigação do “**Imperial College (London)**” e tem permitido uma partilha de informação específica à escala mundial e o conhecimento e interiorização de práticas e benefícios explicitados pela própria metodologia “**Benchmarking**”, sendo a sua atividade de investigação centrado em três temas – chave :

- Transportes públicos urbanos

- Benchmarking & medições de desempenho
- Transporte Urbano – estratégica & política

O encerramento dos trabalhos relativos à 8.ª Fase– 2012/2013, decorreu na Reunião Anual do IBBG em Julho de 2014, e deu-se início à 9.ª Fase – 2013/2014, tendo sido confirmada a participação da CARRIS.

- A CARRIS participa, ainda, no **MMG – “Major Metropolises Group”** o qual tem como missão, para além do “lobbing” junto das entidades comunitárias, acompanhar a implementação do processo legislativo da união europeia no domínio da mobilidade, promovendo, ainda, a organização de cimeiras anuais dos CEO’s das empresas aderentes ao Grupo para debate sobre a evolução do transporte público em cada uma das cidades representadas;
- A CARRIS tem, também, participado na **EPWN (European Professional Women’s Network)**, rede internacional que potencia o desenvolvimento profissional das mulheres, permitindo estabelecer parâmetros de equidade no acesso aos postos de trabalho, bem como na progressão das respetivas carreiras;
- A CARRIS é membro ativo da **Rede RSO PT – Rede Nacional de Responsabilidade Social nas Organizações**, tendo integrado, em 2013, os Grupos de Trabalho existentes, reforçando as ações de benchmarking nas áreas da Educação e Formação; Empreendedorismo Responsável; Comunicação & Marketing; ISO 26000 e Igualdade de Género;
- A CARRIS foi uma das Empresas fundadoras do **Fórum IGEN | Empresas para a Igualdade**. Oficializado em fevereiro de 2013, integram este Fórum várias empresas e entidades públicas e privadas. A CARRIS envolveu-se, desde logo, na definição de objetivos concretos, potenciadores das melhores práticas relativamente à dimensão da Igualdade de Género. Em 2014 renovou os seus compromissos com metas e objetivos específicos a atingir até ao final do período de vigência do Plano de Ação para a Igualdade de Género interno (2015);
- A CARRIS colabora ativamente nos projetos deste Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial, passando a integrar, desde 2014, a Direção da **GRACE – Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial**.

Ainda no âmbito das Relações Internacionais, a CARRIS tem acolhido várias entidades e comitativas, tendo, em 2014, acompanhado três grupos de visitantes, uma delegação da Letónia ‘Latvian Association of Passenger Carriers’, os membros da Divisão América Latina da UITP e uma delegação dos transportes de Budapeste.

9. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

À administração conjunta da CARRIS e do METROPOLITANO DE LISBOA, foi cometida, nos termos do estipulado no decreto lei n.º 98/2012, de 3 de maio, prioritariamente, a missão de concretização dos objetivos definidos no PET - Plano Estratégico de Transportes, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011, de 10 de novembro, para o transporte urbano na Área Metropolitana de Lisboa, ou seja e em traços gerais, desenvolver e concretizar o processo de integração operacional da CARRIS e do METROPOLITANO DE LISBOA, bem como estudar e preparar o modelo de abertura à exploração, por entidades privadas, dos serviços de transporte prestados por estas empresas.

Neste sentido, a administração conjunta promoveu, numa lógica de gestão integrada CARRIS/METROPOLITANO DE LISBOA, a consolidação e o desenvolvimento da qualidade do serviço de transporte público que é prestado em Lisboa, nos seus diferentes modos (elétrico, autocarro e metropolitano), de modo a reforçar a complementaridade modal e a intermodalidade, tendo em vista a obtenção de importantes ganhos de eficiência e de produtividade.

A este propósito, importa acrescentar que as leis do Orçamento do Estado para 2012 e 2013 e 2014 determinaram para o Setor Empresarial do Estado várias medidas, visando a redução de custos e o aumento da respetiva eficiência económica, as quais têm vindo a ser naturalmente cumpridas, pela empresa.

Neste capítulo descrevem-se os objetivos específicos de gestão, de forma quantificada, a aplicar no desenvolvimento da atividade empresarial da CARRIS, definidos em cada ano e para o triénio 2012-2014, em especial os económicos e os financeiros, bem como as respetivas metas a atingir pela empresa no referido período, nos termos previstos no artigo 38º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro.

OBJETIVOS DO CONTRATO DE GESTÃO: 2012-2014

OBJETIVOS	2011	Peso (%)	2012	2013	2014
			Valor Objetivo	Valor Objetivo	Valor Objetivo
Volume de Negócios (m€)	90.200	9,0	86.250	86.650	87.649
Margem do EBITDA	-21,17	10,0	-23,90	-18,43	-15,01
Gastos Operacionais (Sem indemn. por rescisão) (m€)	128.855	10,0	125.752	123.375	116.934
Gastos Operacionais por Passageiro (€)	0,55	10,0	0,73	0,72	0,68
Taxa Cobertura dos Gastos Operacionais pelos Proveitos	70,00	10,0	68,59	70,23	74,96
Peso dos títulos intermodais (%)	72,11	12,0	72,00	83,00	84,00
Emissão de poluentes (g/Lk oferecidos)	14,83	12,0	15,70	15,60	15,50
Índice de Qualidade da Oferta	100,00	18,0	100,00	100,00	100,00
PMP (dias)	48,04	3,0	41,00	39,00	39,00
Grau de cumprimento do Plano de investimentos (%)	49,26	3,0	86,00	87,00	88,00
Eficiência (Gastos operacionais/EBITDA) (%)	-6,75	3,0	-6,10	-7,73	-8,89
CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS		100,0			

INDICADORES DE QUALIDADE DA OFERTA: EVOLUÇÃO 2012-2014

INDICADORES	2011	Ponderador (%)	2012	2013	2014
			Valor Objetivo	Valor Objetivo	Valor Objetivo
Reclamações/ 10 ⁶ PK	4,10	15	5,30	5,00	4,90
Taxa de cumprimento de serviço (veícxkm) (%)	98,94	30	98,60	98,80	98,80
Taxa de cumprimento de serviço (HPM) (%)	99,99	15	99,30	99,30	99,30
Acidentes/ 10 ⁶ LK	0,39	5	0,48	0,48	0,48
Avarias/ 10 ⁶ LK	2,89	15	3,10	3,00	3,00
Idade média das viaturas (anos)	7,31	5	7,62	8,62	9,62
Veículos com AC/frota	1,00	5	1,00	1,00	1,00
Veículos com piso rebaixado/frota	0,90	5	0,88	0,88	0,88
Veículos com rampa/frota	0,50	5	0,55	0,55	0,55
ÍNDICE DE QUALIDADE DA OFERTA (IQO)		100			

GLOSSÁRIO DOS INDICADORES DE GESTÃO

Volume de Negócios: soma dos proveitos com “Serviço Público”, alugueres e Outros Proveitos Operacionais – não levando em consideração as restantes rubricas de proveitos operacionais, nomeadamente Trabalhos para a Própria Empresa e subsídios à exploração/indenizações compensatórias (IC’s);

Margem do EBITDA: EBITDA/Volume de Negócios, sendo o EBITDA = Resultados Operacionais antes de IC’s, Amortizações e provisões;

Gastos Operacionais: Valor global dos gastos operacionais, com exclusão dos gastos com indenizações por rescisão de contratos de trabalho e remissões de pensões;

Gastos Operacionais por passageiro: divisão dos gastos operacionais totais, com exclusão dos gastos com indenizações por rescisão de contratos de trabalho e remissões de pensões, pelos passageiros transportados;

Taxa de cobertura dos gastos operacionais pelos Proveitos de Negócio: divisão dos proveitos do negócio (tal como supra indicado incluem proveitos de Serviço Público, de Alugueres e Outros Proveitos Operacionais) pelos gastos operacionais totais, com exclusão dos gastos com indenizações por rescisão de contratos de trabalhos e remissões de pensões;

Peso dos títulos intermodais: inclui títulos intermodais e passes combinados;

Emissão de poluentes: Medida da eficiência ambiental da oferta através da contabilização de emissão de poluentes (CO₂, CO, HC, NO_x e PT) por cada Lugar x Km disponibilizado pela CARRIS.

Índice de Qualidade da Oferta (IQO): tem em consideração fatores como: reclamações de clientes, taxa de cumprimento dos serviços programados, taxa de cumprimento dos serviços programados em hora de ponta, taxa de acidentes, taxa de avarias e diversos fatores de conforto (idade média da frota, peso de viaturas com ar condicionado, com piso rebaixado e com rampa);

PMP de acordo com a RCM n.º 34/2008 e Despacho n.º 9870/2009;

Grau de cumprimento do Plano de Investimentos: valor do investimento realizado/ valor do investimento orçamentado;

Eficiência: gastos operacionais/EBITDA (os gastos operacionais não incluem os custos com indenizações por rescisões de contratos de trabalho e remissões de pensões).

OBJETIVOS E DO GRAU DE CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS DE GESTÃO

Cumprimento dos objetivos de gestão em 2014

A CARRIS assumiu, para o triénio 2012/2014, um conjunto de objetivos que em 2014 foram ultrapassados em 18,65%, conforme é evidenciado no quadro que a seguir se apresenta.

OBJETIVOS	Peso (%)	2014					
		Valor 2011	Valor Objetivo	Índice Objetivo	Valor Real	Índice Real	Desvio % índices
Volume de Negócios (m€)	9,0	90.200	87.649	9,0	96.024	9,9	9,56
Margem do EBITDA	10,0	-21,17	-15,01	10,0	-1,82	18,8	87,89
Gastos Operacionais (Sem indemn. por rescisão) (m€)	10,0	128.855	116.934	10,0	93.064	12,6	25,65
Gastos Operacionais por Passageiro (€)	10,0	0,55	0,68	10,0	0,55	12,3	23,1
Taxa Cobertura dos Gastos Operacionais pelos Proveitos	10,0	70,00	74,96	10,0	103,18	13,8	37,66
Peso dos títulos intermodais (%)	12,0	72,11	84	12,0	83,64	11,9	-0,43
Emissão de poluentes (g/Lk oferecidos)	12,0	14,83	15,5	12,0	14,95	12,4	3,68
Índice de Qualidade da Oferta	18,0	100,00	100	18,0	94,74	17,1	-5,26
PMP (dias)	3,0	48,04	39	3,0	48,18	2,4	-19,06
Grau de cumprimento do Plano de investimentos (%)	3,0	49,26	88	3,0	62,09	2,1	-29,44
Eficiência (Gastos operacionais/EBITDA) (%)	3,0	-6,75	-8,89	3,0	-1,88	5,4	78,9
CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS	100			100,00		118,65	

Detalhe do indicador de qualidade

INDICADORES	Ponderador (%)	2014					
		Valor 2011	Valor Objetivo	Índice Objetivo	Valor Real	Índice Real	Desvio % índices
Reclamações/ 10 ⁶ PK	15	4,10	4,9	15	6,09	12,07	-19,54
Taxa de cumprimento de serviço (veicxkm) (%)	30	98,94	98,8	30	99,35	30,17	0,56
Taxa de cumprimento de serviço (HPM) (%)	15	99,99	99,3	15	99,97	15,1	0,67
Acidentes/ 10 ⁶ LK	5	0,39	0,48	5	0,41	5,85	17,07
Avárias/ 10 ⁶ LK	15	2,89	3	15	3,95	11,39	-24,05
Idade média das viaturas (anos)	5	7,31	9,62	5	9,49	5,07	1,37
Veículos com AC/frota	5	1,00	1	5	1	5	0
Veículos com piso rebaixado/frota	5	0,90	0,88	5	0,88	5,01	0,23
Veículos com rampa/frota	5	0,50	0,55	5	0,56	5,08	1,63
ÍNDICE DE QUALIDADE DA OFERTA (IQO)	100			100,00		94,74	

A seguir identificam-se os seguintes pressupostos que estiveram na base da definição dos objetivos e dos indicadores a aplicar no desenvolvimento da atividade empresarial da CARRIS no ano de 2014.

PRESSUPOSTOS DO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2014

Veículos x KM SP	32.454.855
Veículos x Hora SP	2.308.064
Passageiros SP	173.739.331
Efetivo em 31/12	2.144
Indemnizações por rescisões contrato de trabalho	6.000.000
Indemnização compensatória (€) IVA incluído	5.682.000
Acréscimo de tarifário	0%
Acréscimo Salarial	0%
Inflação	1,0%
Preço/ L gasóleo (€)	1,06
Preço/Nm3 gás (€)	0,49
Investimento previsto	7.124.779
Adoção do Inquérito de 2007 para repartição receitas	Sim

Relativamente às orientações e objetivos estratégicos, definidos para o ano de 2014 verificou-se, nomeadamente a:

- Continuação de um EBITDA positivo (corrigido de provisões);
- Contribuição positiva para a melhoria das condições necessárias para a prática da intermodalidade;
- Introdução de ajustamentos na oferta, reforçando a articulação com o METROPOLITANO DE LISBOA e eliminando redundâncias;
- Introdução de ações de inovação que contribuíram para uma melhor sustentabilidade ambiental, designadamente reduzindo o consumo específico de combustível;
- Consolidação da componente social do Transporte Público;
- Consolidação de um clima de paz social na CARRIS e nas empresas suas participadas.

Nos termos do DL nº 133/2013 de 3 de outubro a empresa recebeu a orientação, que cumpriu, de solicitar autorização prévia da DGTF para todas as operações de financiamento,

nomeadamente contratação de novos financiamentos ou renovação dos já existentes, as quais ainda teriam de merecer parecer favorável e vinculativo do IGCP.

Da gestão do risco financeiro, nos termos do Despacho n.º 101/2009-SETF, de 30 de janeiro, e do cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento, definidos para 2014, no Despacho n.º 155/2011-MEF, de 28 de abril atualizado pelo artigo 61.º da Lei do Orçamento de Estado para 2014 (Lei 83-C/2013 de 31 de dezembro);

Gestão do Risco Financeiro

Anos	2010	2011	2012	2013	2014
Encargos Financeiros (€) (*)	12.809.575,59	20.842.634,19	24.628.256,79	28.680.838,77	25.349.982,93
Taxa Média de Financiamento (%)	2,56	2,76	3,12	3,37	3,04

(*) Encargos financeiros correspondentes ao Passivo Remunerado.

Passivo Remunerado (€)	2013	2014	Var. absol.	Var. (%)
Financiamentos obtidos	776.720.970,52	813.320.186,66	36.599.216,14	4,71%
... dos quais concedidos pela DGTF	0,00	458.100.000,00	458.100.000,00	-
Aumentos de capital por dotação	0,00	0,00	0,00	-
Aumentos de capital por conversão de crédito	0,00	0,00	0,00	-
Endividamento ajustado	776.720.970,52	813.320.186,66	36.599.216,14	4,71%

Prazo Médio de Pagamentos e Dívidas Vencidas

O prazo médio de pagamento a fornecedores foi calculado em conformidade com a RCM nº34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril e tendo em conta os prazos acordados com os fornecedores.

Confirmando o esforço de recuperação que se vinha observando desde o 2º semestre de 2013, a empresa continuou, durante todo o ano de 2014, a reduzir, de forma gradual, o seu PMP atingindo no final do ano 48 dias (-12,7% face a igual período do ano anterior).

PMP	2013	2014	Var. 2014/2013
Prazo (dias)	55,2	48,2	-7

A redução de sete dias no PMP permitiu à empresa aproximar-se do objetivo determinado pelo disposto no nº 9 da RCM referida, excedendo em, apenas, um dia o limite superior do intervalo de cumprimento do objetivo calculado para 2014 (46,9 dias).

Não obstante este facto, o PMP da empresa mantém-se abaixo do valor médio do SEE (sem Saúde) continuando a ser um índice de referência em termos das empresas de transporte de passageiros no país.

As dívidas vencidas calculadas de acordo com o artigo 1º do DL 65-A/2011 de 17 de maio ascendem a 100,5 milhares de euros.

Dívidas Vencidas (€)	Dívidas vencidas de acordo com Art. 1.º DL 65-A/2011				
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. De Bens e Serviços	888.962,65	12.633,02	369,93	21.172,93	63.693,26
Aq. de Capital	111.529,19	0,00	0,00	0,00	2.668,80
TOTAL	1.000.491,84	12.633,02	369,93	21.172,93	66.362,06

Os ‘arrears’ registaram um acréscimo de 11,9 milhares de euros face a 2013, correspondentes a dívidas de maior prazo que se referem, essencialmente, a transações com entidades de quem a empresa é simultaneamente credora, ficando, por isso, a aguardar a regularização das contas.

REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

Mandato (Início – Fim)	Cargo	Nome	Valor da senha fixada (€)	Remuneração Anual 2014 (€)		
				Bruto (1)	Reduções remuneratórias (2)	Valor após reduções (3) = (1) – (2)
2012/2014	Presidente	Dra. Maria Fernanda Joanaz Silva Martins	650,00	1.950,00	195,00	1.755,00
2012/2014	Vice- Presidente	Dra. Luisa Maria Rosário Roque	525,00	1.575,00	87,00	1.396,50

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mandato (Início – Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
			Forma (1)	Data	Identificação Entidade	Pagadora [O/D]
2012/2014	Vogal -1	Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	DUE	23-08-2012	n.a	D
2012/2014	Vogal -2	Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	DUE	23-08-2012	n.a	D
2012/2014	Vogal -3	Dra. Maria Manuela Bruno de Figueiredo	DUE	23-08-2012	n.a	D

(1) DUE – Deliberação Social Unânime por Escrito

Nota: OPRLO – Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D: Origem/Destino

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado	Classificação	Valores mensais Bruto (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Remuneração Base	Despesas de Representação
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	S	A	2.289,10	915,64
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	S	A	2.289,10	915,64
Dra. Maria Manuela Bruno de Figueiredo	S	A	2.289,10	915,64

Nota: EGP – Estatuto do Gestor Público

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)						
	Variável	Fixa (*)	Outra	Redução Lei 12-A/2010	O. Reduções Remuneratórias	Redução anos anteriores	Bruta após reduções Remuneratórias
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas		43.035,10		2.151,70	3.096,65		37.786,75
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso		43.035,10		2.151,70	3.096,65		37.786,75
Dra. Maria Manuela Bruno de Figueiredo		43.035,10		2.151,69	3.096,65		37.786,76

(*) Inclui a remuneração + despesas de representação (sem reduções)

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)				
	Variável	Fixa (*)	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3) = (1)-(2)
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas		43.035,10	43.035,10	5.248,35	37.786,75
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso		43.035,10	43.035,10	5.248,35	37.786,75
Dra. Maria Manuela Bruno de Figueiredo		43.035,10	43.035,10	5.248,34	37.786,76

(*) Inclui a remuneração + despesas de representação (sem reduções)

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Outros	
	Valor/ dia	Montante pago Ano	Identificar	Valor			Identificar	Valor
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	9,54	1.054,15	SS	9.045,36	242,18	-	Seguro de acidentes pessoais	220,10
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	9,54	1.106,63	CGA	6.472,30	242,18	-	Seguro de acidentes pessoais	220,18
Dra. Maria Manuela Bruno de Figueiredo	9,54	1.120,94	SS	9.049,89	242,18	-	Seguro de acidentes pessoais	220,21

(1) – Fixado por aditamento de 17 de dezembro de 2012 à Deliberação Social Unânime de 23 de Agosto de 2012.

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido (1)	Valor Anual	Observações
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	40,00	280,96	
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	40,00	241,64	
Dra. Maria Manuela Bruno de Figueiredo	40,00	248,10	

Encargos com viaturas									
Membro do CA (Nome)	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano termo	Valor da Renda Mensal	Valor Anual	N.º Prestações contratuais Remanescentes
	[S/N]	data	[€]	Identificar			[€]	[€]	
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	S	16-06-2011	26.317,93	ALD	2011	2014	280,96	(2) 3.371,54	0
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	S	05-03-2010	45.305,00	ALD	2010	2014	348,76	4.185,12	12
Dra. Maria Manuela Bruno de Figueiredo	S	05-08-2010	42.822,00	ALD	2010	2014	414,98	4.979,77	0

(1) – Aquisição, ALD, leasing ou outra

(2) - Valores faturados pelo METRO. Contrato realizado pelo METRO e faturado por esta empresa (50%)

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal definido para combustível	Gastos anuais associados a Viaturas (€)				
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	Observações
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	228,91	1.229,46	657,34	1.466,84	498,46	
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	228,91	1.622,99	163,40	850,46	543,84	
Dra. Maria Manuela Bruno de Figueiredo	228,91	1.296,75	556,13	1.277,84	497,00	

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	1.031,32	143,04	750,72			1.925,08
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	1.156,33	142,07	118,94			1.417,54
Dra. Maria Manuela Bruno de Figueiredo	-	-	-			-

FISCALIZAÇÃO

CONSELHO FISCAL

Mandato (início – Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (mensal) [€]
			Forma (1)	Data	
2012/2014	Presidente	Dr. José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	DUE	23-08-2012	801,10
2012/2014	Vogal Efetivo	Dr. José Carlos Pereira Nunes	DUE	23-08-2012	603,89
2012/2014	Vogal Efetivo	Dra. Maria Onilda Oliveira Sousa	DUE	23-08-2012	603,89
2012/2014	Vogal Suplente	Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Morais	DUE	23-08-2012	-

(1) – DUE – Deliberação Social Unânime por Escrita

Nome	Remuneração Anual 2014 (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3) = (1) – (2)
Dr. José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	11.215,40	801,86	10.413,54
Dr. José Carlos Pereira Nunes	8.412,46	587,02	7.825,44
Dra. Maria Onilda Oliveira Sousa	8.412,46	584,19	7.828,27
Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Morais	-	-	-

ROC

Mandato (Início – Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação		Remuneração (€)	N.º de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	N.º	Forma (1)	Data	Contratada	
2008/2014	Efetivo	Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC representada por Dr. José Luís Areal Alves da Cunha	74	AG	29-07-2008	19.500,00	1

(1) – AG – Assembleia Geral

Nome	Remuneração Anual 2014 (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3) = (1) – (2)
Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC representada por Dr. José Luís Areal Alves da Cunha	19.500,00	1.755,00	17.745,00

AUDITOR EXTERNO

Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC)			Data da contratação		Remuneração Anual [€]		
Nome	N.º inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Data	Período	Valor da Prestação de Serviços Contratada	Reduções Remuneratórias	Valor após Reduções
Deloitte & Associados, SROC S.A.	43	231	24-01-2000	(a)	22.250,00 (b)	0	22.250,00

(a) - Vem sendo contratado, anualmente, por consulta direta desde 24-01-2000

(b) - Trabalho de Auditoria adjudicado por consulta direta anualmente realizada

Relativamente ao cumprimento das obrigações legais, no que respeita às remunerações dos **restantes trabalhadores**, o regime em vigor no exercício 2014 encontra-se detalhado no quadro das páginas 108 a 110.

No tocante à aplicação do disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa, bem como o reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal, a matéria encontra-se igualmente detalhada no quadro das páginas 108 a 110.

Da contratação pública

No âmbito da Contratação Pública e durante o ano de 2014, a CARRIS lançou, através da plataforma de contratação pública VORTALnext e em cumprimento das disposições constantes no Código dos Contratos Públicos, vários procedimentos concursais (2 Consultas Diretas, 3 Concursos Públicos com Publicidade Internacional, e 4 Ajustes Diretos), conforme a seguir é indicado:

Consultas

- CD 3007/2014 – Aquisição de Plataforma & Virtualização e Backup
- CD 3013/2014 – Prestação de Serviços de Manutenção para Sistemas de SADI, SADEI e SADIR

Ajustes Diretos

- AD/2014/01/DLT – Prestação de Serviços de Assistência Técnica ao Sistema de Bilhética
- AD/2014/02/DLT – Prestação de Serviços de Seguros de Acidentes de Trabalho
- AD/2014/04/DLT – Prestação de Serviços de Seguros de Responsabilidade Civil, Riscos Múltiplos, Roubo, Transporte de Mercadorias e Acidentes Pessoais
Nota: A empresa convidada não apresentou proposta.
- AD/2014/04/DLT – Prestação de Serviços de Seguros de Responsabilidade Civil, Riscos Múltiplos, Roubo, Transporte de Mercadorias e Acidentes Pessoais

Concursos Públicos Internacionais

- CPI/2014/01/DLT – Fornecimento de Gás Natural e Prestação de Serviços
- CPI/2014/02/DFG – Prestação de Serviços de Seguros
Nota: Decisão de não adjudicação face à exclusão de todas as propostas apresentadas.
- CPI/2014/03/DLT – Prestação de Serviços de Vigilância

Os setores especiais, no qual se inclui a CARRIS, estão sujeitos às regras da formação dos contratos previstas no Código da Contratação Pública (Parte II do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro) relativamente aos Contratos de Aquisição de Bens, Materiais ou Serviços que sejam de valor superior aos limiares comunitários.

Nos casos em que a CARRIS pretende celebrar contratos de valores inferiores aos limiares comunitários, foi criado e implementado o seguinte normativo interno:

- Norma Geral (NG) 0013 para as “Aquisições de Bens, Materiais ou Serviços e Abates”, 6.ª Edição de 24/05/2012, que veio revogar e substituir a NG 0013, 5.ª Edição, de 18/09/2008.

Relativamente ao processo de celebração de Contratos de Aquisições de Bens, Materiais ou Serviços, a referida norma interna (NG 0013) estabelece que a aquisição de Bens, Materiais ou Serviços será precedida de Consulta Direta sempre que o valor estimado para a sua realização seja inferior ao limiar comunitário.

O número de entidades a consultar será o seguinte, em função do valor estimado para a aquisição:

- Para aquisições de bens, materiais ou serviços de valor inferior a 500,00 €, a entidade adquirente pode adjudicar livremente o fornecimento sem estar sujeita a um número mínimo de entidades a solicitar proposta;
- Para aquisições de bens, materiais ou serviços de valor igual ou superior a 500,00 €, com limite de 50.000,00 €, a entidade adquirente deverá convidar um mínimo de 2 (dois) fornecedores;
- Para aquisições de bens, materiais ou serviços de valor superior a 50.000,00 €, com o limite do valor fixado no Decreto-Lei n.º 18/2008, a entidade adquirente deverá convidar um mínimo de 3 (três) fornecedores.

Caso esses valores sejam iguais ou superiores aos referidos limiares comunitários, então aplicar-se-ão as regras do Código dos Contratos Públicos e ser-lhe-ão aplicáveis as normas de direito público.

No exercício de 2014, não foram celebrados quaisquer atos ou contratos com valor superior a 5.000.000,00 € (cinco milhões de euros).

Medidas tomadas, no âmbito das orientações previstas na Lei n.º 66-A/2012, de 31 de dezembro, que aprova as Grandes Opções do Plano para 2012-2015, ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e da frota automóvel relativamente às orientações previstas no n.º 4 do artigo 61 da Lei n.º 83-C/2013, 31 de dezembro.

A CARRIS possui uma “pool” de viaturas ligeiras (mercadorias e passageiros) constituída por 69 veículos, 41 dos quais estão dedicados ao apoio dos serviços operacionais e transporte individual de pessoal dirigente.

As viaturas afetas a serviços de apoio ao serviço público de transporte, apenas são substituídas, quando estritamente necessário, para substituição de veículos em fim de vida e sempre por contrapartida do abate de outros veículos, conforme orientações em vigor e nos termos definidos no OE 2014.

A redução de gastos associados à frota automóvel tem sido, também, alcançada, através da revisão das categorias dos veículos em utilização, maximizando o seu uso comum por colaboradores das respetivas áreas.

A CARRIS vai prosseguir, em 2015, este esforço de redução dos gastos, conforme previsto no OE 2015, pelas razões atrás referidas, continuando, também, a reduzir os custos relacionados com a manutenção, combustíveis, seguros e, por último, com a fixação de limites com gastos relacionados com utilização das viaturas, já em vigor há vários anos.

A CARRIS aderiu, em 2011, como entidade compradora voluntária à ANCP (Agência Nacional de Compras Públicas, EPE), cujas funções foram absorvidas pela ESPAP (Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, IP), nunca tendo realizado qualquer aquisição ao abrigo de Acordos Quadro, conforme já referido, no capítulo 9 referente à Contratação Pública.

Medidas de redução de gastos operacionais

O quadro seguinte evidencia a evolução positiva dos gastos operacionais no período 2010-2014, com este tipo de gastos a ascenderem, em 2014, a 92,4 milhões de euros correspondentes a um decréscimo de 41,6 milhões de euros (-31%) relativamente a 2010, obtido por reduções em todas as rubricas.

Estes valores demonstram que a empresa excedeu, largamente, o cumprimento da meta de 15% definido pelo governo através da Lei do Orçamento de Estado para 2014 (artigo 61º) e do Ofício nº 7038 de 21 de Novembro de 2013, da Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), com as instruções para a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão - 2014.

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

PRC	Meta	2014	2013	2012	2011	2010	Δ Abs.	Var. %	Δ Abs.	Var. %
		Exec.	Exec.	Exec.	Exec.	Exec.	2014/2013		2014/2010	
EBITDA (€)		5.316.328	26.553.093	14.901.122	34.448.088	2.611.292	-21.236.765	-80,0	2.705.036	103,6
(1) CMVMC (€)		17.868.711	19.123.808	20.518.705	21.251.165	21.034.172	-1.255.097	-6,6	-3.165.461	-15,0
(2) FSE (€)		20.408.277	19.871.011	19.879.572	20.571.418	29.405.830	537.266	2,7	-8.997.553	-30,6
Deslocações/Estadas (a)	em linha com 2013	33.113	67.001	62.164	69.077	55.734	-33.888	-50,6	-22.621	-40,6
Ajudas de custo	em linha com 2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comunicações (b)	em linha com 2013	673.406	612.830	627.427	633.204	771.692	60.576	9,9	-98.286	-12,7
(3) Gastos com o pessoal (€)		56.480.269	47.727.242	54.931.785	66.892.717	83.555.229	8.753.027	18,3	-27.074.960	-32,4
(3.1) dos quais indemnizações (€) (c)	n.a.	2.372.345	10.000	13.937	26.700	45.806	2.362.345	-	2.326.539	-
(4) Total Gastos (€)		92.384.912	86.712.061	95.316.125	108.688.600	133.949.425	5.672.851	6,5	-41.564.513	-31,0
=(1)+(2)+(3)-(3.1)										
(5) Volume de Negócios (€) (d)		90.193.383	88.924.365	85.002.362	81.536.114	78.309.109	1.269.018	1,4	11.884.274	15,2
Peso dos Gastos/VN (4/5)		1,024	0,975	1,121	1,333	1,711	0,049	5,0	-0,686	-40,2
Número RH (e)	-3% face 2012	2.199	2.347	2.486	2.727	n.a.	-148	-6,3	n.a.	n.a.
Efetivo		2.179	2.326	2.463	2.702	n.a.	-147	-6,3	n.a.	n.a.
Nº Cargos Direção		20	21	23	25	n.a.	-1	-4,8	n.a.	n.a.
Nº Efetivos/Cargos direção		110	112	108	109	n.a.	-2	-1,6%	n.a.	n.a.
Viaturas										
Nº de viaturas		41	46	n.a.	n.a.	n.a.	-5	-10,9%	-	n.a.
Gastos com as viaturas (€)		204.637	257.364	n.a.	n.a.	n.a.	-52.727	-20,5%	-	n.a.

(a) - Desde 2010, as deslocações/estadas foram restringidas à participação em reuniões periódicas dos grupos de trabalho internacionais a que a Carris pertence.

(b) - A rubrica comunicações inclui o sistema de radiocomunicação da frota e de informação ao público, que representa, em 2014, cerca de 56% do valor total das comunicações. O acréscimo de 2013 para 2014 é justificado, por neste ano, se terem verificado pagamentos relativos ao ano anterior no âmbito do projeto SAEIP (Sistema de Ajuda à Exploração e Informação ao Público).

(c) - Inclui, em 2014, indemnizações por rescisão de contrato (2.362 milhares de euros) e indemnizações por despedimento (cerca de 10 mil euros). Nos restantes anos as verbas apresentadas referem-se, apenas, a indemnizações por despedimento. Os gastos com rescisões foram compensados por utilização da provisão para encargos com benefícios pós-emprego.

(d) - Não inclui os Subsídios em que o Estado se substitui aos clientes no pagamento à empresa. (4_18 / sub23 e social+).

(e) - O efetivo está apresentado em termos médios.

No âmbito das medidas de redimensionamento/otimização do quadro de pessoal a empresa reduziu, entre 2012 e 2014, em termos médios, o seu número de recursos humanos em 287, reduzindo-se os cargos de direção em 3 efetivos e superando, de forma expressiva, a meta de 3% fixada no artigo 60º da Lei de Orçamento de Estado para 2014.

No que respeita aos gastos com pessoal importa referir que em todo o período, em referência, esta rubrica se encontra influenciada do registo da variação das responsabilidades com pensões de reforma, pelo que para analisar a evolução dos gastos efetivos de pessoal (sem indemnizações) foram expurgados estes efeitos.

(milhares de euros)

	2011	2012	2013	2014	Variação 2014/2011	
					Absoluta	%
Gastos com Pessoal (DRN)	66.893	54.932	47.727	56.480	-10.412	-15,6%
Efeito das responsabilidades com pensões de reforma	10.166	13.209	25.067	-1.503	-11.669	-
Efeito por exclusão dos gastos com rescisões/indemnizações	-1.629	-4.315	-4.351	-2.372	-743	45,6%
Gastos com Pessoal sem o efeito das responsabilidades com pensões de reforma e indemnizações	75.430	63.826	68.444	52.605	-22.825	-30,3%

Da análise do quadro constata-se a diminuição de 22,8 milhões de euros de gastos com o pessoal (-30%) de 2014 em relação a 2011, resultante da redução do efetivo e dos cortes salariais decretados pelo Governo.

No âmbito da frota automóvel foram cumpridas as orientações do artigo 61º - n.º 4, da Lei 83-C/2013 no que respeita à redução do número e gastos com veículos afetos ao apoio às áreas operacionais e transporte individual de pessoal dirigente.

Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

No que se refere ao cumprimento do previsto no artigo 17º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho, a Empresa procedeu, em 2011, à abertura de conta no IGCP.

Os valores pagos pelo Estado são creditados na conta do IGCP, de onde são transferidos para os bancos comerciais para reembolso de empréstimos e pagamento a fornecedores e salários.

Ao abrigo do artigo 123º (ponto 4) da Lei 83-C/2013 de 31 de dezembro, a empresa solicitou, em 2014, a renovação da dispensa de proceder à movimentação da conta detida junto do IGCP, à exceção das aplicações financeiras. Este pedido foi autorizado pelo despacho nº 2580/14 da Secretaria de Estado do Tesouro de 19 de dezembro de 2014.

A empresa não detém aplicações financeiras.

INFORMAÇÃO A CONSTAR NO SITE DO SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data atualização	
Estatutos	S		Sem alteração
Caracterização da Empresa	S	Maio 2014	
Função de tutela e acionista	S		Sem alteração
Modelo de governo / Membros dos Órgãos Sociais			
- Identificação dos Órgãos Sociais	S	Maio 2014	
- Estatuto Remuneratório Fixado	S	Maio 2014	
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	Maio 2014	
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	Maio 2014	
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	Maio 2014	
Esforço Financeiro Público	S	Maio 2014	
Ficha Síntese	S	Maio 2014	
Informação Financeira histórica e atual	S	Maio 2014	
Princípios de Bom Governo			
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	Maio 2014	
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S	Maio 2014	
- Outras transações	S	Maio 2014	
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:			
Económico	S	Maio 2014	
Social	S	Maio 2014	
Ambiental	S	Maio 2014	
Avaliação do cumprimento dos Princípios do Bom Governo	S	Maio 2014	
Código de Ética	S	Maio 2014	

Auditorias do Tribunal de Contas

Em 2014, a CARRIS analisou e deu resposta às Recomendações do Tribunal de Contas, constantes nos seguintes relatórios de auditoria:

Relatório de Auditoria n.º 11/2013-2.ª Secção, de 23 de maio, relativo à auditoria ao desempenho de Empresas Públicas - Recomendações n.ºs 52 a 56:

- Face à Recomendação n.º 52 – “Garanta a diminuição mais acelerada do prazo médio de pagamentos”, a CARRIS demonstrou que, com exceção do ano de 2013, em que o p.m.p. foi de 55 dias fruto das extremas dificuldades de financiamento durante o primeiro semestre, a Empresa tem conseguido cumprir o p.m.p “técnico” (47 / 48 dias) correspondente aos compromissos contratualizados, o que demonstra o enorme esforço em cumprir atempadamente as suas obrigações contratuais. Os contratos

assinados pela Empresa com os seus fornecedores apontam para um prazo médio de pagamento que ronda os 40 dias sobre a data de emissão da fatura. Os 7 a 8 dias de desfasamento do p.m.p teórico de 40 dias resultantes dos contratos celebrados têm origem não apenas nas dificuldades de financiamento mas também na necessidade de conferir, quer administrativamente quer sob o ponto de vista técnico, muitos dos fornecimentos e de ultrapassar inconformidades nos mesmos.

- Para resposta à Recomendação n.º 53 – “Que consolide as reduções de gastos com o pessoal efetuadas nos anos recentes, considerando o caráter temporário das medidas que permitiram essa redução”, foi referido que a redução do efetivo da CARRIS, ocorrida entre 2010 e nov-2014, na ordem dos 23%, teve como efeito uma diminuição de cerca de 20% dos gastos com pessoal.
- Relativamente à Recomendação n.º 54 – “Em futuras revisões dos Acordos de Empresa pondere a alteração dos complementos remuneratórios pagos aos trabalhadores da empresa, focalizando-os naqueles que contribuam para um aumento da produtividade e na qualidade do desempenho”, a Empresa referiu que, até 2010, tinha em execução um conjunto de incentivos ao aumento da produtividade e da qualidade do desempenho que foram alvo de forte limitação por parte das consecutivas leis do Orçamento de Estado, desde 2011. Logo que a lei o permita, a Empresa pretende retomar, incentivos à diferenciação remuneratória para valorizar os bons desempenhos, revogando, em sede negocial, os complementos que não apresentem aquela natureza e se conclua não contribuirão para o aumento da produtividade.
- Face à Recomendação n.º 55 – “Nos termos já contemplados no Plano de Estabilidade e Crescimento, reveja os Acordos de Empresa no sentido de fechar os planos de pensão, que não se configurem como sendo de contribuição definida, à admissão de novos beneficiários. Do mesmo modo o TC recomenda que a empresa proceda à constituição de novos planos de pensões e de saúde para os novos colaboradores, que se configurem como de contribuição definida, com sujeição à regulação e supervisão do Instituto de Seguros de Portugal”, a CARRIS assumiu que a revisão proposta tem sido uma preocupação, face à qual tem vindo a estudar diversas soluções. A constituição de novos planos de pensões e de saúde encontra-se prejudicada, dado implicarem um esforço financeiro inicial que a CARRIS não pode, atualmente, suportar. Contudo, por força da LOE, o pagamento dos complementos de reforma encontra-se suspenso, pelo que, atualmente, a CARRIS não sofre o impacto negativo que representa o pagamento dos mesmos.
- Relativamente à Recomendação n.º 56 – “Consolide as reduções de gastos efetuadas nos anos recentes respeitantes aos fornecimentos e serviços externos, atendendo à manutenção de um nível de qualidade adequado e da segurança dos passageiros e rodoviária”, a CARRIS referiu que, visando a contenção dos custos de exploração foi fixada uma meta de redução de 15% dos gastos operacionais para o período 2010-2013, meta essa que passou a ser controlada, regularmente, pela tutela financeira. A redução do número de veículos x Km oferecidos, com reflexo direto na redução dos gastos operacionais, bem como a renegociação dos contratos de fornecimento de bens

e serviços e a adoção de melhores práticas de utilização de consumíveis resultaram num decréscimo de 23% nos gastos com consumos (CMVMC + FSE).

Relatório de Auditoria n.º 14/2014-2.ª Secção relativo à Auditoria de Seguimento das Recomendações Formuladas em Relatórios de Auditoria a Empresas do Setor dos Transportes Públicos, particularmente, no que à CARRIS diz respeito, Recomendações 8 e 9 não acolhidas, constantes do anterior Relatório n.º 30/2009-2.ª Secção, de 23 de setembro:

- Face à Recomendação n.º 8 – “Fomento do investimento na construção de parques de estacionamento fora da cidade de Lisboa com boas ligações à rede de transportes públicos”, a CARRIS entende que esta recomendação ultrapassa o âmbito das suas competências, do seu objetivo social e até da sua área de intervenção geográfica. Por outro lado, o recente passe “CARRIS/Metro Urbano + Parque 30 dias”, em vigor desde 1 de janeiro de 2014, que integra o estacionamento nos parques da EMEL e EMPARK e a utilização da rede de transportes públicos da CARRIS e do Metropolitano de Lisboa, tem tido uma procura aquém do que era expectável (apenas 74 passes nos primeiros sete meses de 2014, sendo a quota da CARRIS inferior à do Passe Navegante Urbano), pelo que uma eventual afetação das suas receitas ao investimento preconizado na Recomendação se encontra prejudicada.
- Relativamente à Recomendação n.º 9 – “Implementação de metodologias de contagem de passageiros assente nas validações registadas no sistema de bilhética sem contacto”, informámos que já se encontram reunidas as condições que permitem fazer a transição para uma nova metodologia de cálculo da Procura baseada nas validações registadas, a qual será efetivamente concretizada a partir do dia 1 de janeiro de 2015.

Em 2014 todos os títulos foram desmaterializados passando as validações no sistema a traduzir mais fidedignamente os passageiros transportados. Por outro lado, a Empresa tem vindo a trabalhar com o integrador de bilhética para melhorar a qualidade da informação produzida pelo sistema, tendo sido efetuado recentemente um estudo independente para determinar a fraude real. Assim, a CARRIS adotou no final de 2014 uma nova metodologia assente nas validações registadas pelo seu sistema de bilhética: Validações registadas que originam receitas; Fraude corrigida - tomando por base o relatório da AMTL, de setembro de 2013, com base numa avaliação no terreno efetuada em maio desse ano, vai-se ajustando mensalmente a fraude em função da evolução da fraude detetada pela Empresa nas ações de fiscalização, para o mês de avaliação; e Gratuitos - validações registadas no sistema que não originam receita.

Para a concretização deste novo método de cálculo da Procura, a CARRIS pretende:

- Continuar, através dos meios disponíveis, a pressionar os clientes para validarem os títulos de transporte carregados em cartão de que são portadores, influenciando as receitas por carreira e, deste modo, a sua sustentabilidade. Irá ser efetuado um estudo sobre um possível novo reposicionamento dos validadores e eventual alteração dos sinais sonoros destes equipamentos;

- Avaliar as vantagens de aumentar o número de veículos com contadores de entrada e de saída, o que permitiria um melhor apuramento dos passageiros transportados e do seu percurso médio;
- Continuar a reforçar e a qualificar as equipas de fiscalização, visando o incremento da eficiência das mesmas.

**CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES DO OFÍCIO N.º 1211 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015 DA
DIREÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS**

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento			Quantificação/identificação	Justificação/ Referência ao ponto do relatório
	S	N	N.A.		
Objetivos de gestão/ Planos de atividades e orçamento					
Objetivos previstos no Contrato de Gestão	X			118,65%	(ver cap. 9, pág. 87-89)
Gestão do Risco Financeiro	X			3,04%	Taxa média de financiamento. (ver subcap. 5.4, pág.67, 68 e cap. 9, pág. 91)
Limites de crescimento do endividamento		X		4,7%	De acordo com o definido, para acréscimo do endividamento das empresas públicas, na Lei do Orçamento de Estado para 2014 (61º) e posteriormente explicitado no Ofício nº7038 de 21 de novembro de 2013 da DGTF, a Empresa ultrapassou o limite de 4% fixado pela Tutela. A dívida remunerada aumentou de 776,9 para 813,2 milhões de euros em 2014. (ver subcap. 5.3, pág.66)
Evolução do PMP a fornecedores		X		-7 dias	A empresa reduziu o PMP em 12,7% em relação a 2013. (ver cap. 9, pág. 92)
Divulgação dos atrasos nos pagamentos (“Arrears”)	X			100.538 €	(ver cap. 9, pág. 92)
Recomendações do acionista na última aprovação de contas					
Na Assembleia Geral de 26.03.2014 foi recomendada a intensificação das diligências necessárias com vista ao cumprimento do :					
- Objetivo de redução do prazo médio de pagamentos a fornecedores, de acordo com o previsto na RCM n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro;		X		Intervalo de cumprimento: Entre 41,4 e 46,9 dias	(ver cap.9, pág. 92)
- Princípio da Unidade de Tesouraria previsto no artigo 123º da Lei do OE 2014	X				(ver cap.9, pág. 103)
Na Assembleia Geral de 23.06.2014 foi recomendado que:					
- O plano de atividades e investimento para 2014 e o respetivo orçamento deverá dar continuidade à política de contenção de gastos operacionais	X				
- Deverão ser envidados esforços tendentes à minimização do endividamento remunerado, conforme determinado no artigo 61º da Lei do Orçamento de Estado para 2014 (4%)		X			(ver subcap. 5.3, pág. 66)
Remunerações					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º941 da lei 83C/2013	X				Não foram pagos prémios de gestão
Órgãos sociais – reduções remuneratórias vigentes em 2014	X			18.000€	(ver cap. 9, págs. 93,94 e 97)
Auditor Externo – redução remuneratória nos termos art.º 73 da Lei 83C/2013				0,00 €	
Restantes trabalhadores – reduções remuneratórias vigentes em 2014	X			1.153.496€	

Restantes trabalhadores – proibição de valorizações remuneratórias nos termos art.º 39º da lei 83 – C/2013	X			Apesar de se encontrar vedada a valorização remuneratória do seu efetivo, a Empresa continua a reconhecer o empenho do seu capital humano através da atribuição de prémios não pecuniários (desempenho +) ao efetivo tripulante que se destacou, em 2014, no exercício das suas funções (ver cap. 3- subcap. 3.1.3, pág. 39).
Artigo 32.º do EGP				
Utilização de cartões de crédito	X			Em 2014 não foram utilizados cartões de crédito (ver Rel. Gov. Societário 2014, pág. 41,42)
Reembolso de despesas de representação pessoal	X			Não foram reembolsadas despesas de representação pessoal. (ver Rel. Gov. Societário 2014, pág. 41,42)
Contratação Pública				
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	X			Quanto aos procedimentos adotados para a contratação de Empreitadas e Aquisição de Bens e Serviços, a Empresa cumpre as normas previstas no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro. A Empresa avalia sempre a necessidade de contratar, antes de desenvolver os processos concursais, procedendo, também, à avaliação da realização face às estimativas. (ver cap. 9, págs. 99 a 101)
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	X			
Contratos submetidos a visto prévio do TC			X	
Auditorias do Tribunal de Contas				
Diminuição mais acelerada do prazo médio de pagamentos	X			(ver cap. 9, pág. 92)
Consolidação das reduções de gastos com o pessoal efetuadas nos anos recentes, considerando o caráter temporário das medidas que permitiram essa redução	X			(ver cap. 9, pág. 102 e 103)
Ponderação em futuras revisões dos Acordos de Empresa, da alteração dos complementos remuneratórios pagos aos trabalhadores da empresa, focalizando-os naqueles que contribuam para um aumento da produtividade e na qualidade do desempenho	X			
Revisão, nos termos já contemplados no Plano de Estabilidade e Crescimento, dos Acordos de Empresa, no sentido de fechar os planos de pensão, que não se configurem como sendo de contribuição definida, à admissão de novos beneficiários.	X			
Constituição de novos planos de pensões e de saúde para os novos colaboradores, que se configurem como de contribuição definida, com sujeição à regulação e supervisão do Instituto de Seguros de Portugal		X		
Consolidação das reduções de gastos efetuadas nos anos recentes respeitantes aos fornecimentos e serviços externos, atendendo à manutenção de um nível de qualidade adequado e da segurança dos passageiros e rodoviária.	X			(ver cap. 9, pág. 101 e 102)
Fomento do investimento na construção de parques de estacionamento fora da cidade de Lisboa com boas ligações à rede de transportes públicos		X		
Implementação de metodologias de contagem de passageiros assente nas validações registadas no sistema de bilhética sem contacto	X			(ver subcap. 2.3, pág.15)

Parque Automóvel	X			69	Entre 2013 e 2014 verificou-se uma redução de 4,2 % na pool de viaturas ligeiras (mercadorias e passageiros). (ver cap. 9, págs. 101 e 102)
N.º de Viaturas	X			41	(ver cap. 9, págs. 101 e 103)
Gastos com Viaturas	X			204.637€	(ver cap. 9, pág. 102)
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo 61.º da Lei n.º 83-C/2013)	X			92.384.912 €	A Empresa reduziu os seus gastos operacionais (CMVMC+FSE+Gastos com o Pessoal) de 31% no período 2014/2010, tendo superado o objetivo fixado pelo governo (15%). (ver subcap. 6.4, pág 77 e cap. 9, págs.101 e 102)
Redução de Trabalhadores (artigo 63º da Lei n.º 66-B/2012)					
N.º de Trabalhadores	X			-148 efetivos, em termos médios correspondente a uma redução de 6,3% de 2014 face a 2013.	(ver cap. 9, pág.102)
N.º de cargos dirigentes	X			-1 dirigente, em termos médios correspondente a uma redução de 4,8% de 2014 face a 2013.	(ver cap. 9, pág.102)
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 123º da Lei 83-C/2013 de 31 de dezembro)	X				Em 2014, a empresa solicitou a renovação da dispensa de proceder à movimentação da conta detida junto do IGCP, à exceção das aplicações financeiras. Este pedido foi autorizado pelo despacho nº 2580/14 da Secretaria de Estado do Tesouro de 19 de dezembro de 2014. (ver cap. 9, pág.103)
Disponibilidades centralizadas no IGCP			X		A CARRIS não têm qualquer aplicação financeiras no IGCP nem na banca comercial
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estados			X		A CARRIS não têm qualquer aplicação financeiras no IGCP nem na banca comercial

10. EVOLUÇÃO PREVISTA PARA 2015

Conforme já referido, as atuais projeções macroeconómicas apontam para uma gradual recuperação da economia portuguesa nos próximos anos, ligeiramente acima do crescimento esperado para a área do euro.

Um consenso alargado em torno deste crescimento é fundamental para aumentar a credibilidade, a previsibilidade e a capacidade de implementação das políticas que o sustentam.

As condições anteriores são indispensáveis para promover uma melhor afetação dos recursos e o crescimento da produtividade, contribuindo assim para o desígnio de aumentar sustentadamente os níveis de bem-estar económico em Portugal.

Neste contexto em que se prevê a inversão do ciclo económico, com a retoma gradual do crescimento e do emprego, em 2015, a CARRIS prosseguirá a sua atividade, num novo enquadramento do grupo TRANSPORTES DE LISBOA, aprofundando e consolidando o respetivo processo de reestruturação e de integração operacional com o METROPOLITANO DE LISBOA e com o grupo TRANSTEJO, no quadro da administração e gestão comum, em que hoje funcionam estas empresas.

A CARRIS vai continuar a apostar na procura de novas formas de fidelização e de captação de novos clientes, bem como de reforço do combate à fraude na utilização do Transporte Público, de que se espera uma recuperação da procura.

Ao mesmo tempo, em 2015, vão prosseguir as ações de redução dos gastos e de aumento da produtividade, de modo a acomodar a decisão do governo de terminar com o apoio financeiro do Estado, pelo fim da atribuição das Indemnizações Compensatórias, sem prejuízo de dar continuação ao apoio às tarifas dos grupos sociais mais fragilizados (Social+), mantendo os níveis de EBITDA positivos, condição indispensável para a sustentabilidade económica e financeira da empresa.

Será, também, preocupação preservar e consolidar o equilíbrio do tecido social na empresa, reforçando o clima de diálogo e de concertação indispensáveis ao seu normal funcionamento.

Ao mesmo tempo, a CARRIS, no âmbito dos trabalhos técnicos, financeiros e jurídicos desenvolvidos com o METROPOLITANO DE LISBOA, concretizará, com o acionista, o processo de concessão do respetivo serviço público a privados, conforme previsto no PET e refletido na Lei do Orçamento do Estado para 2014.

Em 2013 foi dado um passo importante com a publicação pelo governo de um novo diploma que veio clarificar, quer a subsídio do Estado, quer a repartição de receitas, sendo, no entanto, necessário para a sua correta aplicação, repensar toda a organização atual do sistema de transportes da região de Lisboa.

Só assim, será possível romper com hábitos instalados, criar novas regras, novas exigências de serviço e, sobretudo, contratualizar todo o serviço público de transporte, envolvendo o Estado, as Autarquias e os Reguladores, dando ao processo uma absoluta transparência em prol das populações da região de Lisboa que passarão a beneficiar de um verdadeiro sistema integrado de transporte público, ao melhor preço possível.

Note-se que todo este ajustamento do sistema terá, de acordo com a legislação europeia sobre transportes, de ser concluído até 2019.

Com a nomeação de um novo Conselho de Administração comum à CARRIS, ao METROPOLITANO DE LISBOA e ao Grupo TRANSTEJO, nos termos estabelecidos no Decreto-Lei nº. 161/2014, de 29 de outubro, serão concretizados novos projetos e adotadas medidas que aprofundarão a integração operacional da CARRIS com as empresas acima referidas, bem serão desenvolvidas as ações necessárias que permitam a abertura da gestão e das atuais concessões à iniciativa privada, o que levará à adoção de um conjunto diversificado de medidas, cujo resultado terá acrescida visibilidade no exercício de 2015.

O exercício de 2015, ano em que a CARRIS completará 143 anos de atividade, será, assim, simultaneamente, um período em que se encerrará um ciclo de reestruturação da empresa, iniciando-se um novo ciclo que será marcado pela construção de um novo modelo de organização e de funcionamento, assente num diferente enquadramento e em novos paradigmas.

Este novo modelo de organização e de funcionamento permitirá à CARRIS afirmar-se como uma empresa pública com um desempenho diferente, no novo ciclo que, em 2015, será iniciado, esperando-se que a empresa, num novo enquadramento do grupo TRANSPORTES DE LISBOA, seja mais flexível, com uma dinâmica renovada, com um acrescido enfoque no mercado, com condições que lhe garantam maior sustentabilidade, prosseguindo e acentuando, com inovação, a oferta de novas soluções de mobilidade urbana, capazes de reforçarem o seu importante contributo para a competitividade e para a qualidade de vida em Lisboa.

Assegurar a sustentabilidade da CARRIS, bem como a sua capacidade para continuar a atuar, de forma ativa, na mobilidade de Lisboa e da sua área metropolitana envolvente, são, afinal, os desafios principais que, em 2015, a empresa terá que vencer e que enfrentar com confiança.

O Conselho de Administração

11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Para cumprimento da alínea f) do número 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que os Resultados Líquidos do Exercício - prejuízo de - 59.211.238,13€ - sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício de 2014, embora enquadrado por condições adversas, permitiu à CARRIS continuar a melhorar o seu desempenho, o que é bem evidenciado, quer pela generalizada redução dos gastos operacionais, quer pelo aumento de proveitos verificado.

Uma vez mais, o EBITDA foi positivo, não obstante a indemnização compensatória ter vindo a diminuir progressivamente ao longo dos últimos anos, tendo sido este ano, apenas, de 4,7 milhões de Euros.

A nova administração, ser nomeada para o triénio 2015-2017, nos termos previstos no Decreto-Lei nº. 161/2014, de 29 de outubro, terá como principal prioridade dar concretização ao lançamento do processo de subconcessão da operação destas empresas a entidades terceiras, o que deverá concretizar-se em 2015, e exigirá das mesmas um esforço adicional na implementação de medidas suplementares e de ações inovadoras no âmbito da sua atividade que permitam um aumento da receita operacional, permitindo compensar, pelo menos parcialmente, o referido apoio financeiro que o Estado vinha assumindo.

No quadro de uma administração comum, de integração das quatro empresas, este objetivo será muito facilitado, permitindo importantes ganhos de eficiência e de aumentos de produtividade, mas, também, a obtenção de vantagens para o mercado, que disporá de novas soluções mais integradas e mais sustentáveis de mobilidade urbana.

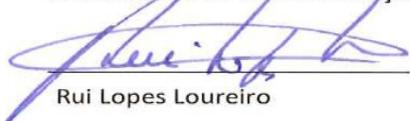
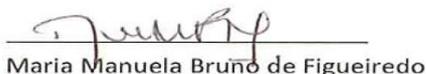
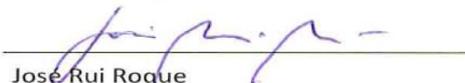
Estes resultados só foram possíveis mercê do trabalho competente e empenhado da grande maioria dos trabalhadores da CARRIS, os quais têm revelado um elevado sentido de responsabilidade, tendo, em muitos casos, demonstrado querer participar, de forma ativa, no processo, em curso, de recuperação da empresa e do país.

É, assim, devida uma palavra de agradecimento aos trabalhadores da CARRIS que, com a sua dedicação e esforço diários, fazem dela uma empresa de referência em todo o setor e, em especial, no domínio da mobilidade urbana.

Uma palavra de agradecimento é, também, devida às empresas participadas CARRISTUR e CARRIBUS, pelo bom trabalho desenvolvido e pelo contributo que têm dado para o desempenho da CARRIS.

Por último, um agradecimento, também, aos diferentes titulares dos órgãos sociais que, em estreita cooperação com o Conselho de Administração, sempre trabalharam com o objetivo de assegurar o bom funcionamento da CARRIS.

O Conselho de Administração


Rui Lopes Loureiro
Pedro Gonçalo de Brito Bogas
Tiago Carvalho dos Santos
Maria Manuela Bruno de Figueiredo
José Rui Roque

CONTAS DO EXERCÍCIO

Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2014	31-12-2013
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	79.046.186,24	87.303.871,88
Ativos intangíveis	7	159.615,55	370.710,33
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	6.023.855,79	5.190.865,16
Participações financeiras - outros métodos	8	126.404,58	97.833,15
Outros ativos financeiros	10	1.310.720,72	1.307.035,89
		86.666.782,88	94.270.316,41
Ativo corrente			
Inventários	11	2.187.761,38	2.291.217,57
Clientes	12	2.161.445,52	1.538.531,28
Adiantamentos a fornecedores	12	15.402,59	48.328,41
Estado e outros entes públicos	16	1.911.543,55	1.698.665,75
Acionistas/sócios	12	81.766,66	111.307,45
Outras contas a receber	12	11.940.203,16	14.226.549,25
Caixa e depósitos bancários	4 e 12	6.278.509,57	2.938.141,44
		24.576.632,43	22.852.741,15
Total do ativo		111.243.415,31	117.123.057,56
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	13	163.532.270,02	163.532.270,02
Resultados transitados		(1.092.227.304,95)	(1.085.188.390,66)
Ajustamentos em ativos financeiros		1.791.682,18	1.791.682,18
Excedentes de revalorização	13	61.337.338,86	56.060.121,81
Outras variações no capital próprio		495.864,91	316.637,35
		(865.070.148,98)	(863.487.679,30)
Resultado líquido do período		(59.211.238,13)	(7.038.931,23)
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		(924.281.387,11)	(870.526.610,53)
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	14	23.291.480,89	8.919.710,46
Financiamentos obtidos	15	721.378.697,00	354.069.254,29
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	18	93.862.599,00	92.359.891,00
Passivos por impostos diferidos	9	9.013.522,66	11.015.215,61
		847.546.299,55	466.364.071,36
Passivo corrente			
Fornecedores	15	5.398.146,82	5.100.537,82
Estado e outros entes públicos	16	1.723.752,26	1.894.774,61
Acionistas/sócios		10.157,67	-
Financiamentos obtidos	15	91.941.489,66	422.651.716,23
Outras contas a pagar	15	88.087.716,39	90.395.217,18
Diferimentos	17	817.240,07	1.243.350,89
		187.978.502,87	521.285.596,73
Total do passivo		1.035.524.802,42	987.649.668,09
Total do capital próprio e do passivo		111.243.415,31	117.123.057,56

O Anexo faz parte integrante do Balanço em 31 de dezembro de 2014

O Conselho de Administração

Presidente: Eng.º Rui Lopes Loureiro
 Vogais: Dr. Pedro Gonçalo Brito Aleixo Bogas
 Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos
 Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo
 Dr. José Rui Roque

O Técnico Oficial de Contas

Dr.ª Isabel Dias Fonseca

Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS
 PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados	19	90.193.382,77	88.924.365,33
Subsídios à exploração	19 e 27	7.197.534,01	22.289.416,47
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8	929.916,35	500.519,76
Trabalhos para a própria entidade		178.860,06	167.468,48
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	(17.868.711,29)	(19.123.807,50)
Fornecimentos e serviços externos	20	(20.408.276,81)	(19.871.010,65)
Gastos com o pessoal	21	(56.480.269,81)	(47.727.244,21)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	11	(7.322,54)	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	(52.264,42)	(475.728,94)
Provisões (aumentos/reduções)	14	(14.889.661,03)	(6.681.831,21)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		2.664,26	(15.210,17)
Outros rendimentos e ganhos	23	2.201.663,16	2.806.954,23
Outros gastos e perdas	24	(570.847,91)	(922.629,72)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(9.573.333,20)	19.871.261,87
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	22	(15.973.003,04)	(18.837.253,88)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(25.546.336,24)	1.034.007,99
Juros e rendimentos similares obtidos	25	140.790,30	36.945.476,79
Juros e gastos similares suportados	25	(34.603.129,37)	(45.574.186,94)
Resultado antes de impostos		(60.008.675,31)	(7.594.702,16)
Imposto sobre o rendimento do período	9	797.437,18	555.770,93
Resultado líquido do período		(59.211.238,13)	(7.038.931,23)

O Anexo faz parte integrante da Demonstração dos Resultados em 31 de dezembro de 2014

O Conselho de Administração

Presidente: Eng.º Rui Lopes Loureiro

Vogais: Dr. Pedro Gonçalo Brito Aleixo Bogas

Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos

Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

Dr. José Rui Roque

O Técnico Oficial de Contas

Dr.ª Isabel Dias Fonseca

COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, SA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS DE 2014 E 2013

ACTIVIDADES OPERACIONAIS	NOTAS	2014	2013
Recebimentos de Clientes		99.749.644,52	103.819.569,19
Receb. de Indemnizações Compensatórias e Outros Subsídios	27	9.099.857,27	21.751.755,65
Pagamentos a Fornecedores		-55.520.327,82	-54.424.931,71
Pagamentos ao Pessoal (inclui encargos)		-50.007.803,23	-68.907.697,30
Fluxos Gerados pelas Operações		3.321.370,74	2.238.695,83
Outros recebimentos / Pagamentos		3.538.419,64	3.154.498,75
Pagamento (-) / Recebimento do IRC		-121.727,44	-128.364,86
FLUXOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)		6.738.062,94	5.264.829,72
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a :			
Ativos fixos tangíveis		-3.971.568,44	-4.592.702,67
Ativos intangíveis		-1.635,16	-1.378,42
Outros ativos financeiros		-412.486,19	-
Recebimentos respeitantes a :			
Ativos fixos tangíveis		385.301,66	804.176,19
Ativos intangíveis		-	-
Outros ativos financeiros		4.172,16	0,70
Subsídios ao investimento	27	383.588,00	407.328,70
Juros e rendimentos similares		3.523,50	52.326,21
Dividendos	8	243.248,36	-
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		-3.365.856,11	-3.330.249,29
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de :			
Utilização de financiamentos - não correntes	15	458.100.000,00	-
Utilização de financiamentos - correntes	15	1.592.405.775,94	1.121.575.846,33
Empréstimos obrigacionistas		-	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outros rendimentos e ganhos		510,19	1.286,66
Dotações para cobertura de prejuízos		-	-
Pagamentos respeitantes a :			
Amortização de financiamentos - não corrente	15	-79.400.000,08	-79.400.000,08
Amortização de financiamentos - correntes	15	-1.929.218.302,29	-994.853.589,99
Outros operações de financiamento	15	-5.519.500,62	-5.495.036,27
Amortização de empréstimos obrigacionistas		-	-
Juros e gastos similares		-36.400.321,84	-42.555.625,02
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		-31.838,70	-727.118,37
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (4)=(1)+(2)+(3)		3.340.368,13	1.207.462,06
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	4	2.938.141,44	1.730.679,38
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	4	6.278.509,57	2.938.141,44

O Anexo faz parte integrante da Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

O Conselho de Administração

Presidente: Eng.º Rui Lopes Loureiro
 Vogais: Dr. Pedro Gonçalo Brito Aleixo Bogas
 Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos
 Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo
 Dr. José Rui Roque

O Técnico Oficial de Contas

Dr.ª Isabel Dias Fonseca

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIO DE 2014

1. Nada a referir

2. Discriminação dos componentes de Caixa e seus Equivalentes:

Unidade: Euro

Rubricas	31/12/2014	31/12/2013
Numerário	86.760,65	83.392,86
Depósitos bancários, imediatamente mobilizáveis	6.191.748,92	2.854.748,58
Equivalentes de Caixa:		
- <i>Descobertos Bancários</i>	-	-
- <i>Overdrafts</i>	-	-
- <i>Hot Money</i>	-	-
<i>Caixa e seus Equivalentes.....</i>	6.278.509,57	2.938.141,44
Outras Disponibilidades	-	-
<i>Disponibilidades Constantes do Balanço.....</i>	6.278.509,57	2.938.141,44

3. Em 2014 não existem créditos bancários concedidos e não sacados (€ 9.756.000,00 em 2013).

4. Nada a referir.

COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO EXERCÍCIO 2013

(Montantes expressos em euros)

Notas	Capital realizado	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
13	163.532.270,02	(1.020.889.105,78)	1.791.682,18	53.674.555,23	298.920,81	(64.299.284,88)	(865.980.962,42)
Alterações no período:							
5				3.414.547,40			3.414.547,40
13					17.716,54		17.716,54
9		(64.299.284,88)		(1.028.980,82)		64.299.284,88	(1.028.980,82)
		(64.299.284,88)		2.385.566,58	17.716,54	64.299.284,88	2.403.283,12
						(7.038.931,23)	(7.038.931,23)
						(4.635.648,11)	(4.635.648,11)
	163.532.270,02	(1.085.183.390,66)	1.791.682,18	56.060.121,81	316.637,35	(7.038.931,23)	(870.526.610,53)
						(7.038.931,23)	(7.038.931,23)
						(4.635.648,11)	(4.635.648,11)
						(7.038.931,23)	(7.038.931,23)
						(870.526.610,53)	(870.526.610,53)

O Anexo faz parte integrante da Demonstração das Alterações no Capital Próprio no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

O Conselho de Administração

Presidente: Eng.º Rui Lopes Loureiro

Vogais: Dr. Pedro Gonçalo Brito Aleixo Bogas

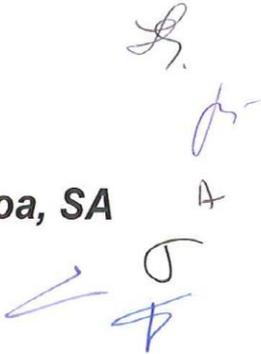
Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos

Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

Dr. José Rui Roque

O Técnico Oficial de Contas

Dr.ª Isabel Dias Fonseca



Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA

Anexo às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2014

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A., ("Empresa" ou "Sociedade" ou "Carris") é uma sociedade anónima de capitais públicos, foi constituída em setembro de 1872 e tem por atividade principal a exploração de transportes coletivos de superfície na cidade de Lisboa por concessão em regime de exclusividade, renovada pela Câmara Municipal de Lisboa em 1973 por um período de 50 anos.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 refletem apenas as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. A Carris não irá proceder à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014, a que se encontraria obrigada pelo disposto no Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, por considerar que:

- (i) Os efeitos da consolidação da subsidiária Aurora Finance, BV detida a 100% e constituída no exercício de 2004, encontram-se indiretamente refletidos nas demonstrações financeiras individuais da Carris, em 31 de dezembro de 2014, atendendo a que esta subsidiária foi constituída apenas com o propósito de contrair um empréstimo obrigacionista no montante de € 215.000.000,00, o qual foi integralmente repassado para a Carris, encontrando-se aquele montante (líquido de reembolsos), bem como os gastos a ele relativos registados nas demonstrações individuais da Empresa em 31 de dezembro de 2014; desta forma, os efeitos decorrentes da consolidação desta subsidiária não são materialmente relevantes;
- (ii) Os efeitos da consolidação da subsidiária Carristur, Lda., detida a 100% também não são materialmente relevantes no que concerne aos valores apresentados no ativo, passivo, capital próprio, rendimentos, gastos e resultado líquido do exercício. Adicionalmente prevê-se a eventual alienação num futuro próximo desta subsidiária.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 2 de março de 2015. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis de natureza e uso semelhantes correspondentes aos terrenos e edifícios dos complexos de Santo Amaro, Cabo Ruivo e Miraflores encontram-se registados de acordo com o modelo de revalorização, correspondendo a sua quantia escriturada na data de relato ao seu justo valor. Têm sido efetuadas revalorizações, com uma regularidade anual, baseadas em avaliações efetuadas pela UON Consulting, SA com referência à data de relato.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica "Excedentes de revalorização". Diminuições resultantes das revalorizações negativas são registadas diretamente na rubrica "Excedentes de revalorização" até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é reconhecido diretamente em resultados.

Os restantes ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição (ou custo considerado para os bens que no normativo anterior se encontravam registados pelo custo de aquisição acrescido de reavaliações ao abrigo de diplomas legais) ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas (quando aplicável).

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e Outras Construções:	8 - 100
Equipamento Básico:	
Autocarros:	8 - 12
Via Férrea:	16
Carros Elétricos:	16
Carros Elétricos Articulados:	30
Rotáveis de Autocarros:	8 - 12
Rotáveis de Elétricos:	16
Equipamento de Transporte:	4 - 6
Ferramentas e Utensílios:	1 - 14
Equipamento Administrativo:	1 - 8
Outros:	3 - 20

A Administração entende que, em qualquer momento, o valor contabilístico dos bens será realizável quer através da sua alienação quer através da sua utilização, no pressuposto da continuidade das operações como referido em 3.1.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

A taxa de amortização utilizada corresponde a um período de vida útil de cinco anos.

3.5 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

3.6 Participações financeiras em subsidiárias

As participações em subsidiárias e associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária ou associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

3.7 Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui o custo de compra e eventuais despesas incorridas para os colocar em condições de poderem ser utilizados pela Empresa.

O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença, a qual é reduzida ou anulada quando deixam de existir os motivos que a originaram. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas na rubrica de resultados "Imparidade de inventários (perdas/reversões)".

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa consiste no custo médio, com exceção das mercadorias comercializadas no Museu em que, existindo uma elevada proporção das mesmas em regime de consignação, se mostra mais apropriada a aplicação do método FIFO para o seu custeio.

3.8 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado; e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e de outras contas a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de doze meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros incluem títulos de dívida pública detidos para garantia de pensões de acidentes de trabalho de que a Empresa foi auto-seguradora até 8 de janeiro de 1999. Estes ativos encontram-se registados ao custo.

d) Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras contas a pagar são registados ao custo amortizado, exceto os "swaps" (ver ii) a)). Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

e) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo ou ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas ao longo do período dos financiamentos associados, o qual não difere de forma significativa do que resultaria da aplicação do método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de "Financiamentos obtidos". Os juros incorridos e ainda não liquidados são apresentados na rubrica de "Outras contas a pagar".

f) Contratos para conceder ou contrair empréstimos

Os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas para serem classificados na categoria "Ao custo ou custo amortizado" são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes montantes são registados, consoante a sua natureza, na rubrica "Outros ativos financeiros" ou na rubrica "Outros passivos financeiros".

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são incluídos na categoria "ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados".

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Instrumentos financeiros derivados ("swaps")

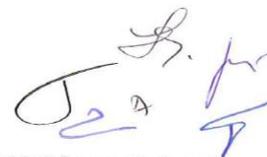
A Empresa celebrou, em exercícios anteriores, contratos de "swap" de taxa de juro, os quais não se configuram como de cobertura. Tais instrumentos financeiros encontram-se a ser registados ao justo valor por resultados, sendo o seu saldo no balanço registado na rubrica de "Outras contas a pagar".

(iii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria "Ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.



As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade". Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

As perdas de imparidade em contas a receber de clientes são registadas em conformidade com o artigo 36.º do Código do IRC, o qual se aproxima do valor estimado de perdas na realização das contas a receber. Adicionalmente, a Empresa procedeu em exercícios anteriores ao registo de perdas de imparidade fiscalmente não aceites como gastos, relativas a contas a receber de outros devedores (essencialmente da Câmara Municipal de Lisboa), ascendendo o seu saldo total, em 31 de dezembro de 2014 a € 1.717.143,94 (€ 1.748.482,92 em 2013).

(iv) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.9 Subsídios do Governo

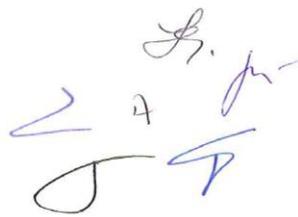
Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm gastos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.10 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui o imposto sobre o valor acrescentado ("IVA") e outros impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.



O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido:

- Se resultante da venda de bilhetes, no momento da sua utilização;
- Se resultante da venda de tarifas de bordo, no momento da sua venda;
- Se resultante da venda de passes, no período a que a mesma confere o direito de utilização;
- Restantes transações/prestações de serviços, com base na percentagem de acabamento.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido quando se encontra estabelecido o direito da Empresa a receber o correspondente montante.

As indemnizações compensatórias, não reembolsáveis, atribuídas pelo Governo à Empresa, para financiar parcialmente as suas operações em cumprimento das obrigações de serviço público, são registadas como subsídios à exploração no exercício em que são atribuídas.

Em 2014 as compensações financeiras atribuídas pelo Governo ascenderam a € 5.000.000,00 (€ 4.716.981,12 reconhecido como rédito após dedução do IVA) nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2014 de 21 de agosto. Em 2013 foram atribuídas compensações no valor de € 19.682.000,00 (€ 18.567.924,55 reconhecido como rédito).

Em 2014 foi ainda atribuída pelo Governo uma compensação financeira para o passe escolar 4_18 e sub23 no montante de € 1.218.789,32 (€ 1.149.801,21 reconhecido como rédito após dedução do IVA), sendo os correspondentes valores de 2013 de € 1.104.979,54 e € 1.042.433,54, respetivamente. Em 2014 foi ainda atribuída uma compensação financeira para o passe Social +, no montante de € 1.267.040,74 (€ 1.195.321,45 reconhecido como rédito após dedução do IVA). Em 2013 a compensação atribuída para o passe Social + foi de € 1.175.435,33 (€ 1.108.901,24 reconhecido como rédito).

3.11 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- a) Revalorização de ativos fixos tangíveis;*
- b) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;*
- c) Registo de perdas de imparidade em ativos correntes e provisões;*
- d) Justo valor dos instrumentos financeiros derivados ("swaps");*
- e) Responsabilidades com benefícios de reforma.*



3.12 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis. No caso da Empresa e porque o seu resultado tributável será significativamente negativo, o imposto corrente calculado corresponde às tributações autónomas a pagar essencialmente originadas pelos gastos incorridos no exercício com viaturas ligeiras de passageiros e mistas e outros com deslocações, ou em despesas de representação ou de relações públicas.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

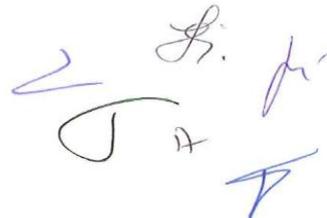
No registo dos passivos por impostos diferidos relativos às reavaliações de ativos fixos tangíveis a Empresa procede à compensação dos ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis até à concorrência dos passivos por impostos diferidos durante o período de reporte daqueles prejuízos.

3.13 Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser estimado com fiabilidade.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.



3.14 Benefícios pós-emprego

Plano de benefícios definidos

A Empresa tem um plano de benefícios definidos para complemento de pensões de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos diretamente em resultados no ano em que são apurados.

3.15 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.16 Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.17 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário.

Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2014 e 2013 detalha-se conforme se segue:

	2014	2013
Numerário	86.760,65	83.392,86
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	6.191.748,92	2.854.748,58
	<u>6.278.509,57</u>	<u>2.938.141,44</u>



Em 31 de dezembro de 2014, o montante de € 3.538.419,64 reconhecido na demonstração dos fluxos de caixa em "Outros recebimentos/pagamentos" respeita, essencialmente, a pedidos de reembolso de Iva que foram pagos pelas autoridades tributárias no decurso do exercício.

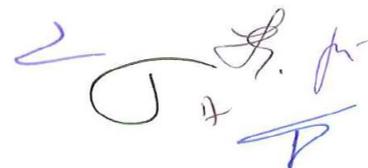
Em 31 de dezembro de 2014 não existem créditos bancários concedidos e não sacados.

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 2014 e 2013 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2014								
	Terrenos e Recursos Naturais 43100	Edifícios e Outras Construções 43200	Equipamento Básico 43300	Equipamento Transporte 43400	Equipamento Administrativo 43500	Outros Ativos Fixos Tangíveis 43700	Ativos Fixos Tangíveis Em Curso 45300	Total
Ativos								
Saldo Inicial	39.459.784,08	127.401.564,71	216.472.704,58	2.125.255,37	7.503.444,25	15.359.139,41	430.838,31	408.752.730,71
Aquisições	-	43.584,53	2.569.855,12	27.919,38	267.355,59	374,00	-	3.422.081,17
Alienações	-	-	-7.305.472,41	-87.529,95	-5.913,51	-	-	-7.398.915,87
Transferências	-	-	134.458,00	-	-	-	-134.458,00	-
Abates	-	-2.226,83	-1.782.337,13	-	-626.747,32	-129.774,55	-	-2.541.085,83
Revalorizações	-	4.102.610,19	-	-	-	-	-	4.102.610,19
Saldo	39.459.784,08	131.545.532,60	210.089.208,16	2.065.644,80	7.138.139,01	15.229.738,86	809.372,86	406.337.420,37
Saldo Inicial	-	109.844.479,78	187.933.950,44	2.079.023,05	7.036.414,35	14.554.991,21	-	321.448.858,83
Amortizações do exercício (Nota 22)	-	4.598.048,08	10.564.284,90	49.859,67	233.151,78	285.837,53	-	15.731.181,96
Alienações	-	-	-7.274.287,70	-87.529,95	-5.913,51	-	-	-7.367.711,16
Abates	-	-2.226,83	-1.764.298,88	-	-624.795,24	-129.774,55	-	-2.521.095,50
Saldo	-	114.440.301,03	189.459.668,76	2.041.352,77	6.638.857,38	14.711.054,19	0,00	327.291.234,13
Ativos Líquidos	39.459.784,08	17.105.231,57	20.629.539,40	24.292,03	499.281,63	518.684,67	809.372,86	79.046.186,24

2013								
	Terrenos e Recursos Naturais 43100	Edifícios e Outras Construções 43200	Equipamento Básico 43300	Equipamento Transporte 43400	Equipamento Administrativo 43500	Outros Ativos Fixos Tangíveis 43700	Ativos Fixos Tangíveis Em Curso 45300	Total
Ativos								
Saldo Inicial	39.582.402,50	123.810.294,53	226.698.482,55	2.209.630,12	7.493.260,01	15.309.517,04	325.843,52	415.429.430,27
Aquisições	-	-	784.545,49	-	18.387,90	1.409,34	1.728.653,66	2.532.996,39
Alienações	-3.686,42	-14.636,02	-12.404.448,45	-69.853,00	-4.628,05	-	-	-12.497.251,94
Transferências	-	73.754,68	1.438.117,08	0,00	61.899,23	49.887,88	-1.623.658,87	-
Abates	-	-1.327,88	-43.992,09	-14.521,75	-65.474,84	-1.674,85	-	-126.991,41
Revalorizações	-118.932,00	3.533.479,40	-	-	-	-	-	3.414.547,40
Saldo	39.459.784,08	127.401.564,71	216.472.704,58	2.125.255,37	7.503.444,25	15.359.139,41	430.838,31	408.752.730,71
Amortizações Acumuladas e Perdas Imparidade								
Saldo Inicial	-	106.294.659,90	186.141.857,80	2.066.179,76	6.811.478,30	13.993.205,85	-	315.307.381,61
Amortizações do exercício (Nota 22)	-	3.556.124,02	13.966.631,69	92.465,82	292.916,80	562.470,41	-	18.470.608,74
Alienações	-	-4.976,26	-12.130.546,96	-65.100,78	-3.443,82	-	-	-12.204.067,82
Abates	-	-1.327,88	-43.992,09	-14.521,75	-64.536,93	-685,05	-	-125.063,70
Saldo	-	109.844.479,78	187.933.950,44	2.079.023,05	7.036.414,35	14.554.991,21	-	321.448.858,83
Ativos Líquidos	39.459.784,08	17.557.084,93	28.538.754,14	46.232,32	467.029,90	804.148,20	430.838,31	87.303.871,88



O equipamento administrativo em poder de terceiros em 31 de dezembro de 2014 tem o valor líquido contabilístico de € 45.592,21 e os edifícios e outras construções implantadas em propriedade alheia têm o valor líquido contabilístico de € 370.066,09, e respeitam essencialmente às instalações da Empresa situadas na Pontinha e Musgueira.

As aquisições registadas na rubrica de "Equipamento básico" em 31 de dezembro de 2014, respeitam, essencialmente, a grandes reparações efetuadas nos autocarros.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Empresa procedeu à alienação de 40 autocarros, cujo valor ascendia a € 31.204,71 (líquido de amortizações acumuladas no montante de € 7.274.267,70).

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes, sendo registada uma quota integral no ano de aquisição e não sendo praticada qualquer quota no ano do abate se o bem ainda se encontrar em curso de amortização durante a vida útil estimada.

As amortizações do exercício, no montante de € 15.731.181,96 (Nota 22) (€ 18.470.608,74 em 2013), foram registadas nas seguintes rubricas:

	2014	2013
Edifícios e Outras Construções	4.598.048,08	3.556.124,02
Equipamento Básico	10.564.284,90	13.966.631,69
Equipamento Transporte	49.859,67	92.465,82
Equipamento Administrativo	233.151,78	292.916,80
Outros Ativos Fixos Tangíveis	285.837,53	562.470,41
	<u>15.731.181,96</u>	<u>18.470.608,74</u>

A Empresa procede anualmente à reavaliação dos terrenos e edifícios de natureza ou uso semelhante, para o seu valor de mercado (justo valor) à data de relato, determinado por avaliações independentes efetuadas pela UON Consulting, SA. Em 31 de dezembro de 2014, o efeito da atualização daquelas revalorizações consistiu num aumento das reservas de reavaliação no montante de € 4.102.593,25 (Nota 13) (€ 3.414.547,40 em 31 de dezembro de 2013), tendo as amortizações do exercício de 2014 sido aumentadas no montante de € 3.313.389,58 em resultado da amortização das reavaliações registadas até 31 de dezembro de 2014 (€ 2.257.900,46 no exercício de 2013).

O detalhe dos custos históricos de aquisição de ativos fixos tangíveis e correspondentes valores de revalorização em 31 de dezembro de 2014 e 2013, líquidos de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, é o seguinte:

	2014		
	Excedente		
	Custo Histórico	Revalorização (a)	Valor Revalorizado
Terrenos e Recursos Naturais	1.926.835,65	37.532.948,43	39.459.784,08
Edifícios e Outras Construções	2.495.702,94	14.609.528,63	17.105.231,57
Equipamento Básico	20.340.093,46	289.445,94	20.629.539,40
Equipamento Transporte	24.292,03	-	24.292,03
Equipamento Administrativo	499.281,63	-	499.281,63
Outros Ativos Fixos Tangíveis	518.684,67	-	518.684,67
	<u>25.804.890,38</u>	<u>52.431.923,00</u>	<u>78.236.813,38</u>

(a) Inclui as reavaliações efetuadas ao abrigo de diplomas legais, incluídas no custo considerado dos bens.

	2013		
	Excedente		
	Custo Histórico	Revalorização (a)	Valor Revalorizado
Terrenos e Recursos Naturais	1.926.835,65	37.532.948,43	39.459.784,08
Edifícios e Outras Construções	3.613.427,84	13.943.657,09	17.557.084,93
Equipamento Básico	28.216.650,05	322.104,09	28.538.754,14
Equipamento Transporte	46.232,32	-	46.232,32
Equipamento Administrativo	467.029,90	-	467.029,90
Outros Ativos Fixos Tangíveis	804.148,20	-	804.148,20
	<u>35.074.323,96</u>	<u>51.798.709,61</u>	<u>86.873.033,57</u>

(a) Inclui as reavaliações efetuadas ao abrigo de diplomas legais, incluídas no custo considerado dos bens.

Não foi apurada qualquer perda por imparidade em qualquer dos exercícios.

6 LOCAÇÕES

Locações financeiras

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Empresa mantém escriturados bens (essencialmente autocarros), como segue:

	2014		
	Custo	Amortiz./ perdas imp. acumuladas	Quantia escriturada
Equipamento básico	32.225.898,22	24.015.430,38	8.210.467,84
Equipamento de transporte	805.998,92	805.998,92	-
	<u>33.031.897,14</u>	<u>24.821.429,30</u>	<u>8.210.467,84</u>

	2013		
	Custo	Amortiz./ perdas imp. acumuladas	Quantia escriturada
Equipamento básico	32.225.898,22	19.987.192,78	12.238.705,44
Equipamento de transporte	861.859,53	822.601,83	39.257,70
	<u>33.087.757,75</u>	<u>20.809.794,61</u>	<u>12.277.963,14</u>

Os pagamentos mínimos das locações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são detalhados conforme se segue:

	Pagamentos mínimos (a)	
	2014	2013
Até 1 ano	4.221.871,19	5.745.434,40
Entre 1 ano e 5 anos	1.226.032,22	5.449.171,86
A mais de 5 anos	-	-
	<u>5.447.903,41</u>	<u>11.194.606,26</u>

(a) Inclui juros.

Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Empresa é locatária em contratos de locação operacional relacionados com viaturas ligeiras, os quais se encontram denominados em euros.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 2014 e 2013 são detalhados conforme se segue:

	Pagamentos mínimos não canceláveis	
	2014	2013
Até 1 ano	6.525,60	1.738,79
Entre 1 ano e 5 anos	152,50	-
A mais de 5 anos	-	-
	<u>6.678,10</u>	<u>1.738,79</u>

O gasto relacionado com locações operacionais reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é detalhado conforme se segue:

	Gasto do período	
	2014	2013
Pagamentos mínimos	11.065,78	13.235,45

7 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2014				Total
	Projetos Desenvolvimento	Programas Computador 44300	Propriedade Industrial	Outros Ativos Intangíveis	
Ativos					
Saldo Inicial		8.927.964,90			8.927.964,90
Aquisições		30.726,30			30.726,30
Alienações		-			-
Transferências		-			-
Abates		-136.518,30			-136.518,30
Revalorizações		-			-
Saldo	-	8.822.172,90	-	-	8.822.172,90
Amortizações Acumuladas e Perdas Imparidade					
Saldo Inicial		8.557.254,57			8.557.254,57
Amortizações exercício (Nota 22)		241.821,08			241.821,08
Abates		-136.518,30			-136.518,30
Saldo	-	8.662.557,35	-	-	8.662.557,35
Ativos Líquidos	-	159.615,55	-	-	159.615,55

	2013				Total
	Projetos Desenvolvimento	Programas Computador 44300	Propriedade Industrial	Outros Ativos Intangíveis	
Ativos					
Saldo Inicial		8.891.312,70			8.891.312,70
Aquisições		36.652,20			36.652,20
Alienações		-			-
Transferências		-			-
Abates		-			-
Revalorizações		-			-
Saldo	-	8.927.964,90	-	-	8.927.964,90
Amortizações Acumuladas e Perdas Imparidade					
Saldo Inicial		8.190.609,43			8.190.609,43
Amortizações exercício (Nota 22)		366.645,14			366.645,14
Saldo	-	8.557.254,57	-	-	8.557.254,57
Ativos Líquidos	-	370.710,33	-	-	370.710,33



8 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido na rubrica "Participações financeiras" foi o seguinte:

	2014		
	Método da equiv. patrimonial	Custo	Total
Participações financeiras			
Saldo inicial	5.190.865,16	97.833,15	5.288.698,31
Aumento - por incorporação de reservas	-	28.571,43	28.571,43
Aumento - Método da equiv. patrimonial	938.258,23	-	938.258,23
Diminuição - Método da equiv. patrimonial	-105.267,60	-	-105.267,60
Outros	-	-	-
Saldo final	6.023.855,79	126.404,58	6.150.260,37

	2013		
	Método da equiv. patrimonial	Custo	Total
Participações financeiras			
Saldo inicial	4.730.043,86	84.937,38	4.814.981,24
Aumento - por incorporação de reservas	-	14.285,72	14.285,72
Aumento - Método da equiv. patrimonial	571.218,00	-	571.218,00
Diminuição - Método da equiv. patrimonial	-110.396,70	-	-110.396,70
Outros	-	-1.389,95	-1.389,95
Saldo final	5.190.865,16	97.833,15	5.288.698,31

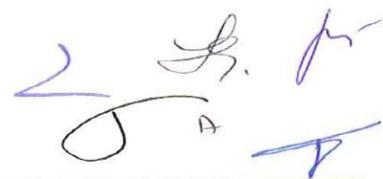
No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a Empresa reconheceu o montante de € 96.925,72 relativo a dividendos da OTLIS (€ 39.698,46 em 2013).

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias, associadas e em outras empresas:

	Sede	2014							
		Ativo	Passivo	Capital Próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Saldo de Balanço	Proporção no resultado
Subsidiárias:									
Carristur (b)	Lisboa	9.742.400,45	4.228.579,66	5.513.820,79	12.635.131,94	937.258,23	100,00	5.513.820,79	937.258,23
Aurora Finance, BV (b)	Amesterdan	52.588.000,00	52.058.000,00	510.035,00	255.451,40	1.000,00	100,00	510.035,00	1.000,00
Empresas associadas:									
PUBLICARRIS - Publicidade na CCFL (b)	Oeiras	1.753.450,00	1.826.463,00	-73.013,00	898.674,00	-306.499,00	45,00	-	-105.267,60
								6.023.855,79	832.990,63 a)

(a) Na demonstração dos resultados estão registados os rendimentos de € 929.916,35 (e não € 832.990,63) porque inclui ainda dividendos atribuídos pela empresa relacionada (OTLIS), detida a 14,29%, no montante de € 96.925,72.

(b) Valores baseados nas demonstrações financeiras não aprovadas em 31 de dezembro de 2014.



		2013								
		Sede	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Saldo de Balanço	Proporção no resultado
Subsidiárias: Carristur (d) Aurora Finance, BV (d)	Lisboa		8.221.919,12	3.645.356,56	4.576.562,56	12.604.918,60	557.183,00	100,00	4.576.562,56	557.183,00
	Amesterdan		86.952.202,00	86.443.167,00	509.035,00	349.074,00	13.815,00	100,00	509.035,00	14.035,00
Empresas associadas: PUBLICARRIS - Publicidade na CCFL (d)	Oeiras		2.086.555,00	1.852.627,00	233.928,00	647.090,00	-245.326,00	45,00	105.267,60	-110.398,70
									<u>5.190.865,16</u>	<u>460.821,30</u> c)

(c) Na demonstração dos resultados estão registados os rendimentos de € 500.519,76 (e não € 460.821,30) porque inclui ainda dividendos atribuídos pela empresa relacionada (OTLIS), detida a 14,29%, no montante de € 39.698,46.

(d) Valores baseados nas demonstrações financeiras não aprovadas em 31 de dezembro de 2013.

A subsidiária Aurora Finance, BV foi constituída em exercícios anteriores com o propósito único de contrair um empréstimo obrigacionista, cujo montante foi integralmente repassado para a Empresa.

9 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2011 a 2014 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Empresa encontra-se sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC"), aplicando uma taxa de 23% sobre a matéria coletável.

A Lei n.º 2/2014 de 16 de janeiro, e a Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, alteraram: (i) o artigo 87.º do código do IRC, fixando a partir de 2015, inclusive, em 21% a taxa de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas; (ii) o artigo 87.º-A do código do IRC, que determina uma tributação adicional, em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, por escalão em função do lucro tributável; e (iii) o artigo 52.º do código do IRC que vem limitar a dedução dos prejuízos fiscais a 70% do lucro tributável e a extensão para 12 anos do período de reporte de prejuízos fiscais apurados a partir de 2014.

Nos termos do artigo 88.º do código do IRC, a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributações autónomas sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no mencionado artigo.

O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é detalhado conforme se segue:

	2014	2013
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período (Nota 16)	29.631,97	59.537,84
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos decorrentes de reavaliações livres e legais efetuadas nos ativos fixos tangíveis	-827.069,15	-615.308,77
Gasto com impostos sobre o rendimento	-797.437,18	-555.770,93
	2014	2013
Resultado antes de imposto	-60.008.675,31	-7.594.702,16
Gasto com impostos sobre o rendimento apurado à taxa de 24,5%	-14.702.125,45	-2.012.596,07
Tributações autónomas	29.631,97	59.537,84
Diferenças temporárias:		
Reporte de prejuízos fiscais	14.702.125,45	2.012.596,07
Impostos diferidos decorrentes de reavaliações livres e legais efetuadas nos ativos fixos tangíveis (amortização)	-827.069,15	-615.308,77
Gasto com impostos sobre o rendimento	-797.437,18	-555.770,93

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 os prejuízos fiscais reportáveis (já declarados) ascendiam a € 234.222.554,33 e € 209.208.191,90, respetivamente. A data limite de utilização dos prejuízos fiscais existentes naquelas datas é conforme se segue:

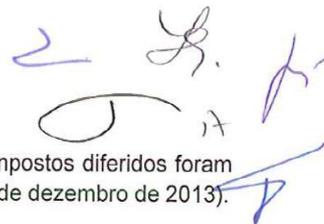
	2014		2013	
	Montante	Data	Montante	Data
Gerados em 2008	31.941.432,87	31-12-2014	31.941.432,87	31-12-2014
2009	41.211.289,42	31-12-2015	41.211.289,42	31-12-2015
2010	49.511.567,12	31-12-2014	49.511.567,12	31-12-2014
2011	29.003.675,51	31-12-2015	29.003.675,51	31-12-2015
2012	57.540.226,98	31-12-2017	57.540.226,98	31-12-2017
2013	25.014.362,43	31-12-2018	-	-
	234.222.554,33		209.208.191,90	

O prejuízo fiscal relativo ao exercício de 2014, a declarar em Maio de 2015, poderá ser recuperável num prazo até 12 anos.

Impostos diferidos

A Empresa não procedeu ao registo de ativos por impostos diferidos relativamente aos prejuízos fiscais reportáveis, por se entender não ser expectável, com referência a 31 de dezembro de 2014 e 2013 que as operações futuras irão gerar matéria coletável que permita a utilização destes prejuízos fiscais no seu período de reporte.

Tendo em consideração os prejuízos fiscais reportáveis e o seu período de reporte (12 anos para os prejuízos gerados em 2014), a Empresa procedeu à dedução, no registo dos passivos por impostos diferidos dos valores correspondentes aos impostos calculados sobre as amortizações a realizar nesse



período, e respeitantes às reavaliações sobre bens amortizáveis. Os passivos por impostos diferidos foram calculados considerando-se uma taxa agregada de imposto de 22,5% (24,5% em 31 de dezembro de 2013).

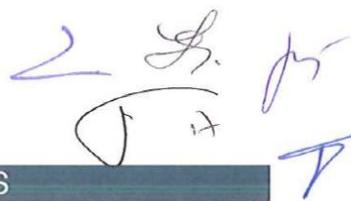
Por outro lado, a Empresa não procedeu ao registo de ativos por impostos diferidos relativos aos prejuízos fiscais remanescentes, às perdas de imparidade e provisões registadas acima dos limites fiscais por ser entendimento do Conselho de Administração da Empresa que não existem também nas condições atuais, expectativas de lucros tributáveis futuros que permitissem a recuperabilidade desses ativos por impostos diferidos.

No que respeita às reavaliações efetuadas sobre os terrenos, e para efeitos do cálculo e registo do correspondente passivo por imposto diferido, foi considerada a base fiscal atualizada por coeficientes de atualização monetária dos terrenos reportada a 31 de dezembro de 2014 e 2013, tendo-se utilizado para o efeito uma taxa agregada de imposto de 22,5% (24,5% em 31 de dezembro de 2013).

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

	Passivos por impostos diferidos	
	2014	2013
Saldo inicial	11.015.215,61	10.601.543,56
Efeito em resultados:		
Diferenças derivadas de mensurações de justo valor:		
Reavaliações livres de terrenos e edifícios	-811.780,45	-598.343,62
Diferenças entre a base fiscal e a base contabilística de ativos fixos tangíveis registados no custo considerado à data de transição (que foram objeto de reavaliações legais)	-15.288,70	-16.965,15
	-827.069,15	-615.308,77
Efeito em reservas:		
Diferenças derivadas de mensurações de justo valor:		
Reavaliações livres de terrenos e edifícios	-1.174.623,80	1.028.980,82
Saldo final	9.013.522,66	11.015.215,61

O efeito da diminuição do passivo por imposto diferido no montante de € 1.174.623,80, por contrapartida de reservas, respeita, essencialmente, do efeito da redução da taxa de imposto aplicável de 24,5% para 22,5% e do efeito do período de reporte dos prejuízos fiscais em 2014, passar para um máximo de 12 anos, aspeto que é tomado em consideração, conforme acima referido, para a mensuração dos passivos por impostos diferidos.



10 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a rubrica "Outros ativos financeiros não correntes" apresentava a seguinte composição:

	2014	2013
Não correntes:		
Títulos da dívida pública depositados em Instituições de Crédito	406.353,55	10.872,74
Títulos da dívida pública depositados à ordem do Juiz	5.265,76	913,81
Depósitos em numerário à ordem do Juiz	899.101,41	1.297.913,60
Perdas por imparidade	-	-2.664,26
	<u>1.310.720,72</u>	<u>1.307.035,89</u>

A variação da rubrica de "Títulos da dívida pública depositados em Instituições de Crédito" face a 31 de dezembro de 2013, resulta do facto de parte significativa das obrigações que a Empresa detinha terem-se vencido em 2013, e figurarem como depósitos em numerário à ordem do juiz no final desse ano (Nota 12).

O montante de € 1.310.720,72 respeita a títulos da dívida pública detidos pela Empresa e a depósitos em numerário à ordem do Juiz para garantir pensões de acidentes de trabalho, de que foi auto-seguradora até 8 de janeiro de 1999.

11 INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	2014			2013		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	79.781,58		79.781,58	77.660,67		77.660,67
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2.115.302,34	7.322,54	2.107.979,80	2.213.556,90		2.213.556,90
	<u>2.195.083,92</u>	<u>7.322,54</u>	<u>2.187.761,38</u>	<u>2.291.217,57</u>	<u>-</u>	<u>2.291.217,57</u>

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 existiam inventários no montante de € 1.203,73 e € 1.627,18, respetivamente, à guarda de terceiros. Tais inventários consistiam em artigos pertença do Museu entregues à consignação a outras entidades.


Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é detalhado conforme se segue:

	2014		
	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Total
Saldo inicial	77.660,67	2.213.556,90	2.291.217,57
Compras	11.077,11	17.761.461,54	17.772.538,65
Regularizações	38,99	-	38,99
Saldo final	79.781,58	2.115.302,34	2.195.083,92
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8.995,19	17.859.716,10	17.868.711,29

	2013		
	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Total
Saldo inicial	86.602,80	2.366.011,51	2.452.614,31
Compras	7.845,71	18.961.381,37	18.969.227,08
Regularizações	-6.816,32	-	-6.816,32
Saldo final	77.660,67	2.213.556,90	2.291.217,57
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9.971,52	19.113.835,98	19.123.807,50

Perdas por imparidade

Em 2014 o movimento ocorrido nas perdas por imparidade foi como segue:

	2014				Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	
Mercadorias	-	-	-	-	-
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	-	7.322,54	-	-	7.322,54
Produtos acabados e intermédios	-	-	-	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-
	-	7.322,54	-	-	7.322,54

12 ATIVOS FINANCEIROS

As categorias de ativos financeiros correntes em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são detalhadas conforme se segue:

ATIVOS FINANCEIROS	2014			2013		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Disponibilidades:						
Caixa e equivalentes	6.278.509,57		6.278.509,57	2.938.141,44		2.938.141,44
Ativos financeiros ao custo ou ao custo amortizado:						
Clientes	2.185.822,14	24.376,62	2.161.445,52	1.557.430,35	18.899,07	1.538.531,28
Adiantamentos a fornecedores	15.402,59		15.402,59	48.328,41		48.328,41
Acionistas	81.766,66		81.766,66	111.307,45		111.307,45
Outras contas a receber	13.852.989,04	1.912.785,88	11.940.203,16	16.495.087,63	2.268.538,38	14.226.549,25
	<u>16.135.980,43</u>	<u>1.937.162,50</u>	<u>14.198.817,93</u>	<u>18.212.153,84</u>	<u>2.287.437,45</u>	<u>15.924.716,39</u>
	<u>22.414.490,00</u>	<u>1.937.162,50</u>	<u>20.477.327,50</u>	<u>21.150.295,28</u>	<u>2.287.437,45</u>	<u>18.862.857,83</u>

A rubrica "Outras contas a receber" inclui: (i) o montante de € 9.285.591,27 (€ 9.624.284,81 em 2013) referente a verbas a receber de outros operadores do sistema de transportes (incluindo empresas do setor empresarial do Estado), fruto da repartição de receitas de passes; (ii) o montante a receber como compensação financeira para o passe escolar 4_18 e sub23 no montante de € 210.344,93 (€ 192.890,10 em 2013); (iii) o montante a receber como compensação para o passe social +, no montante de € 336.561,75 (€ 583.331,87 em 2013); e (iv) o montante de € 1.345.328,68 (€ 1.468.590,60 em 2013) referente a vendas de passes e títulos de transporte efetuados por concessionários no mês de dezembro.

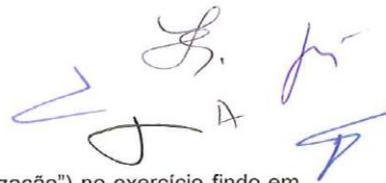
No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Empresa registou perdas por imparidade no montante de € 101.210,86, utilizou € 402.539,37 e procedeu à reversão de € 48.946,44.

13 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital Social:

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o capital da Empresa subscrito e realizado é correspondente a 32.771.998 ações ordinárias nominativas cujo valor nominal é de € 4,99, é detido a 100% pelo Estado Português.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 26 de março de 2014, a aplicação do resultado líquido negativo do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, no montante de € 7.038.931,23, foi transferido para resultados transitados.



Excedentes de revalorização:

O movimento do excedente de revalorização (rubrica “Excedentes de revalorização”) no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi conforme se segue:

	Excedente de revalorização ativos fixos tangíveis
Saldo no início do período	56.060.121,81
Revalorizações do período (Nota 5)	4.102.610,19
Realização de reservas	-16,94
Impostos diferidos (Nota 9)	1.174.623,80
Saldo no final do período	61.337.338,86

A Empresa procedeu em anos anteriores à revalorização dos seus ativos fixos ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- *Decreto-Lei n.º 430/78, de 27 de dezembro*
- *Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de junho*
- *Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de dezembro*
- *Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de maio*
- *Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de abril*
- *Decreto-Lei n.º 49/91 de 25 de janeiro*
- *Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de novembro*
- *Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de fevereiro.*

Como resultado das revalorizações efetuadas (as quais fazem parte integrante do custo considerado dos bens sobre os quais incidiram estas reavaliações), as amortizações do exercício findo em 2014 foram aumentadas em € 156.007,22. Deste montante, 40% não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria coletável em sede de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

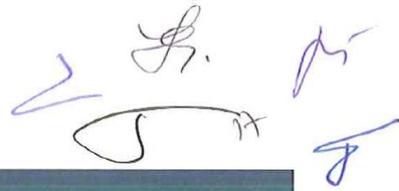
Subsídios do Governo:

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, na rubrica de “Outras variações no capital próprio”, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Distribuição de dividendos:

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas relevam para poderem ser distribuídos aos acionistas/sócios quando os elementos ou direitos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis e intangíveis. Em 31 de dezembro de 2014 a Empresa não tinha no seu capital próprio qualquer montante passível de ser distribuível ao seu acionista.



14 PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

A evolução das provisões nos exercícios findos em 2014 e 2013 é detalhada conforme se segue:

	2014				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Impostos	-	-	-	-	-
Processos judiciais em curso	7.493.311,16	15.056.718,18	-74.807,70	-517.890,60	21.957.331,04
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	1.053.700,00		-7.689,00		1.046.011,00
Matérias ambientais	3.000,00				3.000,00
Outras provisões	369.699,30		-84.560,45		285.138,85
	<u>8.919.710,46</u>	<u>15.056.718,18</u>	<u>-167.057,15</u>	<u>-517.890,60</u>	<u>23.291.480,89</u>

	2013				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Impostos	245.210,52		-245.210,52		-
Processos judiciais em curso	593.902,19	6.899.408,97			7.493.311,16
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	1.059.123,00		-5.423,00		1.053.700,00
Matérias ambientais	3.000,00				3.000,00
Outras provisões	336.643,54	33.055,76		-	369.699,30
	<u>2.237.879,25</u>	<u>6.932.464,73</u>	<u>-250.633,52</u>	<u>-</u>	<u>8.919.710,46</u>

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica de provisões continha as responsabilidades inerentes às pensões de acidentes de trabalho, no montante de € 1.046.011,00 e € 1.053.700,00, respetivamente, de que a Empresa foi auto-seguradora até 8 de janeiro de 1999.

Em 2014, as provisões para "Processos judiciais em curso" foram reforçadas no montante de € 15.056.718,18 relativo às prestações vencidas em março, junho, setembro e dezembro de 2014 relativas a dois instrumentos financeiros derivados, cujos montantes (líquidos) a pagar, naquela data, não foram pagos à instituição bancária com os quais foram contratados na sequência da decisão tomada pela Tutela e pelo Estado Português em suspender esses pagamentos. Desta forma, o passivo vencido relativo a estes contratos encontra-se refletido nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014, no montante total de € 21.413.957,36.

Em 31 de dezembro de 2014 encontra-se a decorrer um processo num Tribunal em Londres, interposto pela instituição financeira em causa contra o Estado Português no exercício de 2013. De acordo com os assessores legais da Empresa no decurso do exercício de 2014 não ocorreram desenvolvimentos relevantes. Deste processo podem decorrer custas e eventuais gastos adicionais decorrentes da suspensão do pagamento por parte da Empresa, que dependerão do desfecho do mesmo. A Empresa entende que as mesmas não ascenderão a montantes que tenham uma expressão significativa nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014.

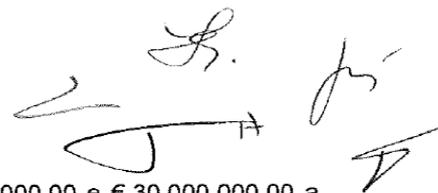
15 FORNECEDORES, EMPRÉSTIMOS OBTIDOS E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a rubrica de "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

	2014	2013
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente	3.739.094,25	3.665.614,09
Fornecedores, fat. em receção e conferência	437.333,30	795.353,58
Fornecedores de Investimento	1.221.719,27	639.570,15
	<u>5.398.146,82</u>	<u>5.100.537,82</u>

Os financiamentos obtidos em 31 de dezembro 2014 e 2013 são detalhados conforme se segue:

Entidade financiadora	2014			2013			Vencimento	Tipo amortiz.	
	Montante utilizado			Montante utilizado					
	Limite	Corrente	Não corrente	Limite	Corrente	Não corrente			
Empréstimos bancários:									
Conta caucionada	BCP			2.500.000,00	2.500.000,00				
Conta caucionada	BES			5.000.000,00					
Conta caucionada	BES			78.525.000,00	73.773.000,00				
Conta caucionada	BST			7.500.000,00	7.500.000,00				
Conta caucionada	BPI			25.000.000,00	25.000.000,00				
Conta caucionada	BCP			2.500.000,00	2.500.000,00				
Conta caucionada	BP	644.308,43	644.308,43	1.865.009,82	1.865.009,82				
Conta caucionada	CGD			15.000.000,00	14.996.000,00				
Mútuos	BPI			41.255.000,00	41.255.000,00		14/03/2014		
Mútuos	BCP			54.319.084,96	54.319.084,96		30/01/2014		
Mútuos	CBI			7.500.000,00	7.500.000,00		27/03/2014		
Mútuos	CGD			106.248.740,00	106.248.740,00		02/01/2014		
Emp. MLP 60 M EUR	BEI	19.999.999,71	6.666.666,73	13.333.332,98	26.666.666,43	6.666.666,73	19.999.999,70	15/09/2017	semestral
Emp. MLP 30 M EUR	BEI	14.999.999,88	3.333.333,35	11.666.666,53	18.333.333,24	3.333.333,35	14.999.999,89	15/03/2019	semestral
Emp. MLP 100 M EUR	CGD	37.500.000,00	25.000.000,00	12.500.000,00	62.500.000,00	25.000.000,00	37.500.000,00	27/03/2016	semestral
Emp. MLP 90 M EUR	BPI	90.000.000,00	7.500.000,00	82.500.000,00	90.000.000,00		90.000.000,00	26/02/2021	semestral
Emp. MLP 215 M EUR	Aurora F	51.600.000,00	34.400.000,00	17.200.000,00	86.000.000,00	34.400.000,00	51.600.000,00	17/05/2016	trimestral
Emp. MLP 120 M EUR	BBVA	120.000.000,00		120.000.000,00	120.000.000,00		120.000.000,00	30/07/2022	semestral
Emp. MLP 40 M EUR	BPI	15.000.000,00	10.000.000,00	5.000.000,00	25.000.000,00	10.000.000,00	15.000.000,00	07/04/2016	semestral
		<u>349.744.308,02</u>	<u>87.544.308,51</u>	<u>262.199.999,51</u>	<u>775.712.834,45</u>	<u>416.856.834,86</u>	<u>349.099.999,59</u>		
Contratos de locação financeira			4.160.644,01	1.215.314,11		5.596.895,63	5.373.398,80		
Empréstimos IGCP		458.100.000,00		458.100.000,00				30/11/2021	semestral
Encargos financeiros suportados na emissão de dívida bancária diferidos			-267.527,48	-136.616,62		-306.627,48	-404.144,10		
Encargos com gestão de financiamento da Aurora Finance			504.064,62			504.613,22			
		<u>807.844.308,02</u>	<u>91.941.489,66</u>	<u>721.378.697,00</u>	<u>775.712.834,45</u>	<u>422.651.716,23</u>	<u>354.069.254,29</u>		



Têm garantia do Estado Português os dois empréstimos do BEI de € 60.000.000,00 e € 30.000.000,00 a reembolsar em 18 prestações semestrais consecutivas, tendo-se vencido as primeiras em 15 de março de 2009 e em 15 de setembro de 2010 e as últimas em 15 de setembro de 2017 e 15 de março de 2019, respetivamente.

O empréstimo da CGD de € 100.000.000,00 celebrado em 27 de março de 2006 tem um período de carência de 6 anos e é reembolsável em 8 prestações semestrais consecutivas, vencendo-se a primeira em 27 de setembro de 2012 e a última em 27 de março de 2016.

O empréstimo do BPI de € 90.000.000,00 tem garantia do Estado Português, e será reembolsado em 12 prestações semestrais consecutivas, vencendo-se as primeiras em 27 de agosto de 2015 e em 27 de fevereiro de 2016, e as últimas em 27 de agosto de 2020 e 27 de fevereiro de 2021.

O empréstimo de € 215.000.000,00, com aval integral do Estado Português, foi contraído à Aurora Finance, BV, sediada em Amesterdão, que constitui um special purpose vehicle (SPV), emitente de um empréstimo obrigacionista do mesmo montante, tomado integralmente pelo Depfa, SA - ACS Bank sediado em Dublin. Este empréstimo é reembolsável em 25 prestações trimestrais de € 8.600.000, com início em 17 de maio de 2010.

Em 30 de julho de 2010 foi contraído um empréstimo do BBVA de € 120.000.000,00 com garantia do Estado Português o qual será reembolsado em 12 prestações semestrais, constantes e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de janeiro de 2017 e a última em 30 de julho de 2022.

O empréstimo do BPI de € 40.000.000,00 celebrado em 7 de abril de 2006 tem um período de carência de 5 anos e será reembolsado em 8 prestações semestrais consecutivas, tendo vencido a primeira em 7 de outubro de 2012 e a última em 7 de abril de 2016. O saldo deste empréstimo em 31 de dezembro de 2013 ascende a € 25.000.000,00 o qual não se encontra garantido pelo Estado Português.

O montante de € 504.064,62 em 31 de dezembro de 2014 (€ 504.613,22 em 2013) é relativo ao valor a pagar à Aurora Finance, BV pela gestão do financiamento contraído com esta entidade.

Em 31 de dezembro de 2014 os saldos em dívida dos empréstimos bancários venciam juros a taxas anuais compreendidas, na generalidade entre 0,268% e 2,265% (0,287% e 2,393% em 2012). Nesta mesma data o saldo utilizado do empréstimo classificado como corrente (facilidades de tesouraria) vencia juros à taxa de 7,197% (em 2013 as taxas anuais estavam compreendidas no intervalo de 3,985% a 8,217%).

Conforme referido na Nota 29, a Empresa tem responsabilidades por garantias prestadas a favor de diversas instituições bancárias para garantir financiamentos.

Ao longo do 1º trimestre de 2014, a CARRIS assegurou as suas necessidades de financiamento, essencialmente, através de crédito de curto prazo da banca comercial em substituição dos financiamentos de médio e longo prazo que foram sendo reembolsados, acrescidos dos correspondentes encargos financeiros. Esses empréstimos, de curta maturidade (inferior a 90 dias) e com taxas de juro muito elevadas, eram insustentáveis uma vez que se tratava de troca de dívida de médio e longo prazo com um custo efetivo médio de 1,59% por empréstimos de curto prazo com um custo efetivo de 6,04%, com conseqüente impacto no agravamento dos juros, encargos e na estabilidade da tesouraria da Empresa.

O preço e a dificuldade de acesso ao financiamento na banca comercial, levou a que o Estado Português e a Direção Geral do Tesouro e Finanças ("DGTF"), a partir de Abril de 2014, tenha vindo a apoiar a CARRIS através de empréstimos a taxas mais favoráveis, embora, que ainda, de curto prazo. Este facto permitiu a descompressão financeira e o controlo dos encargos financeiros pagos.



Em novembro verificou-se o início do processo de consolidação do passivo com a transformação do financiamento concedido por adiantamentos de curto prazo, num empréstimo da Direção Geral do Tesouro e Finanças ("DGTF"). O capital mutuado no montante de 458,1 milhões de euros foi disponibilizado em cinco tranches com taxas variáveis, sendo a parcela de maior expressão 437 milhões de euros, disponibilizada à taxa de 1,86%.

Contratualmente este financiamento será reembolsado em doze prestações iguais, de pagamento semestral, com início em 31 de maio de 2016 e termo em 30 de novembro de 2021.

	Reembolso de empréstimos ao IGCP
2015	-
2016	76.350.000,00
2017	76.350.000,00
2018	76.350.000,00
2019	76.350.000,00
2020	76.350.000,00
2021	76.350.000,00
	458.100.000,00

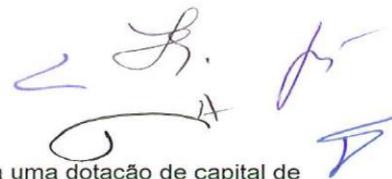
A parcela classificada como não corrente em 2014 e 2013 e relativa a financiamentos de outras entidades financeiras tem o seguinte plano de reembolso definido:

	2014		2013	
	Empréstimos	Locações Financeiras	Empréstimos	Locações Financeiras
2015	-	-	86.900.000,08	4.157.795,51
2016	59.700.000,08	1.215.314,11	59.700.000,08	1.215.603,29
2017	44.999.999,58	-	44.999.999,58	-
2018	38.333.333,35	-	38.333.333,35	-
2019	36.666.666,50	-	36.666.666,50	-
2020 e seguintes	82.500.000,00	-	82.500.000,00	-
	262.199.999,51	1.215.314,11	349.099.999,59	5.373.398,80

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 133/2013 em 2 de dezembro de 2013, a Empresa passou a estar obrigada a solicitar à Tutela autorização para todas as operações de financiamento, quer se tratasse da contratação de novas linhas ou renovação das existentes.

O reembolso da dívida de médio e longo prazo ascenderá a 91 milhões de euros em 2015, a 138 milhões de euros em 2016, a 124 milhões de euros em 2017, a 120 milhões de euros em 2018 e a 120 milhões de euros em 2019 (incluindo valores resultantes do plano de aquisição de frota em 2016), prosseguindo estes níveis de esforço financeiro até 2020.

Após o financiamento de médio prazo concedido em novembro pelo Estado Português atrás referido, e que permitiu começar a reestruturar a dívida da Empresa, está previsto, conforme decisão que já nos foi



comunicada pelo acionista, que em 2015 seja concedido pelo Estado à Empresa uma dotação de capital de 109,2 milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de "Outras contas a pagar" apresentava a seguinte composição:

	2014	2013
Outras contas a pagar		
Remunerações a liquidar	7.308.670,69	7.130.865,94
Acréscimos de gastos - Juros de curto prazo	10.984,75	2.996.777,16
Acréscimos de gastos - Juros médio e longo prazo	2.276.154,17	1.371.167,38
Acréscimos de gastos - "Swaps"	77.579.488,10	77.720.233,83
Outros credores por acréscimos de gastos	606.712,13	663.301,09
Outros credores	305.706,55	512.871,78
	88.087.716,39	90.395.217,18

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica "Acréscimos de gastos – 'Swaps'" respeita a instrumentos financeiros que se encontram registados ao justo valor por resultados mediante avaliações efetuadas à data de relato pelas entidades bancárias ou, quando não disponibilizado por estas, com base nas avaliações efetuadas pela Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP), como segue:

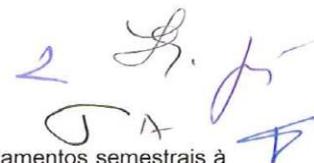
DESCRIÇÃO	2014	2013	VARIAÇÃO
SWAP Taxa de juro (215 Milhões de Euros)	-2.158.647,87	-5.454.857,97	3.296.210,10
SWAP Taxa de juro (90 Milhões de Euros)	-50.127.244,57	-39.358.965,90	-10.768.278,67
SWAP Taxa de juro (100 Milhões de Euros)	-804.892,66	-1.940.079,96	1.135.187,30
SWAP Taxa de juro (100 Milhões de Euros)	-24.488.703,00	-30.966.330,00	6.477.627,00
	-77.579.488,10	-77.720.233,83	140.745,73

Foi celebrado com uma entidade bancária em outubro de 2005 um contrato SWAP de taxa de juro relativo ao empréstimo no montante de € 215.000.000,00, cabendo à Empresa efetuar pagamentos de juros trimestrais a taxas fixas de acordo com o seguinte plano:

- 1,90% - de 17-11-2005 até 19-02-2007
- 2,55% - de 19-02-2007 até 17-02-2009
- 3,60% - de 17-02-2009 até 17-02-2010
- 4,20% - de 17-02-2010 até 17-02-2011
- 4,50% - de 17-02-2011 até 17-02-2012
- 4,75% - de 17-02-2012 até 18-02-2013
- 5,00% - de 18-02-2013 até 17-05-2016

Por sua vez, a entidade bancária pagará à Empresa, nas mesmas datas, juros à taxa Euribor, 3 meses, com um *spread* de 7 bp na taxa flutuante.

Em 2006, foi igualmente celebrado com uma entidade bancária um contrato SWAP de taxa de juro relativo ao empréstimo no montante de € 90.000.000,00, com data de início em 15 de setembro, cabendo à Empresa efetuar pagamentos trimestrais à taxa inicial de 1,835% (a qual tem vindo a ser acrescida



atendendo às bandas definidas contratualmente) e receber da entidade bancária pagamentos semestrais à taxa Euribor a 3 meses. Por indicação da tutela foram suspensos os pagamentos referentes a setembro e dezembro de 2013, no montante de € 5.454.563,48, e os pagamentos referentes a 2014, no montante de € 13.768.976,17. A sua exigibilidade resultará de decisão internacional (Londres) e para fazer face a esta responsabilidade foi constituída provisão (Nota 14).

Em 2007, foi celebrado com uma entidade bancária um contrato SWAP de taxa de juro relativo ao empréstimo no montante de € 100.000.000,00, com data de início em 27 de março, cabendo à Empresa efetuar pagamentos trimestrais à taxa de 2,72% no 1º ano, 3,15% no 2º ano e 2,95%, acrescido de um *spread*, a partir do 3.º ano, recebendo da entidade bancária pagamentos semestrais à taxa Euribor para 6 meses. Por indicação da tutela foram suspensos os pagamentos referentes a setembro e dezembro de 2013, no montante de € 902.675,70, e os pagamentos referentes a 2014, no montante de € 1.287.742,01. A sua exigibilidade resultará de decisão internacional (Londres) e para fazer face a esta responsabilidade foi constituída provisão (Nota 14).

Em 2007 foi igualmente celebrado com uma entidade bancária um contrato de SWAP de taxa de juro relativo ao empréstimo no montante de € 100.000.000,00, com data de início em 27 de julho, cabendo à Empresa efetuar pagamentos semestrais à taxa de 3,52% no 1º ano e de 3,52% acrescido de um *spread* nos anos seguintes e, receber da entidade bancária, pagamentos semestrais à taxa Euribor para 6 meses.

No decurso do exercício de 2009, a Empresa veio a proceder ao cancelamento deste contrato de SWAP, celebrando outro contrato, sobre o mesmo montante, com a mesma instituição financeira. Como contrapartida daquele cancelamento, a Empresa irá proceder trimestralmente e durante o prazo de 10 anos, com início em 10 de fevereiro de 2009, ao pagamento (sobre um montante teórico) da taxa Euribor para 3 meses (taxa de juro anual, considerando 360 dias) acrescido de um *spread* e a receber da entidade bancária, pagamentos trimestrais à taxa Euribor para 3 meses.

Em 2014 procedeu-se ao cancelamento deste último contrato, celebrando outro junto de instituição financeira sediada em Portugal, com o mesmo valor de dívida e datas de vencimento, e com os juros a receber e a pagar indexados à taxa euribor a 3 meses e *spread* inferior ao do contrato anterior em 0,25 p.p.

16 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2014		2013	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				
Pagamentos por conta	280.000,00		280.000,00	
Estimativa de imposto (Nota 9)	-29.631,97		-59.537,84	
Retenção na Fonte	24.196,56		33.573,20	
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		501.258,84		557.909,52
Imposto sobre o valor acrescentado	1.561.518,55		1.359.827,05	
Contribuições para a Segurança Social	75.460,41	1.081.878,96	84.803,34	1.156.419,42
Outros impostos		140.614,46		180.445,67
	<u>1.911.543,55</u>	<u>1.723.752,26</u>	<u>1.698.665,75</u>	<u>1.894.774,61</u>



17 DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 2014 e em 2013 as rubricas do passivo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2014	2013
Bilhetes e pré-comprados	36.928,55	70.527,03
Vendas de passes em ATM's	115.970,28	96.998,01
Títulos interempresas	664.341,24	1.045.497,65
Outros rendimentos	-	30.328,20
	<u>817.240,07</u>	<u>1.243.350,89</u>

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o montante inscrito na rubrica de "Títulos interempresas" respeita ao diferimento do rendimento com as vendas de títulos de transporte, nomeadamente passes, cuja utilização ocorrerá no mês seguinte.

18 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Benefícios pós-emprego – planos de benefícios definidos

A Empresa assumiu o compromisso de conceder aos empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice e invalidez e pensões de sobrevivência.

A avaliação atuarial do valor presente da obrigação de benefícios definidos foi efetuada com referência a 31 de dezembro de 2014 e 2013 pela Mercer. O valor presente da obrigação de benefícios definidos, o custo dos serviços correntes e dos serviços passados foram mensurados através do método da unidade de crédito projetada.

Os principais pressupostos seguidos na avaliação atuarial atrás referida foram os seguintes:

	2014	2013
Idade normal de reforma	66 anos	66 anos
Pensões de reforma	Pagas 14 vezes ao ano	Pagas 14 vezes ao ano
Tábua de mortalidade	TV73/77-1 para a população masculina e TV88/90 para a população feminina	TV73/77-1 para a população masculina e TV88/90 para a população feminina
Tábua de invalidez	EVK80	EVK80
Taxa de desconto	2,00%	3,50%
Taxa de crescimento dos salários	0% em 2015 e 2016 1,5% após 2016	0% em 2014 2,0% (até 54 anos) 1,5% (após 55 anos incluindo)
Taxa de inflação	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%
Percentagem de casados	80,00%	80,00%
Diferença etária para o cônjuge	3 anos (homem mais velho)	3 anos (homem mais velho)

O montante da responsabilidade associada aos planos de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é detalhado conforme se segue:

	2014	2013
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - sem fundo:		
Reformados e sobreviventes	86.056.832,00	83.144.942,00
Trabalhadores no ativo	7.805.767,00	9.214.949,00
	<u>93.862.599,00</u>	<u>92.359.891,00</u>

Relativamente aos valores das responsabilidades determinados pela avaliação reportada a 31 de dezembro de 2013, verifica-se que, em termos totais, existiu um acréscimo de cerca de 1,63% das responsabilidades por serviços passados, com a seguinte repartição:

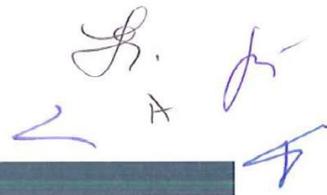
- Responsabilidades dos ativos diminuíram cerca de 15,3%;
- Responsabilidades da população inativa (reformados e sobreviventes) aumentaram cerca de 3,5%.

Com referência a 31 de dezembro de 2014, na quantificação das responsabilidades com benefícios pós-emprego foi tido em consideração: (i) o estabelecido no Orçamento de Estado de 2015, no que se refere à suspensão de pagamentos de complementos de reformas para as empresas públicas que apresentem prejuízos; e (ii) alteração da idade de reforma dos 66 para os 66 anos e 2 meses.

O detalhe da população abrangida pelo estudo atuarial em dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

População:	2014	2013
Ativos	2.152	2.291
Reformados	2.464	2.606
Sobreviventes	1.528	1.622
	<u>6.144</u>	<u>6.519</u>

O montante registado como gasto na demonstração dos resultados em 31 de dezembro de 2014 é de € 3.226.172,83 (€ 10.538.339,10 em 31 de dezembro de 2013 registado como redução de gastos) (Nota 21). Em 2014 foram efetuados pagamentos de complementos de reforma nos montantes de € 1.723.464,83 (€ 9.552.526,43 em 2013).



19 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é detalhado conforme se segue:

	2014		2013	
Vendas e serviços prestados				
Venda de bens	26.656,06		33.632,10	
Prestação de serviços	<u>90.166.726,71</u>	90.193.382,77	<u>88.890.733,23</u>	88.924.365,33
Subsídios à exploração				
Indemnizações compensatórias (inclui 4_18, sub23 e social +)	7.062.103,78		20.991.279,76	
Formação e transporte 3.º idade	<u>135.430,23</u>	7.197.534,01	<u>1.298.136,71</u>	22.289.416,47
		<u>97.390.916,78</u>		<u>111.213.781,80</u>

	2014	2013
Serviço Público	88.300.307,21	86.536.114,21
Alugueres	726.200,81	858.565,76
Aluguer de espaços para publicidade	600.000,00	600.000,18
Outras	<u>540.218,69</u>	<u>896.053,08</u>
	<u>90.166.726,71</u>	<u>88.890.733,23</u>

As indemnizações compensatórias, não reembolsáveis, atribuídas pelo Governo à Empresa, para financiar parcialmente as suas operações em cumprimento das obrigações de serviço público, são registadas como subsídios à exploração no exercício em que são atribuídas.

Em 2014 as compensações financeiras atribuídas pelo Governo ascenderam a € 5.000.000,00 (€ 4.716.981,12 reconhecido como rédito após dedução do IVA) nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2014 de 21 de agosto. Em 2013 foram atribuídas compensações no valor de € 19.682.000,00 (€ 18.567.924,55 reconhecido como rédito).

Em 2014 foi ainda atribuída pelo Governo uma compensação financeira para o passe escolar 4_18 e sub23 no montante de € 1.218.789,32 (€ 1.149.801,21 reconhecido como rédito após dedução do IVA), sendo os correspondentes valores de 2013 de € 1.104.979,54 e € 1.042.433,54, respetivamente. Em 2014 foi ainda atribuída uma compensação financeira para o passe Social +, no montante de € 1.267.040,74 (€ 1.195.321,45 reconhecido como rédito após dedução do IVA). Em 2013 a compensação atribuída para o passe Social + foi de € 1.175.435,33 (€ 1.108.901,24 reconhecido como rédito).

20 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é detalhada conforme se segue:

	2014	2013
Serviços Especializados	14.841.392,68	13.789.303,16
Materiais	125.079,12	92.248,26
Energia e Fluidos	1.136.886,45	1.249.689,46
Deslocações, Estadas e Transportes	49.160,61	83.021,52
Serviços Diversos	4.255.757,95	4.656.748,25
	<u>20.408.276,81</u>	<u>19.871.010,65</u>

21 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é detalhada conforme se segue:

	2014	2013
Remunerações dos órgãos sociais	146.821,80	163.663,95
Remunerações do pessoal	40.142.391,92	46.034.682,22
Benefícios pós-emprego:		
Benefícios definidos (Nota 18)	3.226.172,83	-10.538.339,10
Indemnizações	10.250,00	10.000,00
Encargos sobre remunerações	9.657.552,20	11.075.246,93
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	361.928,42	485.213,67
Gastos de ação social	176.563,29	169.775,67
Outros	2.758.589,35	327.000,87
	<u>56.480.269,81</u>	<u>47.727.244,21</u>

A rubrica "Remunerações dos órgãos sociais" no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 inclui o montante de € 117.511,64 (€ 144.616,48 em 2013) relativo a remunerações do Conselho de Administração.

Em 2014 a rubrica "Outros" inclui o montante de € 2.362.095,00 referentes a incentivos à desvinculação.

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa no exercício foi de 2.190 empregados, todos com contratos sem prazo (2.335 em 2013).

Adicionalmente informa-se que o número de efetivos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 era respetivamente de 2.141 e 2.255.

22 AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e em 2013 é conforme se segue:

	2014	2013
Ativos Fixos Tangíveis (Nota 5)	15.731.181,96	18.470.608,74
Ativos Intangíveis (Nota 7)	241.821,08	366.645,14
Saldo	15.973.003,04	18.837.253,88

23 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e em 2013 é conforme se segue:

	2014	2013
Rendimentos suplementares:		
Outros rendimentos suplementares	1.573.244,42	1.797.788,22
Descontos de pronto pagamento obtidos	505,62	200,69
Recuperação de dívidas a receber	805,07	-
Ganhos em inventários	479,10	218,95
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	7.324,77	38.106,51
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	342.019,98	598.319,69
Reconhecimento subsídios ao investimento (Nota 27)	204.360,44	239.612,16
Outros	72.923,76	132.708,01
	2.201.663,16	2.806.954,23

24 OUTROS GASTOS E PERDAS

A composição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro e 2014 e em 2013 é conforme se segue:

	2014	2013
Impostos	352.508,02	600.209,66
Dívidas incobráveis	22.575,66	1.018,49
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	44.709,68	153.170,74
Outros	151.054,55	168.230,83
	<u>570.847,91</u>	<u>922.629,72</u>

25 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são detalhados conforme se segue:

	2014	2013
Juros suportados		
Financiamentos bancários	14.612.514,28	24.690.261,11
Financiamentos do IGCP	8.465.832,06	
Locações financeiras	148.054,43	23.226.400,77
Outros gastos de financiamento (a)	<u>11.376.728,60</u>	<u>221.637,73</u>
	<u>34.603.129,37</u>	<u>24.911.898,84</u>
		<u>20.662.288,10</u>
		<u>45.574.186,94</u>

(a) Inclui essencialmente gastos com "Swaps".

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 2014 e 2013 são detalhados conforme se segue:

	2014	2013
Juros obtidos de depósitos em instituições de crédito	44,57	1.087,98
Outros rendimentos similares ("Swaps")	140.745,73	36.944.388,81
	<u>140.790,30</u>	<u>36.945.476,79</u>

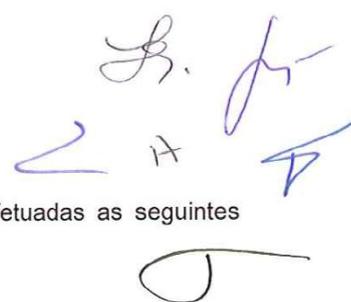
Em 31 de dezembro de 2014 a rubrica de "Outros rendimentos similares" respeita à variação da avaliação dos "swaps" entre 31 de dezembro de 2013 e 2014 (Nota 15).

26 PARTES RELACIONADAS

A Empresa é detida em 100% pelo Estado Português.

Durante o exercício de 2014 foram atribuídas remunerações aos membros do Conselho de Administração no montante de € 117.511,64 (€ 144.616,48 em 2013).

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:



	2014						
	Vendas de inventários	Vendas de ativos fixos	Serviços prestados	Compras de inventários	Compras de ativos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados
Entidade que efetuou a operação:							
Subsidiárias							
CARRISTUR - Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda.	15.474,45	110.000,00	1.133.633,40	15.997,20		781.267,75	
AURORA FINANCE, BV						34.451,40	220.381,69
Associadas							
PUBLICARRIS - Publicidade na CCFL, SA			600.000,00				
Outras partes relacionadas							
CARRIBUS - Manutenção, Reparação e Transportes, SA	512.128,73	1.200,00	251.409,43	4.680,00	299.993,98	8.674.661,80	
	<u>527.603,18</u>	<u>111.200,00</u>	<u>1.985.042,83</u>	<u>20.677,20</u>	<u>299.993,98</u>	<u>9.490.380,95</u>	<u>220.381,69</u>

	2013						
	Vendas de inventários	Vendas de ativos fixos	Serviços prestados	Compras de inventários	Compras de ativos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados
Entidade que efetuou a operação:							
Subsidiárias							
CARRISTUR - Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda.	380.647,85	156.600,00	1.207.395,14	17.825,45	32.161,32	634.028,74	
AURORA FINANCE, BV						51.665,31	297.305,82
Associadas							
PUBLICARRIS - Publicidade na CCFL, SA			600.000,00				
Outras partes relacionadas							
CARRIBUS - Manutenção, Reparação e Transportes, SA	373.061,82	2.400,00	454.642,62	6.043,71	335.794,20	8.108.332,81	
	<u>753.709,67</u>	<u>159.000,00</u>	<u>2.262.037,76</u>	<u>23.869,16</u>	<u>367.955,52</u>	<u>8.794.026,86</u>	<u>297.305,82</u>

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

2014

	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Contas a pagar correntes	Contas a pagar financiamentos	Total contas a pagar
Subsidiárias					
CARRISTUR - Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda.	570.387,32		277.655,77		277.655,77
AURORA FINANCE, B V			9.333,87	52.104.064,62	52.113.398,49
Associadas					
PUBLICARRIS – Publicidade na CCFL, SA	1.111.089,84	81.766,66			
Outras partes relacionadas					
CARRISBUS-Manutenção, Reparação e Transportes, SA	103.991,36		1.253.877,58		1.253.877,58
	<u>1.785.468,52</u>	<u>81.766,66</u>	<u>1.540.867,22</u>	<u>52.104.064,62</u>	<u>53.644.931,84</u>

2013

	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Contas a pagar correntes	Contas a pagar financiamentos	Total contas a pagar
Subsidiárias					
CARRISTUR - Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda.	194.277,24		62.789,04		62.789,04
AURORA FINANCE, B V			30.166,89	86.504.613,22	86.534.780,11
Associadas					
PUBLICARRIS – Publicidade na CCFL, SA	1.518.082,00	81.766,66			
Outras partes relacionadas					
CARRISBUS-Manutenção, Reparação e Transportes, SA	147.333,62		1.400.349,83		1.400.349,83
	<u>1.859.692,86</u>	<u>81.766,66</u>	<u>1.493.305,76</u>	<u>86.504.613,22</u>	<u>87.997.918,98</u>

27 SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Empresa beneficiou dos seguintes subsídios:

2014

	Montante Atribuído em Anos Anteriores	Montante Atribuído no Ano	Montante Recebido	Montante por Receber (Nota 12)	Rébito do Período
Subsídios à Exploração	2.071.385,84	7.575.378,11	9.099.857,27	546.906,68	7.146.583,07
Indemnização Compensatória	0,00	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00	4.716.981,12
Indemnização Compensatória - 4_18 e Sub23	192.890,10	1.218.789,32	1.201.334,49	210.344,93	1.149.801,21
Indemnização Social +	583.331,87	1.267.040,74	1.513.810,86	336.561,75	1.195.321,45
Programa de Apoio à Integração de Idosos	1.295.163,87	89.548,05	1.384.711,92	0,00	84.479,29
Subsídios Relacionados com Ativos (a)	0,00	383.588,00	383.588,00	0,00	204.360,44
	2.071.385,84	7.958.966,11	9.483.445,27	546.906,68	7.350.943,51

(a) Reconhecido por contrapartida da rubrica de "Outras variações no capital próprio".

2013

	Montante Atribuído em Anos Anteriores	Montante Atribuído no Ano	Montante Recebido	Montante por Receber (Nota 12)	Rébito do Período
Subsídios à Exploração	183.391,77	23.639.749,72	21.751.755,65	2.071.385,84	22.289.416,47
Indemnização Compensatória	0,00	19.682.000,00	19.682.000,00	0,00	18.567.924,55
Indemnização Compensatória - 4_18 e Sub23	183.391,77	1.104.979,54	1.095.481,21	192.890,10	1.042.433,54
Indemnização Social +	0,00	1.463.776,99	880.445,12	583.331,87	1.380.921,67
Programa de Apoio à Integração de Idosos	0,00	1.295.163,87	0,00	1.295.163,87	1.221.852,71
Formação de Pessoal	0,00	93.829,32	93.829,32	0,00	76.284,00
Subsídios Relacionados com Ativos (a)	150.000,00	257.328,70	407.328,70	0,00	239.612,16
	333.391,77	23.897.078,42	22.159.084,35	2.071.385,84	22.529.028,63

(a) Reconhecido por contrapartida da rubrica de "Outras variações no capital próprio".

28 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas:

Contratualmente o Revisor Oficial de Contas tem direito a faturar € 17.745,00 relacionados com a revisão legal das contas do ano de 2014, montante este que foi faturado durante o exercício de 2014. No exercício de 2014 foi ainda efetuada correção, por nota de crédito, dos valores faturados em exercícios anteriores, no montante de € 3.802,44.

Despesas originadas pelas estruturas representativas dos trabalhadores:

Para efeito do disposto no despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro, publicado na 2.ª série do D.R. n.º 151 de 3/7/80, as despesas originadas pelas estruturas representativas dos trabalhadores foram, no exercício de 2014, as seguintes:

	2014	2013
Custo das Matérias Consumidas	930,24	810,25
Fornecimentos e serviços externos	123,53	77,22
Custos com o Pessoal	496.449,43	508.161,85
Amortizações do imobilizado corpóreo	-	67,45
	<u>497.503,20</u>	<u>509.116,77</u>

Houve, em média, dez trabalhadores afetos, a tempo inteiro, a estas estruturas em 2014 e 2013.

29 GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as garantias bancárias prestadas a favor de terceiros ascendiam a € 24.990.895,05 e € 25.521.519,69, respetivamente, conforme segue:

	2014	2013
Garantias a favor da D. G. Impostos	2.718.515,88	2.718.515,88
Garantias a favor dos tribunais	51.219,02	581.843,66
Garantias a favor de outras entidades ⁽ⁱ⁾	22.221.160,15	22.221.160,15
	<u>24.990.895,05</u>	<u>25.521.519,69</u>

⁽ⁱ⁾ Essencialmente ao abrigo de contratos de locação financeira

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 existem ainda garantias, sob a forma de livranças, a favor de diversas instituições bancárias, para garantir empréstimos, no montante de € 13.748.196,85 e € 43.744.196,85. A diminuição ocorrida no exercício resulta do esforço realizado pela Empresa na restituição de livranças associadas a empréstimos findos em anos anteriores.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as garantias a favor das autoridades tributárias derivam, essencialmente, de um processo de IVA declarado, o qual prescreveu em 2012 e para o qual a Empresa se encontra a efetuar diligências para que se proceda à sua restituição.

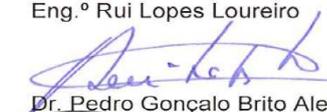
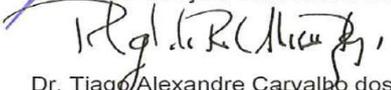
30 INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Prevê-se que a curto prazo seja celebrado, entre o Estado Português e a Empresa, um novo contrato estabelecendo as condições de concessão do Serviço Público.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Eng.º Rui Lopes Loureiro

Vogais:


Dr. Pedro Gonçalo Brito Aleixo Bogas
Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo
Dr. José Rui Roque

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Dr.ª Isabel Dias Fonseca



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



Conselho Fiscal

**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA CARRIS –
COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, S.A.****EXERCÍCIO DE 2014****1. INTRODUÇÃO**

De acordo com o modelo de fiscalização decorrente do artigo 413º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e com o artigo 16º dos Estatutos da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. (CARRIS), que contemplam, além do Conselho Fiscal (CF), o Revisor Oficial de Contas (ROC), estes órgãos mantiveram e desenvolveram um entendimento de cooperação mútua, com respeito pela independência e responsabilidade próprias, cooperação essa que envolveu a troca de informações e de posições técnicas tendo em vista designadamente evitar intervenções redundantes, de sobreposição ou zonas brancas relevantes na área da fiscalização.

O CF teve ainda em conta as competências que lhe advêm do n.º 1 do artigo 33º do Regime Jurídico de Sector Público Empresarial (SPE), aprovado pelo Decreto-Lei (DL) n.º 133/2013, de 3 de outubro, do disposto no Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo DL n.º 158/2009, de 13 de julho, do artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, diploma que aprovou medidas adicionais de consolidação orçamental, da Lei do Orçamento de Estado para 2014 (LOE2014), aprovada pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e ainda das orientações tutelares ao longo do exercício.

2. METODOLOGIA ADOTADA

O método adotado consistiu na aposta de cooperação estreita, franca e leal entre o Conselho de Administração (CA) da CARRIS, o CF e o ROC, bem expresso na pronta disponibilização de informação, bem como na imediata prestação dos esclarecimentos solicitados.

3. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

O CF exerceu a sua atividade de acordo com a lei, os estatutos e as boas práticas em matéria de acompanhamento e fiscalização dos procedimentos da Sociedade.

Tendo em conta o modelo organizacional da CARRIS, designadamente a presença do CA, como órgão colegial, na orientação estratégica e operacional da Empresa e na decisão e monitorização dos impactos das decisões, o CF analisou todas as atas do CA, num total de 38, apreciou os documentos de reporte periódico da Sociedade, nomeadamente, relatórios de execução orçamental (trimestrais) e relatórios financeiros e estatísticos e de investimento (ambos mensais), analisou os relatórios



Conselho Fiscal

semestrais do Gabinete de Auditoria, Qualidade e Segurança (auditoria interna), acompanhou a evolução dos principais indicadores de atividade e económicos, nomeadamente quanto à sua consistência com as orientações estratégicas definidas pelo acionista Estado, tendo ainda elaborado, em conjunto com o ROC, os relatórios trimestrais que versaram sobre relatórios do CA com a mesma periodicidade e que apresentou à tutela financeira e ao CA, nos termos dos normativos em vigor.

4. PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES

4.1. Modelo global de gestão

Durante o exercício de 2014 o CA foi composto por três vogais, com competências distribuídas por pelouros.

Na linha da prática já assumida pelo CA, este órgão social intervém de uma forma geral em toda a atividade estratégica, operacional e de controlo dos negócios da empresa. As suas decisões são em geral amparadas por propostas dos administradores responsáveis pelos respetivos pelouros, não sendo identificáveis elementos distintos de desempenho qualitativos ou quantitativos que permitam diferenciar qualitativa ou quantitativamente o mérito individual de cada um dos administradores, num desempenho que é globalmente de rigor, qualificado e muito positivo, sendo de atribuir a todos a nota de elevado desempenho, baseado no espírito de equipa dos membros do CA.

O exercício de 2014 agora apreciado foi influenciado significativamente pelas incidências que a situação económica, financeira e orçamental vivida no país projetou na CARRIS, com relevo para a imposição de cortes salariais, decisões judiciais, apoio financeiro do acionista, as obrigações decorrentes dos contratos *swap*, pressão de orientações tutelares no sentido de redução de custos e participação no planeamento de medidas de oferta de serviço e de tarifário (decorrentes do plano estratégico para os transportes na região de Lisboa).

Nesse contexto, o CA persistiu com o plano de contenção, nas várias componentes dos custos da empresa, contemplando as medidas restritivas da Lei do Orçamento de Estado para a Administração Pública e para o Sector Público Empresarial, às quais a CARRIS deu integral cumprimento.

O CF verificou ainda que não houve oportunidade para aplicar a redução remuneratória referente ao contrato de prestação de serviços com o auditor externo, conforme determinava o artigo 73º da LOE2014, contrato que esteve em vigor até ao início de 2015, pelo que recomenda ao CA que no exercício relativo ao ano de 2015 seja dado cumprimento à medida de contenção de custos constante do artigo 75º da Lei de Orçamento de Estado para 2015, aprovada pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro. A evolução do efetivo da CARRIS registou no ano de 2014 uma redução de 114 colaboradores, situando-se o efetivo global em 2.141, enquanto o número total de acidentes de trabalho participados teve um acréscimo relativo ao ano anterior de 37%.

**Conselho Fiscal**

Igualmente, mantiveram-se as medidas de racionalização do serviço prestado, refletindo as exigências apresentadas pelo Grupo de Trabalho constituído pelo Despacho 13370/2011, do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações com o objetivo de adequação da rede de transportes coletivos e simplificação do sistema de tarifário da área de Lisboa. Decorrente destas medidas, a evolução da oferta de serviço público, em termos de veículos/km, apresentou um ligeiro decréscimo ajustando-se à tendência verificada de perda de passageiros (-5 milhões).

O CA aprovou os valores base, constantes em mapas apresentados pelo Diretor do Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão, tendo em vista a definição dos pressupostos para elaboração do orçamento de exploração para 2015.

4.2. Cumprimento das obrigações legais do SPE

O CF, conforme estipulado no artigo 420º do CSC, acompanhou, em articulação com o ROC, a gestão e a atividade desenvolvida pela sociedade, através da leitura das atas das reuniões do Conselho de Administração e de reuniões com a Administração e demais responsáveis pelos serviços, nas quais foram abordados assuntos de interesse para a sociedade, podendo assim emitir o parecer e conclusão expressos neste documento.

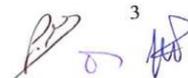
4.2.1. Cumprimento das reduções remuneratórias previstas na Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

De acordo com os documentos de prestação de contas elaborados pela empresa, foram cumpridas as reduções remuneratórias relativamente aos órgãos sociais e aos restantes trabalhadores, conforme estabelecido pelo artigo 33º da LOE2014.

4.2.2. Aferição do cumprimento da exigência constante no n.º 1 do artigo 54º do RJSPE.

A CARRIS apresentou o Relatório de Boas Práticas de Governo Societário adotadas em 2014, de onde constam:

- a) As obrigações e responsabilidades das empresas do sector público empresarial, designadamente as constantes dos artigos 43º a 50º do RJSPE - de divulgação de informação; o modo como foi prosseguida a sua missão, grau de cumprimento dos seus objetivos, forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção, um



**Conselho Fiscal**

código de ética, que contempla exigentes comportamentos éticos e deontológico, e define uma política de recursos humanos e promoção da igualdade;

- b) Prevenção de conflitos de interesse, através de declarações de independência de cada um dos membros do CA;
- c) Divulgação, no sítio na *internet* da CARRIS, de informações que, nos termos do RJSPE, estão sujeitas a divulgação pública.

4.3. Áreas específicas

O relatório do CA desenvolve com abrangência, fidelidade, profundidade e acessibilidade a evolução das áreas específicas da vida da Sociedade, o que facilita a compreensão dos resultados do desempenho anual. Essas áreas abrangem, o serviço prestado, os recursos humanos, recursos materiais e tecnologias, recursos financeiros, resultados económicos, governo societário e decisões mais relevantes adotadas pelo Conselho de Administração, apresentam também as perspetivas a curto prazo da CARRIS, constantes do n.º 10.

5. ACOMPANHAMENTO E CONTROLO

A CARRIS dispõe de uma unidade segregada de controlo interno designada como Gabinete de Auditoria, Qualidade e Segurança, colocado na direta dependência do CA. A atividade anual deste Serviço encontra-se refletida em dois relatórios semestrais de auditoria interna.

A CARRIS dispõe ainda de um auditor externo contratado, a Deloitte & Associados, SROC, SA, o qual emitiu no seu relatório de auditoria, a opinião de que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da CARRIS, em 31 de dezembro de 2014, bem como o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

A CARRIS dispõe de um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, credível, de uma norma específica para definir a atividade de seleção, avaliação e qualificação de fornecedores de bens e serviços, disponibilizou no seu site na Internet informação com impacto no capítulo da transparência e apresenta um modelo de gestão e pratica um processo de decisão (como supra descrito), ele próprio portador de transparência e indutor de boas práticas. Dispõe, ainda, de diversos Planos de Gestão de Riscos (ver ponto V- B do relatório de boas práticas),



**Conselho Fiscal**

conforme o risco em causa (Plano de Emergência Interna; Plano de Gestão de Emergência e de Contingência de Veículos em Exploração; Sistema de Gestão Ambiental).

O ROC acompanhou os negócios e registos da CARRIS, articulando a sua atividade com o CF nos termos acima referidos, produziu relatórios trimestrais em conjunto com o CF e o seu qualificado e abrangente relatório anual, bem como a certificação legal das contas do exercício de 2014, sem reservas, e com as três ênfases que aqui se dão como reproduzidas. Dirigiu ainda o ROC, bem como a Deloitte, ao CF a declaração conforme ao artigo 62º-B do Estatuto da Ordem dos ROC, aprovado pelo DL n.º 224/2008, de 20 de novembro, relativo ao trabalho de auditoria às contas de 2014 da CARRIS.

6. SITUAÇÃO FINANCEIRA

O Relatório e Contas do CA refletem com fidelidade a situação económica, financeira e patrimonial da CARRIS, sendo de realçar o seguinte:

- As demonstrações financeiras foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o DL n.º 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, contudo, refletem apenas as contas individuais da Sociedade. De facto, a CARRIS não apresentou demonstrações financeiras consolidadas, reportadas a 31 de dezembro de 2014, por considerar que os efeitos da consolidação das subsidiárias Aurora Finance, BV e Carristur, Lda. não são materialmente relevantes;
- Os rendimentos de exploração diminuíram cerca de 11,3%, em resultado do efeito das indemnizações compensatórias (IC) atribuídas pelo Estado que diminuíram 13,9 milhões de euros (passando de 18,6 para 4,7 milhões de euros);
- Os gastos de funcionamento em 2014 registaram um acréscimo de 8,6% face a 2013, facto que ficou a dever-se ao registo da variação das responsabilidades com pensões em Gastos com Pessoal. Este aumento de 18,3% não se traduziu em fluxo financeiro;
- Registo de 15,1 milhões de euros em provisões para cobertura de custos relativos a *swaps* de cobertura de risco taxa de juro, que se encontram em contencioso. Estas

5

**Conselho Fiscal**

responsabilidades contingentes, de natureza financeira estão, no entanto, a afetar negativamente os resultados operacionais;

- O investimento realizado em 2014 ascendeu 3,5 milhões de euros respeitante, essencialmente, a (grandes) reparações nos veículos da frota de serviço público e nas infraestruturas de elétricos (cerca de 81%), cujo plano vinha sendo adiado por escassez de recursos;
- Variação do justo valor (MtM) dos swaps a 31 de dezembro de 2014, que registaram em 2013 um ganho de 36,9 milhões de euros, contra os 0,1 milhões de euros registados em rendimentos financeiros no exercício em curso (compensados por gastos de valor similar);
- O resultado líquido situou-se em 59,2 milhões de euros (evolução significativamente desfavorável face aos -7,0 milhões de euros do exercício anterior), agravando os capitais próprios que, assim, à data de 31 de dezembro de 2014 se situaram em -924,3 milhões de euros (evolução desfavorável de 6,2%). Neste contexto, nos termos do disposto do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, a continuidade da empresa está dependente das medidas que vierem a ser adotadas pelo Estado na qualidade de acionista único;
- A atual estrutura financeira da CARRIS, ainda desequilibrada, tenderá a melhorar na medida em que a empresa, à semelhança do verificado em 2014 continue a financiar a sua atividade corrente com recurso ao acionista Estado, sobretudo sendo através de endividamento de médio e longo prazo.

7. PARECER

O CF tomou conhecimento da Certificação Legal das Contas realizada pela SROC Alves da Cunha, A. Dias & Associados, bem como do parecer dos auditores externos Deloitte & Associados, SROC, SA, os quais merecem a nossa concordância.

O CF analisou as demonstrações financeiras preparadas em conformidade com os princípios geralmente aceites em Portugal, tendo concluído que tais elementos transmitem a verdadeira situação patrimonial e financeira da CARRIS a 31 de dezembro de 2014 e o modo como se formaram os resultados do exercício findo naquela data.


6

**Conselho Fiscal**

No âmbito das nossas funções, verificamos que, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações no capital próprio e o correspondente anexo, apresentados pela CARRIS, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Sociedade, dos seus resultados e fluxos de caixa.

O Relatório e Contas de 2014 é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade, evidenciando os aspetos mais significativos e cumprindo as instruções divulgadas pela DGTF.

Assim, o Conselho Fiscal emite o seguinte parecer:

- Seja aprovado o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2014 apresentado pelo Conselho de Administração da CARRIS;
- Sejam aprovadas as demonstrações financeiras atentas as ênfases constantes da Certificação Legal das Contas emitida pela SROC Alves da Cunha, A. Dias & Associados; e
- Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados formulada pelo CA no seu Relatório.

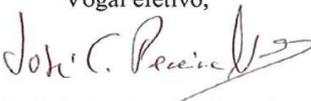
Lisboa, 6 de março de 2015

O Conselho Fiscal

Presidente,


(José Emílio Castel-Branco)

Vogal efetivo,


(José Carlos Pereira Nunes)

Vogal efetiva,


Maria Onilda Sousa

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, Lda.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da *Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.*, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, (que evidencia um total de 111.243.415 euros e um total de capital próprio negativo de 924.281.387 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 59.211.238 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como o Anexo às demonstrações financeiras.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas



em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da *Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.* em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

- B. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

9. Sem afectar a opinião expressa nos parágrafos n.ºs 7 e 8, chamamos a atenção para as seguintes situações:



9.1. A actividade de exploração de transportes colectivos de superfície que a CARRIS desenvolve na cidade de Lisboa tem vindo a gerar elevados prejuízos, não obstante as indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado como contrapartida da prestação de um serviço público com tarifas fixadas administrativamente, as quais, no entanto, têm vindo a diminuir progressivamente nos últimos anos. Desta forma, a Empresa apresenta uma estrutura financeira muito desequilibrada com capitais próprios significativamente negativos e uma constante necessidade de recurso ao financiamento para fazer face aos reembolsos e juros de financiamento suportados, pelo que, nos termos do disposto no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, a continuidade da Empresa mantém-se dependente das acções que vierem a ser adoptadas pelo Estado na qualidade de accionista único. Neste sentido, foram tomadas algumas medidas, nomeadamente a reestruturação da dívida através da concessão de um empréstimo de médio/longo prazo e a decisão já tomada de atribuir em 2015 uma dotação de capital de 109,2 milhões de euros para a satisfação parcial do serviço da dívida o que, não eliminando a existência de capitais próprios negativos, não deixa de constituir uma evolução positiva no processo de recuperação da sociedade (vide Nota 15 do Anexo).

9.2. A rubrica 'Outras contas a pagar' em 31 de Dezembro de 2014 inclui o montante de 77.579.488 euros respeitante a instrumentos financeiros "swaps" registados ao justo valor por resultados. Na sequência de orientações dadas pela tutela, encontram-se suspensos, desde Setembro de 2013, os pagamentos relativos a dois dos quatro "swaps" contratados, cujo passivo vencido ascendia, em 31 de Dezembro de 2014, a 21.413.957 euros, aguardando-se a decisão do processo que se encontra em curso em tribunal internacional (Londres) entre o Estado Português e o Banco contraparte, tendo a Empresa uma provisão registada nesse montante (vide Notas 14 e 15 do Anexo).

9.3. Conforme referido na Nota 1 do Anexo, a CARRIS apenas elaborou contas individuais, por considerar que o efeito da consolidação das subsidiárias, apresentadas na Nota 8 do Anexo, não seria materialmente relevante.

Lisboa, 3 de Março de 2015

ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por Luís Azeal Alves da Cunha



ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, Lda.

RELATÓRIO ANUAL SOBRE A FISCALIZAÇÃO EFECTUADA

Ex.^{ma} Conselho de Administração e

Ex.^{ma} Conselho Fiscal da

Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.,

1. Procedemos à revisão legal das contas da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A., (doravante designada abreviadamente por CARRIS), relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias.
2. O nosso trabalho incluiu, entre outros aspectos, o seguinte:
 - 2.1. Contactos regulares com os principais responsáveis e leitura da documentação considerada relevante, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários.
 - 2.2. Contactos regulares com o Conselho Fiscal nas quais relatámos os nossos trabalhos de revisão à medida que estes foram sendo desenvolvidos e prestámos os esclarecimentos que foram solicitados, tendo em vista habilitar este órgão de fiscalização no exercício das suas funções, designadamente as previstas no n.º 2 do art. 420º do Código das Sociedades Comerciais.
 - 2.3. Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas pela Empresa e que se encontram divulgadas no Anexo.
 - 2.4. Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
 - 2.5. Análise do sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria, que incidiu especialmente nas áreas de compras de bens e serviços, contas a receber e a pagar, activos fixos tangíveis, activos intangíveis e gastos com o pessoal, tendo sido efectuados os testes de controlo apropriados.



2.6. Acompanhámos ainda a execução orçamental da CARRIS ao longo do ano, tendo emitido em conjunto com o Conselho Fiscal os correspondentes relatórios trimestrais, os quais foram oportunamente enviados à Direcção-Geral do Tesouro e Finanças tal como legalmente previsto.

2.7. Realização dos testes substantivos que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos, entre os quais entendemos destacar os seguintes:

a) Disponibilidades – Depósitos à ordem: Foram efectuados pedidos de confirmação de saldos a 17 instituições bancárias em que a CARRIS tem 24 contas bancárias, com referência a 31/12/2014 (procedimento efectuado em conjugação com os auditores externos). Foram obtidas 10 respostas, correspondentes a 14 contas bancárias, das quais 5 concordantes e 9 discordantes. Para os casos em que as respostas foram discordantes obtivemos as respectivas reconciliações bancárias preparadas pela Empresa. Para as contas em que não houve resposta, solicitámos os extractos bancários, com referência a 31/12/2014, bem como as respectivas reconciliações bancárias, tendo os resultados obtidos sido satisfatórios;

b) Clientes e outros devedores: Foram efectuados 10 pedidos de confirmação de saldos de clientes e outros devedores, com referência a 31/10/2014, com excepção para as empresas do grupo cuja referência foi 31/12/2014 (procedimento efectuado em conjugação com os auditores externos). Foi obtida a totalidade das respostas, das quais 3 concordantes e 7 discordantes. Para os casos em que as respostas foram discordantes obtivemos as respectivas reconciliações de saldos preparadas pela Empresa. Nos casos em que não houve resposta, recorremos a processos de análise alternativos, tais como a análise dos extractos contabilísticos de cada cliente e da respectiva antiguidade de saldos. Das respostas obtidas salientamos a existência de 2 facturas emitidas em 2005 e 2009, no montante total de 56.667,50 euros, contabilizadas pela CARRIS e não consideradas pela CP, situação que deverá merecer a atenção da CARRIS, no sentido de continuar a insistir com a CP para a regularização do saldo em aberto. Analisámos igualmente os ajustamentos ao valor das contas a receber de clientes e outros devedores, cuja rubrica de 'Perdas por



- imparidade acumuladas* ascendia em 31/12/2014 a 1.937.162,50 euros, sendo este saldo maioritariamente composto pelas dívidas da Câmara Municipal de Lisboa (1.717.143,94 €) e da Fundação Champalimaud (112.267,83 €) com mais de 2 anos;
- c) Fornecedores e outros credores: Foram efectuados 11 pedidos de confirmação de saldos de fornecedores e outros credores, com referência a 31/12/2014 (procedimento efectuado em conjugação com os auditores externos). Foram obtidas 8 respostas, das quais 3 concordantes e 5 discordantes. Para os casos em que as respostas foram discordantes obtivemos as respectivas reconciliações de saldos preparadas pela Empresa. Nos casos em que não houve resposta, recorreremos a processos de análise alternativos, tais como a análise dos extractos contabilísticos de cada fornecedor e da respectiva antiguidade de saldos;
- d) Estado e outros entes públicos: Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social e CGA, tendo os resultados obtidos sido satisfatórios;
- e) Financiamentos obtidos: Conferência dos saldos de empréstimos bancários e locações financeiras através de pedidos de confirmação de saldos, com referência a 31/12/2014 (procedimento efectuado em conjugação com os auditores externos);
- f) Outras contas a receber e a pagar: (a) Confirmação do saldo da rubrica '*Acréscimos de gastos – Swaps*', encontrando-se estes registados ao justo valor a 31/12/2014 de acordo com avaliações efectuadas pelas entidades bancárias respectivas ou, quando não disponibilizadas por estas, com base nas avaliações efectuadas pelo IGCP; (b) Análise da avaliação actuarial efectuada por entidade externa relativamente aos planos de benefícios pós-emprego; (c) Teste ao registo de passivos por impostos diferidos relativos às reavaliações de activos fixos tangíveis.
- g) Provisões: Foi efectuado um pedido de confirmação directa aos advogados e ao Gabinete de Contencioso da Empresa de informações sobre litígios ou acções judiciais pendentes (procedimento efectuado em conjugação com os auditores externos), tendo-se posteriormente confirmado a respectiva resposta com a provisão existente para os processos judiciais em curso. Foram igualmente analisadas as restantes provisões, nomeadamente a das pensões para acidentes de



trabalho, a qual está de acordo com o estudo actuarial efectuado por entidade externa;

- h) Inventários: **(a)** Obtenção das contagens físicas realizadas ao longo do ano pelo Gabinete de Auditoria, Qualidade e Segurança; **(b)** Teste à valorização dos combustíveis a 31/12/2014 e análise à rotação dos inventários, tendo os resultados obtidos sido satisfatórios; **(c)** Teste ao apuramento do 'Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas';
- i) Investimentos financeiros: Obtenção das demonstrações financeiras das empresas subsidiárias e associadas e correspondente teste à equivalência patrimonial. **Deverá a Empresa considerar futuramente a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, com vista a uma melhor apresentação da situação económica e financeira do grupo constituído pela CARRIS e as suas subsidiárias;**
- j) Activos fixos tangíveis e intangíveis / Gastos de depreciação e de amortização: **(a)** Foi efectuada a conferência da titularidade dos bens registados em 'Terrenos e recursos naturais' e 'Edifícios e outras construções' através da solicitação e verificação das respectivas cadernetas prediais urbanas; **(b)** Foi analisada a correcta valorização dos bens que foram objecto de reavaliação livre efectuada por entidade externa ao património imobiliário das estações de Cabo Ruivo, Miraflores e Santo Amaro; **(c)** Procedemos à análise e conferência das depreciações / amortizações do período, tendo os resultados obtidos sido satisfatórios;
- k) Capital próprio: Foram analisados os movimentos do ano, sendo de destacar os seguintes: **(a)** aplicação de resultados de 2013 (prejuízo de 7.038.931,23 euros), conforme aprovado em AG de 26/03/2014; **(b)** contrapartida da reavaliação livre efectuada aos complexos de Cabo Ruivo, Miraflores e Santo Amaro, a qual gerou um aumento nos excedentes de revalorização de 4.102.593,25 euros;
- l) Fornecimentos e serviços externos: Realização de testes por amostragem a diversas contas, tais como 'Trabalhos especializados', 'Comissões', 'Conservação e reparação' e 'Seguros', os quais tiveram como objectivo essencial a análise à contabilização dos documentos seleccionados segundo os critérios que nos



pareceram mais adequados e a verificação da conformidade da despesa, bem como a razoabilidade dos saldos apresentados;

- m) Gastos com o Pessoal: Foi efectuado um teste à integração do processamento salarial nas diferentes rubricas contabilísticas, tendo por base os processamentos salariais de Março, Junho e Setembro de 2014, não tendo sido detectadas distorções materialmente relevantes;
- n) Gastos e perdas de financiamento: Conferência dos pagamentos dos juros relativos aos empréstimos bancários e às operações de Swap em 2014;
- o) Prestações de serviços: (a) Conferência das vendas do ano retiradas do sistema de Bilhética com as efectivamente contabilizadas, tendo os resultados obtidos sido satisfatórios; (b) teste por amostragem à integração das vendas de títulos de transporte em Dezembro de 2014;
- p) Subsídios do Governo: (a) Conferência dos recebimentos relativos à atribuição dos subsídios à exploração de serviço público de transportes, nomeadamente a Indemnização Compensatória atribuída pelo Estado em 2014.

2.8. Solicitação e obtenção da Declaração do órgão de gestão.

- 3. Em resultado do exame efectuado emitimos a respectiva certificação legal das contas na presente data, na modalidade sem reservas e com ênfases, cujo conteúdo se dá aqui como integralmente reproduzido.

Lisboa, 3 de Março de 2015

ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por José Luís Areal Alves da Cunha

Sede Executiva:

Endereço: Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 28
1069-095 Lisboa
Telefone: 213 500 115

Sede Social:

Endereço: Rua 1.º Maio, 103
1300-472 Lisboa

www.carris.pt